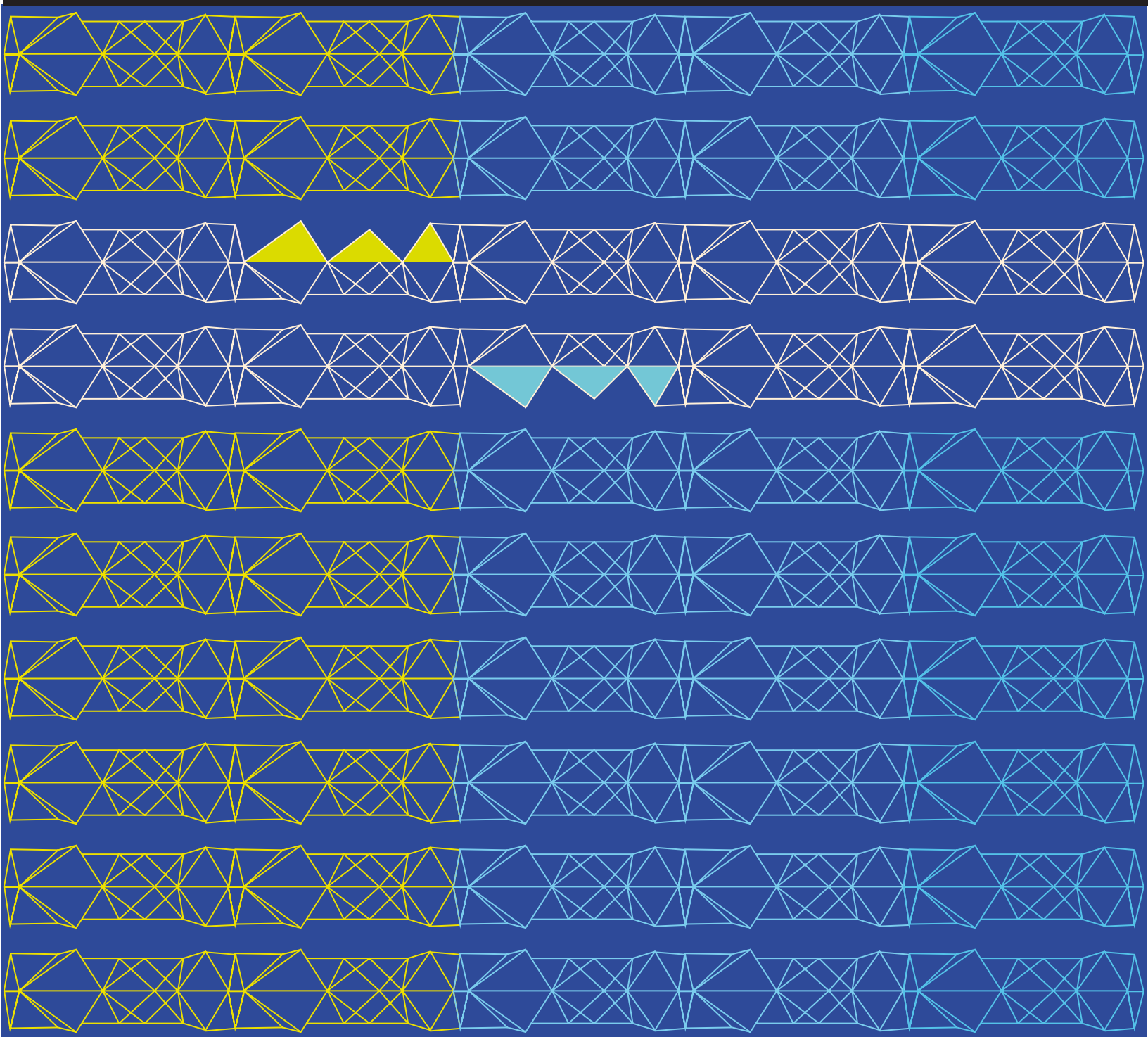


AMAZÔNIA MODERNA

Revista de Arquitetura e Urbanismo da Amazônia

v.4, n.1, Vazante, 2019.

ISSN nº 2594-7494



Grupos e Laboratórios de Pesquisa:

Arquitetura Contemporânea - UFT
Teoria e Tecnologia do Projeto de Arquitetura - UFT
Arquitetura e Cidade Moderna e Contemporânea - USP
Arquitetura, Cidade e Modernização - UFPA
Arquitetura e Urbanismo na Amazônia - UNIFAP
Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo Sustentáveis de Roraima - UFRR
Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa - UFRR
Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo - UFRR
Ideários Urbanos e Linguagens Arquitetônicas de São Luis no século XX - UEMA



**Reitor**

Luís Eduardo Bovolato

Vice-Reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitora de Graduação

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Raphael Sanzio Pimenta

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Maria Santana Ferreira dos Santos

Pró-Reitor de Administração e Finanças

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis e Comunitários

Kherlley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento

Eduardo Andréa Lemus Erasmo

Pró-reitoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

Érica Lissandra Bertoioffi Dantas

Diretor do Campus Universitário de Palmas

Marcelo Leinerker

Revista Amazônia Moderna

Revista de Arquitetura e Urbanismo da Amazônia

Revista de Architectura y Urbanismo de Amazonia

Modern Amazonia Journal

Editores /Editores / Editors**Giuliano Orsi**

Universidade Federal de Uberlândia - UFU

Hugo Segawa

Universidade de São Paulo - USP

Marcos Cereto *Editor Executivo*

Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Marianna Cardoso *Editoração e Projeto Gráfico*

Universidade Federal do Tocantins - UFT

Mantenedoras/ Publishers / Editores

Grupo de Pesquisa em Arquitetura Contemporânea - GPAC

Grupo de Pesquisa Teoria e Tecnologia do Projeto de
Arquitetura

Universidade Federal do Tocantins

Campus Palmas, Avenida NS 15, 109 Norte - Plano Diretor
Norte

77001-090 Palmas TO Brasil

**Grupo de Pesquisa Arquitetura e Cidade Moderna e
Contemporânea**

Universidade de São Paulo

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

Departamento de História da Arquitetura e Estética do
Projeto

Rua do Lago, 876 - Cidade Universitária

05508-800 São Paulo SP Brasil

Grupo de Pesquisa Arquitetura, Cidade e Modernização

Universidade Federal do Pará

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo

R. Igarapé Tucunduba - Universitário

66073-040 Belém PA Brasil

**Grupo de Pesquisa Arquitetura e Cidade Moderna e
Contemporânea**

Universidade Federal do Amapá

Rod. Juscelino Kubitschek, KM-02 - Jardim Marco Zero

68903-419 Macapá AP Brasil

**Grupo de Pesquisa Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo
Sustentáveis de Roraima**

Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa

Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo

Universidade Federal de Roraima

Av. Cap. Ene Garcez, n 2413 - Aeroporto

69304-000 Boa Vista RR Brasil

**Grupo de Pesquisa Ideários Urbanos e Linguagens
Arquitetônicas de São Luís no século XX**

Universidade Estadual do Maranhão

Cidade Universitária Paulo VI, s/n - Tirirical

65055-970 São Luís MA Brasil

História / Historia / History

(Pt) A necessidade de um espaço propício para a Amazônia motivou a união de pesquisadores de variadas origens. O SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia, fórum reuniu pesquisadores, arquitetos e artistas em Manaus. Desta iniciativa pioneira, foi definida a periodicidade anual e itinerante de eventos, a união dos interessados na modernidade e a continuidade das investigações para a construção de um conhecimento e uma historiografia amazônica. A REVISTA AMAZÔNIA MODERNA surgiu do SAMA através do Núcleo AMA, que é composto por diferentes Grupos de Pesquisa e Laboratórios interessados na temática na Amazônia Legal do Brasil, da América Latina e da Europa interessados na modernidade da Amazônia. Receberá em fluxo contínuo, textos em português, espanhol e inglês, reunidos em três seções: Pesquisa, Registro e Publicações.

(Es) La necesidad de un espacio apropiado en la Amazonia motivó una unión de investigadores de diversos orígenes. El SAMA - Seminario de Arquitectura Moderna de la Amazonia, foro sin precedentes de investigadores, arquitectos y artistas en Manaus. Esta iniciativa pionera se definió la continuidad de las investigaciones para la construcción de una historiografía amazónica. La REVISTA AMAZÓNIA MODERNA surgió de SAMA a través del núcleo AMA, que consiste en diferentes grupos de investigación y laboratorios interesados en la temática de la Amazonia Legal de Brasil, da América Latina y Europa interesados en la modernidad de la Amazonia. Recibirá en continuo flujo, textos en portugués, español e inglés y los tendrá para las secciones de investigación, registro y publicaciones.

(En) The need of a space for the Amazonia motivated the union of researches from divers backgrounds. The SAMA – Modern Architecture Seminar in Amazonia, came into light, it was consisted on a forum that brought together researches, architects and artists in Manaus. From this pioneer enterprise it was defined an annual and itinerant periodicity of the event, the collaboration of those interested in modernity and in the continuity of investigations for the building of an Amazonic knowledge and historiography. The REVISTA AMAZÓNIA MODERNA (Modern Amazonia Journal in English) was originated from SAMA through the AMA Core, which is composed by different Research Groups and Laboratories interested in the Legal Amazonia theme from all regions of Brazil, Latin America and Europe interested in Amazonian modernity. It will accept submissions in continuous flow in Portuguese, Spanish and English. These will be brought together in three sections: Research, Records and Publishing.

Foco e escopo / Foco / Purpose

(Pt) A REVISTA AMAZÔNIA MODERNA é uma publicação semestral, com a finalidade de divulgar e difundir artigos científicos inéditos e relevantes com pesquisadores de variadas origens sobre a arquitetura na Amazônia. A pretensão da revista

é estimular o debate sobre a produção arquitetônica na região por meio de artigos, sem pregar uma corrente regionalista. O recorte temporal para submissão de publicações é definido pelo período pouco estudado e publicado da arquitetura na Amazônia, mas imperioso na cultura urbana brasileira e latino-americana e com maior expressão da arquitetura brasileira. A revista é uma realização do Núcleo AMA, formado por vários Grupos de Pesquisa e Laboratórios da Universidades Públicas da Amazônia Legal, que promove o SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia. O acesso à revista é livre e gratuito.

(Es) La REVISTA AMAZONIA MODERNA es una publicación semestral, con el propósito de difundir artículos científicos inéditos y relevantes con investigadores de diversos orígenes sobre la arquitectura en el Amazonas. La pretensión de la revista es estimular el debate sobre la producción arquitectónica en la región con artículos, sin predicar una corriente regionalista. El period para la presentación de las publicaciones se define por un poco estudiado y publicado período de arquitectura en el Amazonia, pero imprescindible en la cultura urbana brasileña e latinoamericana y con mayor expresión de la arquitectura brasileña. La revista es conducida por el núcleo AMA, formada por alguns de los grupos de investigación y laboratorios de las universidades públicas de la Amazonia legal, que promueve el SAMA – Seminario de Arquitectura Moderna en la Amazonia. El acceso a la revista es gratuito.

(En) The REVISTA AMAZÓNIA MODERNA is a semiannual publication, aiming to spread and disseminate unprecedented and relevant scientific papers from researches of various backgrounds concerning Architecture and Urbanism on Amazonia. The intent of this journal is to stimulate the debate on architectural production in the region through the papers, without defending a regionalist tendency. The period considered for publications is defined from a not very studied and published period from architecture in Amazonia, yet imperious in Brazilian and Latin Americans urban culture, and possessing greater expression in Brazilian architecture. AMA Core, composed by divers Research Groups and Laboratories of the Legal Amazonia Public Universities, which conducts the SAMA – Modern Architecture Seminar in Amazonia, implements the Journal. The access is free and costless.

Missão / Misión / Mission

(Pt) A REVISTA AMAZÔNIA MODERNA tem como missão atuar na promoção da discussão acadêmica e de estudos avançados no campo da Arquitetura e Urbanismo na Amazônia, com enfoque no período do pós-*Belle Époque*. O propósito da Revista é constituir-se como um periódico acadêmico afim de apresentar, na forma de artigos científicos, resultados de pesquisas e estimular debates sobre questões teórico-metodológicas da pesquisa em Arquitetura, ao mesmo tempo em que se propõe a contribuir para o fortalecimento de uma rede de pesquisadores sobre a Modernidade na Amazônia na

confluência dessas áreas em nível nacional e internacional, tendo por base os participantes do Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia e dos Grupos de pesquisas Laboratórios no Brasil e no Exterior.

(Es) La REVISTA AMAZÔNIA MODERNA tiene la misión de actuar en la promoción de la discusión académica y los estudios avanzados en el campo de la Arquitectura y Urbanismo en la Amazonia, centrándose en el período de la pós-*Belle Époque*. El propósito de la revista es constituir una revista académica con el fin de presentar, en forma de artículos científicos, resultados de investigaciones y estimular discusiones sobre temas teóricos y metodológicos de la investigación en arquitectura, a la vez que propone contribuir a lo fortalecimiento de una red de investigadores sobre la modernidad en la Amazonia en la confluencia de estas áreas a nivel nacional e internacional, con base en los participantes del SAMA - Seminario de Arquitectura Moderna de la Amazonia y los laboratorios de grupos de investigación en Brasil y en el extranjero.

(En) The REVISTA AMAZÔNIA MODERNA's mission is to promote advanced studies and academic debate on the field of Architecture and Urbanism in Amazonia, focusing on the post Belle Époque period. The purpose of the Journal is to become an academic periodical seeking to present in the form of scientific papers research results, and to stimulate debates on Architecture and Urbanism theoretical-methodological issues, at the same time proposing to contribute for the strengthening of a nationally and internationally, basing itself on the participants of the Modern Architecture Seminar in Amazonia and on the researches and laboratories groups in Brazil and abroad.

Periodicidade / Periodicidad / Frequency

Semestral, Semestral, Semester:

- Abril-Setembro / Abril-Septiembre / April-September
- Outubro-Março / Octubre-Marzo / October-March

Correspondência / Dirección / Adresse

Diretoria de Pesquisa, Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação.

Universidade Federal do Tocantins
Av. NS 15, 109 Norte, Bloco IV, Sala 207
77.010-090 Palmas TO Brasil
E-mail: dirpesq@uft.edu.br

Informações Complementares / Información adicional / Additional information

In: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna>

(Pt) Todos os artigos desta publicação são de inteira responsabilidade de seus respectivos autores, não cabendo qualquer responsabilidade legal sobre o seu conteúdo à *Revista Amazônia Moderna* ou à Universidade Federal do Tocantins (UFT). Os

artigos podem ser reproduzidos total ou parcialmente, desde que a fonte seja devidamente citada e seu uso seja para fins acadêmicos.

(Es) Todos los artículos de esta publicación son de entera responsabilidad de sus respectivos autores, no cabiendo ninguna responsabilidad legal sobre su contenido a la *Revista Amazonia Moderna* o la Universidad Federal de Tocantins (UFT). Los artículos pueden ser reproducidos total o parcialmente, siempre que la fuente sea debidamente citada y su uso sea para fines académicos.

(En) All articles in this publication are the sole responsibility of their respective authors, and there is no legal responsibility for its content to the *Revista Amazônia Moderna* or the Federal University of Tocantins (UFT). Articles may be reproduced in whole or in part, provided that the source is duly cited and its use is for academic purposes.

Conselho Editorial / Editorial board / Consejo Editorial

Abilio Guerra, Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM, Brasil.

Aires Fernandes, Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Brasil.

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo, Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Brasil.

Andrés Mignucci, Fellow of the American Institute of Architects - FAIA, San Juan, Puerto Rico.

Ângelo Marcos Vieira de Arruda, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS, Brasil.

Ana Cristina dos Santos Tostões, Instituto Superior Técnico, Universidade de Lisboa - IST, Lisboa, Portugal.

Anna Esteban Maluenda, Universidad Politécnica de Madrid - UPM, Madrid, Espanha.

Anna Paula Moura Canez, Centro Universitário Ritter dos Reis - UniRitter

Cláudia Piantá Costa Cabral, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Brasil.

Conceição Trigueiros, Universidade de Lisboa - ULisboa, Lisboa, Portugal.

Eduardo Pierrotti Rossetti, Universidade de Brasília - UnB, Brasil.

Eline Maria Moura Pereira Caixeta, Universidade Federal de Goiás - UFG, Brasil.

Elisabete Rodrigues de Campos Martins, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Brasil.

Fernando Diniz Moreira, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil.

Fernando Luiz Camargos Lara, University of Texas at Austin - UT, Austin, Texas.

Giovanni Blanco Sarquis, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN/PA, Brasil.

Ingrid Quintana Guerrero, Universidad de los Andes - Uniandes, Bogotá, Colômbia.

José Marcelo Martins Medeiros, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Brasil.

Juliana Suzuki, Universidade Federal do Paraná - UFPR, Brasil.

Marcos Antônio dos Santos, Universidade Federal do Tocantins - UFT, Brasil.

Maria Luiza Macedo Xavier de Freitas, Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Brasil.

Nivaldo Vieira de Andrade Junior, Universidade Federal da Bahia - UFBA, Brasil.

Renato da Gama-Rosa Costa, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz, Brasil.

Rodolfo Santa María, Universidad Autónoma Metropolitana - UAM, Cidade do México, México.

Wilson Ribeiro dos Santos Júnior, Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUC Campinas, Brasil.

Sumário

Sumario / Contents

8 Editorial

Editorial Editorial

14 Mapas

Mapas Maps

15 Pesquisa

Investigación Research

16 **Requalificação da Orla do Rio Branco, Boa Vista - Roraima**

Requalificación dela Orla do Rio Branco, Boa Vista - Roraima

Retrofit of Orla do Rio Branco, Boa Vista – Roraima

Jefferson Eduardo da Silva Morales, Georgia Patricia da Silva Ferko, Graciete Guerra da Costa

36 **O Lugar do Centro de Boa Vista**

El Lugar del Centro de Boa Vista

Boa Vista - The Place of the Centre

Ayana Dantas de Medeiros, Graciete Guerra da Costa

54 **Arquitetos pioneiros na construção do estado de Roraima: décadas de 1980 e 1990**

Arquitectos pioneros en la construcción del estado de Roraima: décadas de 1980 y 1990

Pioneer architects in the construction of the state of Roraima: decades of 1980 and 1990

Angélica P. Triani, Ohana P. Silva, Paulina O. Ramalho

78 **Arquitetura Moderna em Roraima: Obras de Severiano Mário Porto**

Arquitectura Moderna en Roraima: Obras de Severiano Mário Porto

Modern Architecture in Roraima: Works by Severiano Mário Porto

Rayele Silva da Rocha, Claudia Helena Campos Nascimento, Neiliany
Beatriz Neubert de Melo

102 **Projetos para o Parque Anauá, Boa Vista**

Proyectos para Parque Anauá, Boa Vista

Projects for Parque Anauá, Boa Vista

Cláudia Helena Campos Nascimento, Cibele Campos Aragão da Paz,
Rafaela Cristina Sander, Suellen Cristina da Silva Almeida, Rayresson Lima da
Rocha

120 **O Parque Anauá sob uma análise multifuncional no contexto urbano de
Boa Vista El Parque**

Anauá bajo un análisis multifuncional en el contexto urbano de Boa Vista

The Parque Anauá under a multifunctional analysis in the urban context of Boa Vista

Angélica P. Triani, Cibele C. A. Paz, Paulina O. Ramalho, Kelly C. R.
Oliveira

137 **Registro**

Registro Records

138 *Carta Aberta do IV Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia*

Carta del IV Seminario de Arquitectura Moderna en la Amazonía

Charter of IV Seminar on Modern Architecture in the Amazon

Editorial

Editorial / Editorial

“Amazônia do Norte da Pátria! Mais bandeira para o nosso Brasil!”

Este verso é do hino de Roraima, o estado mais setentrional do Brasil. Surgiu como Território Federal do Rio Branco em 1943, desmembrado do Estado do Amazonas. Em 1962, ganhou a denominação de Roraima, ainda administrada como território, para tornar-se uma Unidade Federativa em 1988 com a aprovação da atual Constituição.

A proposta de um plano diretor para uma nova capital, Boa Vista, com traçado urbano radial de autoria de Darcy Aleixo Derenusson, implantada entre 1944-1946,¹ é um dos marcos da modernização e incorporação de uma periferia territorial do país. Dos 36.464 habitantes estimados em 1970, a cidade cresceu para 399.213 pessoas em 2019, segundo estimativas do IBGE.

Se o plano de Derenusson assinala uma Amazônia Moderna na década de 1940, os edifícios públicos a partir dos anos 1970 inserem Boa Vista na modernidade brasileira em cenário ainda desconhecido. Roraima apresenta importantes obras institucionais realizadas por migrantes, peregrinos e nômades na ocupação do então Território Federal. Os exemplares arquitetônicos modernos e contemporâneos – ainda em reconhecimento – expõem as particularidades regionais e os diálogos com a produção nacional de maneira mais ampla.

Nessa paisagem, entre os dias 20 e 22 de agosto de 2019 Boa Vista recebeu o IV SAMA – Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia, na Universidade Federal de Roraima - UFRR. O evento itinerante foi organizado pelo Curso de Arquitetura da UFRR com o apoio do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU/RR, do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RR, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA/RR, da Caixa de Assistência dos Profissionais do CREA - Mútua/RR, do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN-RR e do DOCOMOMO Brasil.

1 TREVISAN, Ricardo; FICHER, Sylvia; DERENUSSON, Isabella de Carvalho; DERENUSSON, Darcy Romero. Darcy Aleixo Derenusson. O engenheiro e urbanista que projetou Boa Vista – RR. *Arquitextos*, São Paulo, ano 18, n. 212.03, Vitruvius, jan. 2018 <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.212/6864>>.

Nesses dias, o grande auditório do Centro Amazônico de Fronteiras, no campus da UFRR, abrigou exposições, conferências, mesas redondas e lançamento de publicações com a presença de pesquisadores convidados, estudantes e público em geral, bem como foi o ponto de partida para o SAMA Tour com visitas às obras icônicas da arquitetura moderna. A Exposição de Arquitetura Contemporânea da Amazônia – XAMA – ocupou o Foyer do Teatro Municipal de Boa Vista e brindou os participantes do seminário com 30 obras realizadas na Amazônia Legal entre os anos de 1987 e 2017. Boa Vista é quinta capital da Amazônia Legal a apresentar essa exposição.

A quarta edição da Revista Amazônia Moderna é a primeira publicação de caráter monográfico dedicada à arquitetura e urbanismo de Roraima.

Abrindo a edição, Requalificação da Orla do Rio Branco, Boa Vista, de Jefferson Eduardo da Silva Morales, Georgia Patricia da Silva Ferko e Graciete Guerra da Costa, discorrem sobre a ocupação das margens do Rio Branco e analisam as intervenções sofridas no século 21 no local; O Lugar do Centro de Boa Vista, de Ayana Dantas de Medeiros e Graciete Guerra da Costa, dissertam sobre o valor das edificações na área central da capital, relacionando com a «condição de centro» do patrimônio nos processos de urbanização; o panorama arquitetônico do Estado é trabalhado em Arquitetos pioneiros na construção do Estado de Roraima: décadas de 1980 e 1990, de Angélica P. Triani, Ohana P. Silva e Paulina O. Ramalho. A pesquisa expõe uma síntese da produção arquitetônica regional com ênfase nas duas últimas décadas do século 20 – período que, segundo as autoras, é elaborada uma arquitetura moderna dissonante temporalmente do mainstream da arquitetura moderna brasileira.

O arquiteto Severiano Porto tem sua obra roraimense inventariada em Arquitetura moderna em Roraima: obras de Severiano Mário Porto, de Cláudia Helena Campos Nascimento, Rayele Silva da Rocha e Neiliany Beatriz Neubert de Melo. No trabalho, as autoras mostram a diversidade dos programas e soluções da arquitetura desenvolvida por Porto no Estado.

Os dois últimos artigos encerram a edição tratando do Parque Anauá do arquiteto Otacílio Teixeira Lima Neto. Em Projetos para o Parque Anauá, Boa Vista, Cláudia Helena Campos Nascimento, Cibele Campos Aragão da Paz, Rafaela Cristina Sander, Suellen Cristina da Silva Almeida e Rayresson Lima da Rocha fazem um histórico do concurso urbanístico e arquitetônico do Parque e comparam as duas proposições apresentadas,. Utilizando o redesenho como método para «reconstrução» dos projetos, as autoras retomam a discussão em torno do parque para os dias atuais. O Parque Anauá sob uma análise multifuncional no contexto urbano de Boa Vista, de Angélica P. Triani, Cibele C. A. Paz, Paulina O. Ramalho e Kelly C. R. Oliveira, analisam a materialidade das obras do parque e a relação do espaço público, do homem e da natureza.

A revista Projeto publicou em 1988² o Parque Anauá, do arquiteto Otacílio Teixeira Lima Neto, objeto da Carta do IV SAMA, para a preservação desse patrimônio em risco. A carta assinada pelos participantes do seminário pede atenção ao edifício Museu Integrado de Roraima – MIRR, um dos equipamentos do projeto original do Parque, em estado de abandono e em perigo desabamento.

2 PARQUE Anauá [Boa Vista, Roraima/projeto Otacílio Teixeira. Projeto, São Paulo, n. 114, s.p., nov. 1988; também em SEGAWA, Hugo (Org.). Arquiteturas no Brasil/década de 80. São Paulo: Projeto, 1988, p. A-8–A-9.

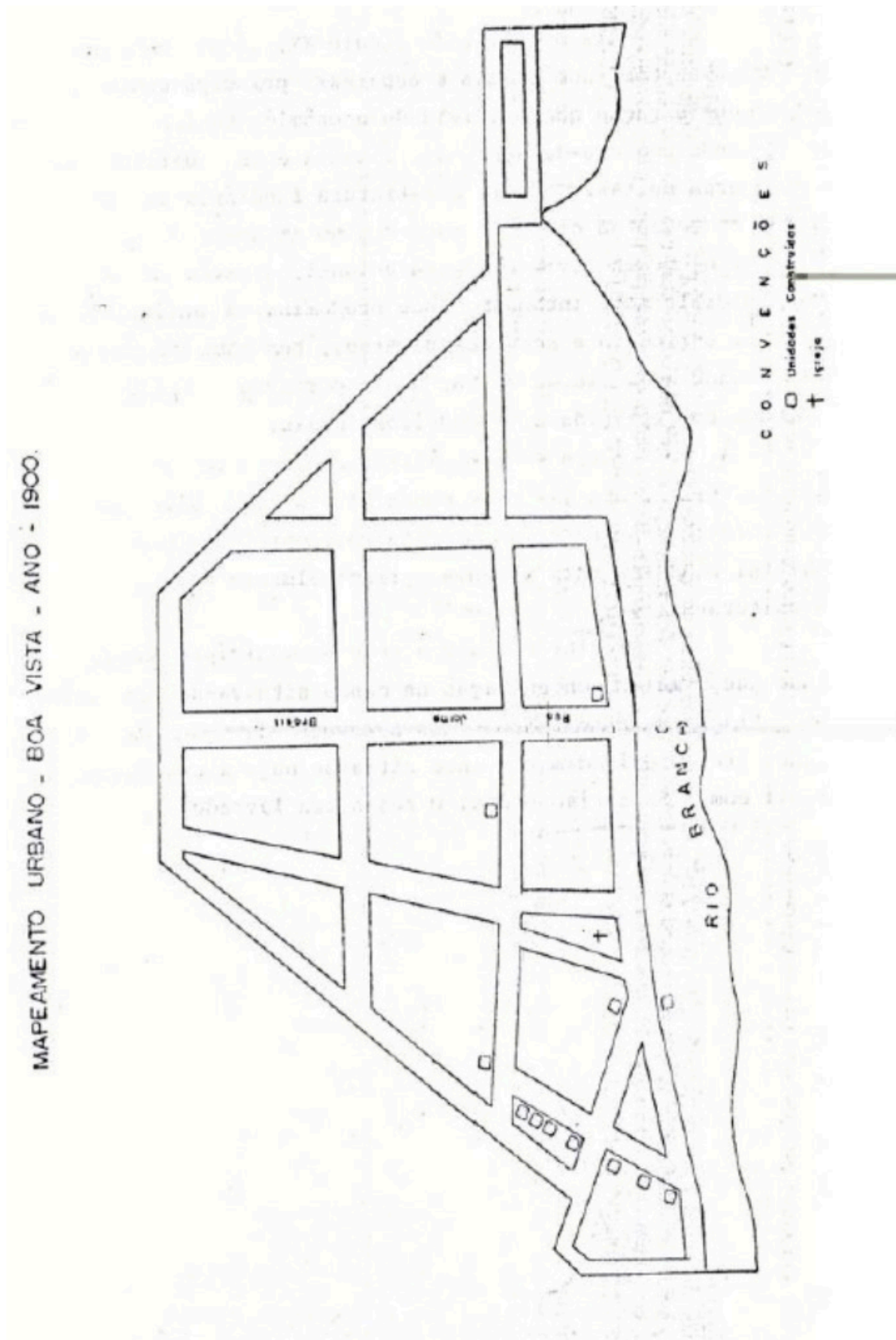
A edição foi preparada em um ano particular para Roraima e sua capital. Em 2019 as manchetes dos jornais brasileiros observam a crise humanitária da Venezuela, com o protagonismo de Roraima como Estado fronteiro que mais acolhe os venezuelanos, conectado ao país vizinho pela BR-174. Esta imigração massiva traz dificuldades à já limitada infraestrutura do Estado, que os noticiários registram como momentos de tensão e conflitos. Em contrapartida os roraimenses implantam, com apoio do Exército e organizações não-governamentais, alojamentos e um intenso programa de voluntariado civil, incluindo estudantes de arquitetura da Universidade Federal de Roraima. E nesse momento de dificuldade, para além das fronteiras arquitetônicas, a Amazônia do Norte se solidariza e faz brilhar a sua estrela.

Mapas

Mapas / Maps



Evolução do espaço urbano de Boa Vista: décadas de 1920-1980.
Fonte: VERAS, adaptado.



Mapeamento Urbano, Boa Vista - 1900.
 Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

Pesquisa

Investigación / Research

Requalificação da Orla do Rio Branco, Boa Vista - Roraima

Requalificación dela Orla do Rio Branco, Boa Vista - Roraima

Retrofit of Orla do Rio Branco, Boa Vista – Roraima

Jefferson Eduardo da Silva Morales

Mestrando em Recursos Naturais pelo Programa em Recursos Naturais – PRONAT- UFRR para Mestre em Ciências Ambientais (PRONAT-UFRR).

E-mail: arq.jeffmorales@gmail.com / jefferson.morales@ufr.br  orcid.org/0000-0002-6288-9023


Georgia Patricia da Silva Ferko

Professora do Departamento de Administração – UFRR, Doutora pela Universidade Federal do Maranhão.

E-mail: georgia.ferko@ufr.br  orcid.org/0000-0001-7853-8773

Graciete Guerra da Costa

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFRR, Pós-doutora pelo Instituto de Relações Internacionais - IREL na Universidade de Brasília.

E-mail: graciete.costa@ufr.br/gracietegcosta@gmail.com  orcid.org/0000-0003-2033-983X

RESUMO

As requalificações dos antigos núcleos urbanos são promulgadas pelo rótulo de promoção de melhorias para as novas utilizações dos elementos existentes, quase sempre direcionadas à indústria do turismo. Na região amazônica, alguns embriões urbanos formaram-se a partir do beira-rio e as requalificações no espaço estão sendo viabilizadas pela gestão pública sob o discurso da preservação da memória e identidade. Objetiva-se compreender o processo de requalificação da orla do Rio Branco a partir da inserção e reutilização dos elementos no espaço e atuação da gestão pública. Parte-se de abordagem crítica. Os procedimentos metodológicos caracterizaram-se pela pesquisa qualitativa exploratória com a observação participante, levantamento documental e bibliográfico. Foram evidenciadas algumas utilizações da orla do Rio Branco a partir da fundação da Fazenda Boa Vista (1830) como porta de acesso para povoamento do assentamento. Identificadas edificações como a Igreja Nossa Senhora do Carmo e Prédio da Intendência, construídas no entorno imediato da margem do rio (1830-1943). Percebe-se que durante a implantação do plano urbanístico, em 1944, o porto fluvial foi denominado pela população de Porto do Cimento, o qual teve grande importância para o desenvolvimento da cidade e região. Com o declínio do Porto, em função da adoção de outros modais, o poder público negligenciou patrimônios históricos que representavam a memória e a identidade locais. As intervenções, tal como a construção do Monumento Orla Taumanan sob a égide da requalificação do núcleo urbano e as estratégias de “modernização” da cidade, impactaram diretamente em “velhos” e “novos” problemas sociais.

Palavras-chave: Reutilização, Orla do Rio Branco, Boa Vista.

RESUMEN

Las recalificaciones de los antiguos núcleos urbanos son promulgadas por el rótulo de promoción de mejoras para los nuevos usos de los elementos, casi siempre dirigidos y atención a la industria del turismo. En la región amazónica, algunos embriones urbanos se formaron a partir del borde del río y las recalificaciones en el espacio están siendo viabilizadas por la gestión pública bajo el discurso de la preservación de la memoria y identidad. Se pretende comprender el proceso de recalificación de la orilla del Río Branco a partir de la inserción y reutilización de los elementos en el espacio y actuación de la gestión pública. Se parte de un enfoque crítico. Los procedimientos metodológicos se caracterizaron por la investigación cualitativa exploratoria con la observación participante, levantamiento documental y bibliográfico. Se evidenciaron algunos usos de la Orla do Rio Branco a partir de la fundación de la Hacienda Boa Vista (1830) como puerta de acceso para poblamiento del asentamiento. Identificadas edificaciones como la Igreja Nossa Senhora do Carmo, Edificio de la Intendencia, construidas en el entorno inmediato de la orilla del río (1830-1943). Se percibe que durante la implantación del plan urbanístico en 1944 el puerto fluvial fue denominado por la población de Porto do Cimento, el cual tuvo gran importancia para el desarrollo de la ciudad y región. Con el declive de O porto, en función de la adopción de otros modales, el poder público descuidó patrimonios históricos que representaban la memoria e identidad. Las intervenciones, tal como la construcción del Monumento Orla Taumanan bajo la égide de la recalificación del núcleo urbano y las estrategias de “modernización” modernización de la ciudad impactaron directamente en “viejos” y “nuevos” problemas sociales.

Palabras clave: Reutilización, Orla do Rio Branco, Boa Vista.

ABSTRACT

The retrofit of the old urban centers are promulgated by the label of promotion of improvements for the new uses of the elements, almost always directed and attention to the tourism industry. In the Amazon region, some urban embryos were formed from the waterfront and the requalifications in space are being made possible by the public management under the discourse of the preservation of memory and identity. The objective is to understand the process of requalification of the rim of the Rio Branco from the insertion and reuse of the elements in the space and performance of public management. It starts from a critical approach. The methodological procedures were characterized by qualitative exploratory research with participant observation, documental and bibliographic survey. It was evidenced some uses of the border of the Rio Branco from the foundation of Fazenda Boa Vista (1830) as access door for settlement settlement. Identified buildings such as Nossa Senhora do Carmo Church, Prédio da Intendência, built in the immediate surroundings of the river bank (1830-1943). It is noticed that during the implantation of the urban plan in 1944 the fluvial port was denominated by the population of Porto do Cimento, which had great importance for the development of the city and region. With the decline of Porto do Cimento, due to the adoption of other modes, the public power neglected historical patrimonies that represented the memory and identity. Interventions, such as the construction of the Orla Taumanan Monument under the retrofit of the urban nucleus and the city's “modernization” strategies, have directly impacted “old” and “new” social problems.

Keywords: Reuse, Orla do Rio Branco, Boa Vista.

Introdução

Algumas cidades crescem e resguardam seu núcleo originário, o qual perpassou centralidades importantes em determinado momento, sendo chamado de centro histórico. No conceito amplo, os centros são espaços em que as cidades foram originadas e, devido ao crescimento populacional, as pessoas tenderam a migrar para as periferias. Portanto, os centros caracterizam-se pela alta circulação de pessoas, fornecimentos de serviços e materiais (VARGAS; CASTILHO, 2015).

Porém, as centralidades podem ser diferenciadas, pois pequenas aglomerações a grandes metrópoles tendem a polarização dos aspectos sociais, econômicos, patrimoniais, dessa forma, os centros históricos emergem destacando-se nos espaços pela representatividade patrimonial em relação a cidade (DGOTDU, 2005).

A globalização tornou-se tendência na produção do meio técnico-científico em ambientes urbanos dos centros históricos. Portanto, as intervenções promovidas pela gestão pública normalmente visam a “modernização” do espaço promovendo a inserção de elementos contemporâneos em regiões com patrimônios culturais.

Com a necessidade do reordenamento do espaço através dos novos usos da sociedade contemporânea, as cidades reinventaram-se nos centros históricos a partir da reutilização dos prédios arquitetônicos abandonados, nos vazios urbanos e resolução de vulnerabilidades sociais tais como tráfico de drogas, prostituição, moradores de rua (BEZERRA, 2015).

Diante disso, Bezerra (2015) complementa que a nova paisagem urbana configurou-se através das requalificações, propiciando reutilizações de portos desativados, indústrias abandonadas, áreas depredadas em costas de mares e rios, e centros históricos em decadência porém localizados em espaços de cuja valoração econômica, simbólica e identitária são altas.

A área de estudo será a orla do Rio Branco, a porção terrestre dentro do núcleo histórico de Boa Vista. Barbosa (1993) relata que o Vale do Rio Branco teve início da ocupação europeia a partir de 1775 com a instalação do Forte de São Joaquim, portanto, devido à dificuldade de acesso às terras da região, o vale era povoado por predominância indígena. Para aumentar a demografia local, a Coroa Portuguesa instalou as Fazendas Reais pelo território a fim de desenvolver a população e economia, sendo posteriormente extintas

promovendo a terra privada como a Fazenda Boa Vista.

A partir da fundação da Fazenda, outras famílias ocuparam o espaço, cujas residências instaladas ao decorrer do pequeno núcleo urbano, que perdurou-se durante o início do século XIX até o século XX, resultando em traçados urbanos orgânicos, sem planejamento, infraestrutura e saneamento. Somente com a elevação do Rio Branco para Território Nacional e Boa Vista para a capital da unidade de federação, identificou-se a necessidade de adequações urbanas e arquitetônicas na nova cidade.

O plano urbanístico de 1940-1944 de Darcy Aleixo Derenusson¹ para a capital do Território de Rio Branco mudou a concepção da cidade que, com saneamento básico, qualidade de vida e segurança, alavancou melhorias para a população. O autor do projeto preservou o núcleo histórico já construído, valorizando as áreas de contemplação que a localidade proporcionava.

O porto fluvial que estava localizado na orla do Rio Branco foi denominado de Porto do Cimento pelos moradores devido à construção de concreto que ligava o leito do rio até a rua Floriano Peixoto, durante a implantação do plano urbanístico. A estrutura simples do Porto limitava-se apenas a uma rampa, porém tornou-se símbolo de representatividade e pertencimento da população.

Devido à limitação econômica com as viagens de barco, o rio Branco era trafegável somente nos períodos chuvosos. Nos períodos de verão apenas embarcações pequenas atravessavam pelo rio. Serviu de único acesso de pessoas, materiais, suprimentos até a década de 1970 quando instalaram a BR-174, ligando Boa Vista a Manaus, além da construção do aeroporto.

Com a expansão urbana e a descentralização dos serviços e atividades econômicas do centro, a região entrou em colapso e desuso até o início do século XXI, quando implantou-se a Orla Taumanan, que passou por reforma em 2015, configuran-

¹ Darcy Aleixo Derenusson, engenheiro civil carioca, iniciou sua formação em 1935 e diplomou-se em 1939 pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), onde passou a atuar como professor assistente da disciplina de Topografia e Noções de aerofotogrametria, entre 1940 e 1944. De acordo com as informações em seu Currículo Vitae (CREA-RJ), Derenusson foi um engenheiro bastante atuante, tendo participado de inúmeros trabalhos na área. Antes de iniciar a implantação do plano urbanístico de Boa Vista, trabalhou na Empresa de Topografia, Urbanismo e Construções (ETUC), de 1940 a 1942.

do-se elemento principal na paisagem da orla do Rio Branco.

Frente à tendência mundial em globalizar todos os aspectos da urbe e o modo de viver dos cidadãos, versus preservar os patrimônios culturais existentes dos centros históricos, objetiva-se compreender o processo de requalificação² da orla do Rio Branco a partir da inserção e reutilização dos elementos no espaço e atuação da gestão pública quanto a este processo.

A pesquisa teve o intuito de promover o pensamento crítico em relação às intervenções arquitetônicas e urbanísticas que impactam o entorno de áreas ribeirinhas dos núcleos históricos na região Amazônica. Para tanto, recorreu-se à pesquisa qualitativa de cunho exploratório. Para a coleta de dados utilizou-se do levantamento bibliográfico, pesquisa documental obtida em órgãos governamentais, assim como a observação participante na área de estudo para compreensão das vivências contemporâneas. A partir dos dados obtidos, fez-se a triangulação das informações viabilizando a produção textual.

2 Requalificação são ações estratégicas das cidades globalizadas que visam a valorização e recuperação das representações das gêneses urbanas através do controle social, infraestrutura e econômico, por outro lado, reinventam traços identitários através de empreendimentos, cujo discurso justifica para a promoção do turismo e produções socioespaciais.

Origem do uso e ocupação da margem do Rio Branco

A expedição de Pedro Teixeira em 1639 pelo Rio Amazonas resultou na descoberta do Rio Branco, a tripulação avistou uma foz de águas claras e ficaram interessados em adentrar. São informações obtidas pelos registros do cronista Cristobal Acunã do possível descobrimento do Vale do Rio Branco (BARBOSA; FERREIRA; CASTELLÓN, 1997).

Para Costa (2015), tendo em vista o isolamento geográfico, a região ficou abandonada pela Coroa Portuguesa até a ameaça de invasão dos países europeus vizinhos. Portugal, frente a invasão eminente, implantou políticas de domínios territoriais na Amazônia, portanto, na segunda metade do século XVIII, instalou fortes em pontos estratégicos. A ocupação europeia na região foi iniciada em 1775, com a implantação do Forte de São Joaquim do Rio Branco, localizado entre os rios Tacutu e Uraricoera, a partir do encontro dos rios é formado o Rio Branco.

A localização foi estratégica devido ao rio Tacutu servir de entrada para espanhóis

oriun-dos da Venezuela e o Urarico era utilizado pelos holandeses vindos do Suriname para chegar ao Amazonas. Portanto, o espaço foi ideal para a construção do empreendimento. O Forte foi construído pelo alemão Felipe Frederico Sturm, em 1775, enviado para destruir instalações estrangeiras e garantir a posse da terra, porém, o terreno sofria de inundações frequentes e não oferecia condições seguras para longevidade do prédio (COSTA, 2015).

O Capitão Inácio Lopes de Magalhães deixou o comando do Forte São Joaquim e instalou sua fazenda particular, a “Fazenda Boa Vista do Rio Branco”, pela paisagem de contemplação que a região proporcionava. Devido à Lei de Terras do Império, propriedades privadas foram formadas, dentre estas a Fazenda de Boa Vista do Capitão Inácio Lopes de Magalhães que após baixa do comando do Forte de São Joaquim fundou o que foi a gênese da futura cidade de Boa Vista em 1830 (BARBOSA, 1993).

A população da fazenda aumentou com a chegada da família do Capitão, construindo casas e prédios públicos com auxílio

dos indígenas. As missões catequisadoras coordenadas pela igreja católica, carmelitas e beneditinos, construíram edificações importantes como o Prédio da Prelazia e a Igreja Nossa Senhora do Carmo³. Estes como outros elementos construídos na gênese da ocupação na região compõe o centro histórico, originando as primeiras utilizações que a orla proporcionou aos pioneiros de Roraima.

Diante disso, na margem do rio branco durante o estágio embrionário, implantaram-se as edificações para a nova sociedade. Portanto, tudo foi originado a partir da margem do rio conhecido como Porto Fluvial que depois foi denominado Porto de Cimento, cuja utilidade não se limitava em embarque e desembarque de pessoas, materiais, suprimentos e animais, mas nas vivências da sociedade que em conjunto deram a forma e o conteúdo ao entorno do porto.

O Porto do Cimento e o Prédio da Intendência e suas reutilizações na Orla do Rio Branco

Vários desbravadores realizaram descrições da paisagem por meio de ex-

³ A Igreja Nossa Senhora do Carmo foi construída em 1856, elevada a matriz em 1858. A primeira capela foi erguida com ajuda dos índios das comunidades próximas e nativos da vila. O cônego José Henrique Felix da Crus Daoia foi a primeira figura eclesiástica no empreendimento religioso. Em 1909 foi passada para a Ordem Religiosa dos Beneditinos.

pedições no decorrer da Bacia do Rio Branco, iniciado pelos portugueses e, posteriormente, por iniciativas governamentais, como o caso do engenheiro Alfredo Ernesto Jacques Ouriques (1906) e pesquisas como de Alexander Hamilton Rice (1978), sendo o último considerado um dos principais relatores da configuração formal da época da orla do Rio Branco.

Em sua estada de seis semanas na então “Vila de Boa Vista”, Rice (1978) descreveu características da forma que o lugar apresentava. “[...] era o único agrupamento junto ao rio que tem a honra de ser chamada de ‘Vila’. Esse aglomerado compreendeu 164 casas que abrigam a população de 1200 almas” (RICE, 1978, p.20).

Veras (2009) apresenta o ponto de vista de Ernesto Jacques Ourique em sua expedição pelo Vale do Rio Branco, em 1906, e desenvolveu um relatório técnico para o Governador Dr. Antonio Constantino Nery. Na época, essa região estava sob jurisdição do Governo do Estado do Amazonas, cujo relatório tinha como objetivo tornar o espaço conhecido.

Ouriques (1906) relata como a “Vila” recebia os visitantes, tendo acesso pela orla

da margem direita do Rio Branco. “Do seu cômodo porto, cortado pela natureza em curva regular no barranco da margem, sobe-se por sua suave ladeira até o chapadão, em pleno campo, onde está a vila” (OURIQUES, 1906, p.13). A descrição de Ourique é clara não somente sobre os detalhes da topografia do local, bem como acerca dos usos que essa área proporcionava à população, o Antigo Porto Fluvial.



No trabalho desenvolvido por Lima (2011), são relatadas mais informações sobre essa região. O autor descreve o Antigo Porto Fluvial (Figura 1): “[...] era um porto simples, em que desciam as embarcações, vindas de outras localidades, servindo como pontos de trocas e vendas de produtos; gêneros alimentícios, roupas e calçados, local onde se tinha acesso às primeiras notícias de outras cidades” (LIMA, 2011, p. 72).

É evidente o uso desses recursos naturais, com a sua ótica voltada como patrimônio

Figura 1 - Antigo Porto Fluvial e o Prédio da Intendência.
Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.



Figura 2 - Porto do Cimento.
Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima. (s/d)

Figura 3 - Foto aérea da Vila de Boa Vista, 1924.
Fonte: Acervo de Hamilton Rice .

natural, por meio do rio, funcionando como ponto de encontro entre a ocupação humana que se desenvolvia e o rio, ou seja, a beira do rio era a intersecção do antrópico e natural. A vila como formadora de uma sociedade e a água como agente responsável pelo fluxo de pessoas e abastecimentos como alimentos, vestimentas, calçados, que juntos relacionavam as manifestações culturais.

O Antigo Porto Fluvial era a porta de entrada e saída de pessoas e mercadorias. O local ganhou destaque à medida que a vila crescia. Somente em 1947, o Governador Capitão Clóvis Nova da Costa percebeu a importância da localidade como porto de escoamento da economia e mandou construir uma rampa de concreto revestido de cimento para possibilitar as cargas pesadas nas subidas e descidas para abastecimento local. A partir desse evento, os moradores denominaram esse espaço de Porto do Cimento (Figura 2) devido às características construtivas mencionadas (RORAIMA, 2015). Na galeria fotográfica de 1924 é retrata a forma que a vila possuía e destaca a existência do Porto do fluvial e da Intendência (Figura 3).

Outro elemento que destaca o antigo uso da orla de Boa Vista é a Intendência (Figura 4). Lima (2011) destaca a existência dessa edificação à margem do Rio Branco. Mas na gestão do prefeito Mário Homem de Melo, foi solicitada a demolição da edificação, e uma réplica foi construída próxima à localidade original. A primeira versão foi construída em 1900, com fins de sede administrativa da vila e foi utilizada como a primeira prefeitura, e aos fundos funcionava a primeira cadeia pública.



O embrião urbano cresceu a partir da relação direta com o rio, antes dos europeu e nordestinos ocuparem os índios Paravilhanas já ocupavam as porções terrestres da margem do Rio Branco. As primeiras residências, prédios públicos evidenciam a sociedade que estava sendo formada e a necessidade da natureza.

Em 1950, após um incêndio, o prédio da Intendência foi demolido. Em 1996, a réplica foi construída na Orla Taumanan por meio de ações da prefeitura; em 2004, a edificação foi restaurada em face de convênio com o Ministério do Turismo, passando a funcionar desde então como o Centro de Informações Turísticas, com a promoção de vários eventos culturais, artísticos, musicais e arte indígena e local. A locação errônea da réplica do Prédio da Intendência foi bem criticada pela população, sendo construída no lugar correto uma escadaria e um anfiteatro. Somado a isto, os elementos que representavam o modelo original quanto aos materiais

construtivos e detalhes da fachada do original não foram inseridos na réplica (MORALES; FERKO; COSTA, 2018).

Tanto o Porto do Cimento quanto a Intendência, assim como as outras edificações do entorno das ruas Jaime Brasil e Floriano Peixoto, caracterizaram a paisagem urbana da orla e em conjunto com o Rio Branco. Massas vegetais, relevo e balcões de areia formaram a história da cidade, que possuía e possui importância econômica (RORAIMA, 2015).

A descrição de quem acompanhou em suas expedições pelo Vale do Rio Branco foi de suma importância para relatar como eram os elementos que formavam a orla de Boa Vista, cuja construção foi relevante para marcar a identidade e memória da sociedade. Elementos como o Porto do Cimento e a Intendência são edificações que explicam a história e a formação do embrião da capital roraimense.

Figura 4 - Antigo Prédio da Intendência, 1924/ Réplica construída (2019).
Fonte: Acervo de Hamilton Rice/ Jefferson Morales.

Com o crescimento da cidade, os elementos acima citados que caracterizaram a memória e identidade de Boa Vista. Esses bens foram tombados pelo Projeto Raízes, da prefeitura de Boa Vista elaborado em 1993, pelo Decreto nº. 2.614/1993 – Diário Oficial do Município de Boa Vista, de 26 de novembro de 1993 (RO-RAIMA, 2015).

Boa Vista, mesmo com a baixa demografia e pouco expressiva em relação às demais cidades amazônicas, era destacada a importância do porto fluvial para a economia local com a exportação bovina para o Amazonas e Venezuela. Portanto, em 1890 o espaço tornou-se município, mas somente no século XX o desenvolvimento humano ocorreu com a implantação do plano urbanístico de Darcy Derenusson que não apenas construiu uma cidade mas interviu no embrião existente (OLIVEIRA, 2007)

A Orla do Rio Branco no Projeto de Darcy Derenusson

No início do século XX, o traçado urbano de Boa Vista constituía com a instalação de prédios públicos e privados, residências e ruas, o desenho urbano configurou-se em plano ortogonal (Figura 5) cujo polígono delimitava-se nas Ruas João Pe-

reira de Melo; Getúlio Vargas, Silvio Lofego Botelho e Floriano Peixoto, a última rua caracterizada pela presença do Rio Branco banhando a margem. Este era o embrião do que viria a se tornar a capital Boa Vista antes da implantação do plano urbanístico (BATISTA, 2013).

Através do decreto da Lei Federal n. 5812, de 13 de setembro de 1943, foi criado o Território Federal do Rio Branco. Devido à nova categoria, foi incentivada a implantação de infraestrutura adequada com a nova importância estabelecida como centro administrativo de uma unidade de confederação nacional (RAMALHO et. al, 2017).

Em 1944, foi publicado o edital para o plano urbanístico, e quatro concorrentes se inscreveram para o pleito, sendo a empresa vencedora “Carioca Riobras”, que tinha como proprietário o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson e aprovação do Governador Capitão Ene Garcez

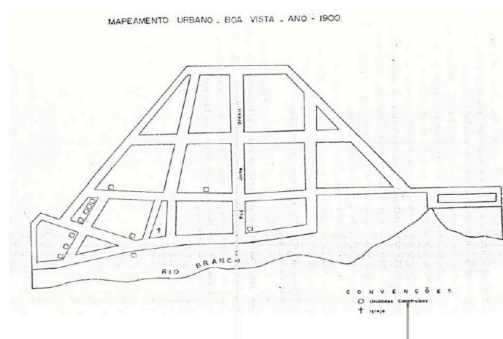


Figura 5 - Mapeamento Urbano – Boa Vista - 1900. Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.



Figura 6 - Maquete do Plano Urbanístico - 1946.
Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

(FREITAS, 1993). O contrato do serviço foi assinado no mesmo ano, e a partir de então, foram realizados o desenvolvimento do projeto, coleta de dados in loco como o levantamento topográfico, estudos relacionados ao rio, às construções existentes e conhecimento do modo de vida da população.

A forma radial concêntrica em seu partido urbano, lembra o Arco do Triunfo de Paris, França, adaptando a nova realidade de uma cidade com raízes orgânicas, mantendo o traçado espontâneo no eixo embrionário.

Derenusson escolheu permanecer nessa região, adequando-se à sua realidade, a fim de não demolir as casas que estavam próximas ao Rio Branco e dos pré-

dios de alta importância simbólica ali construídos, como: Igreja Matriz da Nossa Senhora do Carmo; Prelazia; a antiga sede da fazenda de Boa Vista e outras edificações do entorno.

A orla do Rio Branco tem como acesso a rua Floriano Peixoto, que apesar de não sofrer interferência nas edificações, precisou de intervenção urbanística. No estudo preliminar de Darcy Derenusson, foi detectada grande incidência de doenças na população, as quais foram relacionadas à falta de saneamento básico. Com isso, o embrião da cidade foi prioridade para a implantação da infraestrutura adequada; a Rua Floriano Peixoto está nessa região de preferência e vários serviços foram realizados (Figura 7).

Figura 7 - Av. Floriano Peixoto - 1948.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.



RUA FLORIANO PEIXOTO – Assentamento de meio fios e sarjetas em concreto, galerias para águas pluviais com depósitos para areias, poços de inspeção com ralos, nivelamento do leito da avenida e assentamento de placas de cimento para calçada até o cais de atracação (porto do cimento), foi feito o balaústre (muro) de concreto em toda a extensão da calçada e compreendendo o trecho do Porto do Cimento até hoje, ao mirante Adolpho Brasil. Para compor a urbanização foram colocados bancos de concreto e postes para iluminação com globos de vidro branco, com instalação elétrica subterrânea, o máximo da modernidade da época (RO-RAIMA, 2015, p.5).

A Avenida Floriano Peixoto é considerada a primeira rua da cidade de Boa Vista e importante ligação para o então Porto do Cimento. O Plano urbanístico de Darcy Derenusson foi implantado no entorno do embrião conhecido como Centro Histórico da capital roraimense. Considerando as edificações existentes e as intervenções feitas na região da orla,

tiveram como objetivo o melhoramento do saneamento sanitário e infraestrutura urbana para ligar o existente com a nova realidade da cidade, destacando a pavimentação do antigo porto fluvial, que se tornou o Porto do Cimento.

A população era dependente do rio em vários aspectos, principalmente, como via de transporte para pessoas e suprimentos. Porém, o rio era navegável para embarcações de grande porte no trecho Boa Vista-Caracarái apenas durante o inverno amazônico. Com a construção da BR-174 e o aeroporto, o Porto do Cimento entrou em desuso devido as novas alternativas de transporte e sucessivamente em colapso pelo abandono do poder público.

Diante disso, assim como todo o centro histórico, o Porto do Cimento perdeu o prestígio de seus tempos áureos, estando a mercê do esquecimento da gestão pública. Na década de 1990, a prefeitura municipal, com o intuito de reviver o embrião

da cidade, implantou intervenções como restauros, modernização de infraestrutura e a construção do complexo turístico Orla Taumanan caracterizando a nova utilização da margem do Rio Branco.

Orla Taumanan

Em 1996, a prefeitura de Boa Vista em prol de promover o turismo no centro histórico construiu um restaurante, escadaria e um anfiteatro (Figura 8), criando um novo espaço de contemplação, que tem como cenário principal a bacia do Rio Branco (RORAIMA, 2015). Essa foi uma das primeiras modificações na região após a intervenção de Darcy Derenusson de 1946 e a diminuição da circulação de pessoas, além da construção do espaço contemplativo houve intervenções em patrimônios históricos, sinalização, paisagismo e melhorias na infraestrutura.

A Orla Taumanan foi realizada em 2004 com área total de 6.500 m² (RORAIMA EM FOCO, 2015). Com grande potencialidade turística, o projeto tem alto teor apreciativo e de contemplação através de suas paisagens antrópicas, além da ponte dos Macuxis e a cidade do Cantá, e com paisagens naturais, como a Praia Grande na margem oposta da orla, localizada na Bacia Rio Branco, e a Serra Grande, com

quase 1.000 metros de altura (RORAIMA EM FOCO, 2015).

A Orla Taumanan foi inaugurada em 2 de julho de 2004, dentro do Projeto de Revitalização do Centro Histórico do município. Além de impulsionar o turismo e gerar emprego e renda, o espaço valoriza as belezas naturais da cidade e oferece lazer para a população, sendo frequentada por pessoas de todas as idades e necessidades. Trata-se de um píer construído às margens do Rio Branco e suspenso por duas plataformas que abrigam 11 quiosques com lanchonetes, restaurantes e dois palcos para show ao ar livre (Figura 9). No idioma macuxi Taumanan significa paz (RORAIMA EM FOCO, 2015).

A estrutura é abastecida por duas plataformas: a meiremê, que significa arco-íris, localizada na plataforma mais alta de frente para a Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo, e a Weikepá, que significa nascer do sol, localizada na plataforma mais baixa cuja estrutura está de frente para o monumento dos Pioneiros (RORAIMA EM FOCO, 2015).

A Orla Taumanan é suspensa por pilares de concreto que acompanham a topografia do terreno, com dois acessos princi-

Figura 8 -Escadaria e anfiteatro na orla de Boa Vista (1996).

Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.



país: o primeiro pelo Monumento dos Pioneiros e o segundo pela Igreja Nossa Senhora do Carmo. A primeira inauguração do empreendimento foi em 2004, com 11 quiosques de alvenaria com telhas de barro e p ier, o paisagismo distribuído e equipamentos urbanos. O elo de ligação entre as duas plataformas era

por uma escadaria e rampa que além do deslocamento e acesso, funcionou como rota para contemplação da paisagem do rio, praia e formações geológicas.

Em junho de 2014, a Orla Taumanan foi fechada para reforma, sendo reinaugurada em 06 de novembro de 2015, com novos

Figura 9 - Orla Taumanan (2005).

Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.





quiosques, mobiliários urbanos, banheiros, pintura, reforma do piso (substituído por materiais mais resistentes), iluminação de LED e aplicação da acessibilidade. O empreendimento está circundado por patrimônios históricos significativo valor simbólico. As florestas urbanas que abrigam várias espécies da fauna e da flora têm como habitat as manchas verdes no entorno da margem do rio que banha a cidade de Boa Vista (Figura 10).

Em contraponto a propaganda promovida pela gestão pública sobre a Orla

Taumanan, o empreendimento foi alvo de oposição vivida pelos moradores do entorno. A plataforma Weikepá foi construída sobre o Porto do Cimento, asfixiando as ruínas do elemento portuário que representou importância econômica, social e histórica desde a fundação da cidade de Boa Vista.

Com a Orla Taumanan houve crescimento do movimento turístico e econômico na região, sob a história que representou vestígios da memória e identidade local,

Figura 10 - A) Acesso à Orla Taumanan; B) Plataforma Weikepá; C) Vista da Orla Taumanan; D) Acesso ao antigo Porto do Cimento (2019)

Fonte: Acervo de Jefferson Morales



Figura 11 - Diferentes perspectivas da Orla Taumanan como barreira física para contemplação da paisagem.

Fonte: Acervo de Jefferson Morales.

promovendo a reutilização da orla do Rio Branco privando às futuras gerações a vivência e contato direto com o rio Branco pela barreira física de contemplação da paisagem.

Esse porto representava o embrião da cidade, pois era onde atracavam todas as embarcações/batelões com os carros de boi. Na época das cheias (chuvas), as grandes embarcações e balsas vindas de Manaus passavam dias, às vezes semanas atracadas, ocasionando um ponto turístico (RORAIMA, 2015).

O Porto do Cimento, no projeto da Orla Taumanan ficou submerso, impedido

de realizar as atividades como as procissões do padroeiro da cidade, São Pedro (29/06), atracação de embarcações turísticas e as relações/vivências sociais na praia. A Orla Taumanan foi reutilizada para os outros fins turísticos e de serviços. Os elementos naturais foram impactados para a realização do empreendimento, movimentação do solo, desmatamento, perda de habitat da fauna e flora.

Com este Projeto pretendia-se, resolver problemáticas sociais como o tráfico de drogas, prostituição e moradores de rua, que estavam utilizando as áreas abandonadas do centro histórico, porém com a inauguração e 15 anos de existência da

Orla Taumanan, os problemas sociais não foram resolvidos, sob a plataforma Weikepé os mesmos problemas existem. Com a falta de iluminação e segurança pública as ruínas do Porto do Cimento abriga pessoas em vulnerabilidade social reforçando o abandono da gestão pública com o centro histórico.

Conclusão

A orla do Rio Branco a partir da fundação da Fazenda Boa Vista assumiu papel protagonista, sendo a porta de entrada do importante do único núcleo urbano da região. As utilizações do beira-rio faceou-se para o desenvolvimento econômico e vivências sociais da comunidade, em que pessoas importantes para fundação e evolução desembarcaram no Porto Fluvial que posteriormente chamado de Porto do Cimento.

A importância histórica do Porto do Cimento é inegável pelos dados históricos obtidos, porém, com a “modernização” das cidades ocasionou decisões que impactaram em patrimônios históricos cuja representatividade da memória e identidade foram afetadas com a construção do monumento Orla Taumanan.

A gestão pública viabiliza intervenções precipitadas ou intencionadas cuja impactos atingem não apenas os laços patrimoniais da população com o bem, mas os instrumentos legais de preservação dos patrimônios históricos. O estudo de caso Porto do Cimento evidencia este caso que devido a importância histórica do Porto do Cimento não impediu a implantação do Projeto Orla Taumanan.

Com a construção da Orla Taumanan como uma das séries de intervenções com fins de requalificar o núcleo urbano e aplicação da modernização da cidade frente à globalização impactaram diretamente nos problemas sociais, nos velhos sob a ótica de resolução nas problemáticas existentes em consequência do abandono do poder público com o espaço, e criando novos pois tais decisões promoveram a inexistência de patrimônios históricos afetando na memória da sociedade

No que tange ao abandono do Porto do Cimento, ações poderiam ser implantadas como a revitalização do conjunto portuário, promoção de eventos culturais, turísticos e comércio, a locação da Orla Taumanan a partir e não sobre o porto, a criação de rotas culturais dos patrimônios históricos do entorno e o beira-rio. Dessa forma, a reutilização exigida e a necessi-

dade da sociedade contemporânea seriam contempladas, e a preservação de um marco histórico local seria instituída.

O estudo apresentado faz parte de uma dissertação de mestrado desenvolvida na área de estudo. A pesquisa embrionária desdobrará para analisar os aspectos cuja intervenções arquitetônicas e urbanísticas impactam no centro histórico, considerando aspectos como: afetividade, fenômenos urbanos, arquitetura, rela-

ção homem amazônico-rio, assim como aprofundar os dados históricos da ocupação europeia em Roraima.

Referências

- BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima I. Do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, PA, n. 9, p. 123-144, jan. 1993.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima I. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, PA, n. 9(2), p. 177-197, dez. 1993.
- BARBOSA, R.; FERREIRA, E.; CASTELLÓN, E. Historiografia das expedições científicas e exploratórias do Vale do rio branco. *Homem, Ambiente e Ecologia no Estado de Roraima*, Boa Vista, p.193-2016. 1997.
- BATISTA, Amarildo Nogueira. *Políticas Públicas e Produção do Espaço Urbano de Boa Vista – Roraima (1988-2011)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Roraima, Programa de pós-graduação em Geografia, Boa Vista, 2013.
- BEZERRA, R. Identificação e reutilização do patrimônio no processo de reinvenção das cidades : uma reflexão a partir da cidade de Almada. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v.46, n.1, p.69-92. 2015.
- BOA VISTA. Decreto-lei n. 2614, de 15 de outubro de 1993, Tomba os prédios abairo relacionados para construção do acervo do patrimônio histórico do Município de Boa Vista – RR. *Diário Oficial do Município de Boa Vista*, Boa Vista, RR, 26 nov. 1993.
- COSTA, Graciete Guerra da Costa. *Fortes Portugueses na Amazônia Brasileira*. Tese (Pós-doutorado - IREL/UnB) – Universidade de Brasília, Instituto de Relações Internacionais, Brasília, 2015.
- DGOTDU. *Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano*, “Política de Cidades Polis XXI”. 2005. Acessado em: www.dgotdu.pt/politicidades, 20/06/2019.
- FREITAS, Aimberê. *A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985*. Manaus : Ed. Umberto Caldeirado LTDA, 1993.
- LIMA, Maria Goretti Leite de. *AS TRANSFORMAÇÕES DA PAISAGEM DO SÍTIO HISTÓRICO URBANO DE BOA VISTA: um olhar a partir da fotografia*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2011.
- MORALES, J; FERKO, G; COSTA, G. Reutilização da Orla Taumanan In: 7º do _co, mo.mo – Norte e Nordeste, 2018, Manaus. *ANAIS*.Manaus:UFAM, 2018.
- OLIVEIRA, R. As transformações na organização especial no Estado de Roraima: uma conversa inicial a partir de BR-174. *Revista Acta Geográfica*, Campo Grande, v.1, p. 45-65. 2007.
- OURIQUES, Alfredo Ernesto Jacques. *O Valle do Rio Branco*. Manaus : Governo do Estado do Amazonas – Edição especial, 1906.
- RICE, Alexander Hamilton. *Exploração da Guiana Brasileira*. Tradução e notas LacyrSchettiano prefácio de Mário G. Ferri – Belo Horizonte. São Paulo : Ed. Da Universidade de São Paulo, 1978.
- RAMALHO, Paulina O.; RAMALHO, Carla O.; VELOZO, Leonardo V.; OLIVEIRA, Leonardo R. Rio Branco : patrimônio cultural de Roraima. In: Congresso Nacional para Salvar o Patrimônio Cultural, n.1, 2017, Cuiabá. *ANAIS...Cuiabá : CICOP*, 2017. P. 1-15.
- RORAIMA. Secretaria do Estado da Cultura. *Solicitação de Tombamento do Muro do Rio Branco, subordinado à Prefeitura Municipal de Boa Vista*. Memo n. 52/2015/ Gabinete do Secretário Adjunto/ SECULT, de 27 de agosto de 2015.
- RORAIMA EM FOCO. Orla Taumanan: um dos principais pontos turísticos da cidade é reinaugurado nesta sexta-feira. *RORAIMA EM FOCO*, Boa Vista, 06 nov. 2015. Aces-sado em: <<http://www.roraimaemfoco.com/orla-taumanan-um-dos-principais-pontos-turisticos-da-cidade-e-reinaugurado-nesta-sexta-feira>>. Acesso em: 13 dez. 2017.
- VARGAS, H; CASTILHO, A. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In: VARGAS, H; CASTILHO, A. (org.). *Intervenções em centros históricos: objetivos, estratégias e resultados*. São Paulo: Editora Manole, 2015.
- VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A Produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, Departamento de Geografia, São Paulo, 2009.

O Lugar do Centro de Boa Vista

El Lugar del Centro de Boa Vista

Boa Vista - The Place of the Centre

Ayana Dantas de Medeiros

Mestranda pelo Programa de Pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília.

E-mail: ayana@aluno.unb.br/ayanadantas@gmail.com  orcid.org/0000-0002-5548-0924

Graciete Guerra da Costa

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFRR, Pós-doutora pelo Instituto de Relações Internacionais - IREL na Universidade de Brasília.

E-mail: graciete.costa@ufr.br/gracietegcosta@gmail.com  orcid.org/0000-0003-2033-983X

RESUMO

O centro de Boa Vista abriga história e origens arquitetônicas, sociais e culturais do meio urbano e pas-sou de luxo a lixo com o espraiamento da mancha urbana, a chegada de shoppings centers e o crescimento que tirou de si a virtude que carrega no nome: sua centralidade. Nas grandes cidades os centros vêm man-tendo, muitas vezes, apenas sua função econômica. São marcados por processos de degradação e exclusão social, suas terras perdem valor e tornam-se obsoletos. Porém, na contramão do processo de ocupação do espaço urbano movido pelo interesse próprio e na necessidade de revitalizar espaços que, como o centro, dispõem de boa infraestrutura urbana e localização estratégica, ganham força projetos de revitalização e requalificação em áreas urbanas centrais. Esse artigo trata da proposta de estudar a condição de centro em Boa Vista, tendo em vista a evolução urbana da cidade, que é constantemente transformada pela dinâmica do capital que modifica o espaço e que, com o abandono das autoridades, gera desprezo quanto á sua função social, histórica e cultural. Nesses termos, este trabalho oferece o embasamento teórico que busca proporcionar melhores condições de entendimento do Centro de Boa Vista, capital do estado de Roraima.

Palavras-chave: Paisagem Cultural, Centro, Boa Vista.

RESUMEN

El centro de Boa Vista, que alberga historia y orígenes arquitectónicos, sociales y culturales del medio urbano, pasó de lujo a basura con el espálico de la mancha urbana, la llegada de centros comerciales y el crecimiento que sacó de sí la virtud que se carga en el nombre: su centralidad. En las grandes ciudades, los centros han mantenido a menudo sólo su función económica. Marcados por procesos de degradación y exclusión social, su tierra pierde valor y se vuelven obsoletos. Sin embargo, en contra del proceso de ocupación del espacio urbano movido al interés propio y en la necesidad de revitalizar espacios que, como el centro, dispone de buena infraestructura urbana y localización estratégica, ganan impactos proyectos de revitalización y recalificación en áreas urbanas centrales. Este artículo trata de la propuesta de estudiar la condición de centro en la ciudad de Boa Vista, teniendo en vista la evolución urbana de la ciudad, que es constantemente transformada por la dinámica del capital que transforma el espacio y con el abandono de las autoridades que desprecian su vida función social, histórica y cultural. En estos términos, este trabajo ofrece, del basamento teórico que busca proporcionar mejores condiciones de entendimiento del Centro de Boa Vista, capital del estado de Roraima.

Palabras clave: Paisaje Cultural, Centro, Boa Vista.

ABSTRACT

Boa Vista's centre is home to history and architectural, social and cultural origins of the urban field. It has gone from luxurious to trashy due to the enlargement of the urban stripe, the establishment of malls and the growth that the place carries in its name: it is central. In big cities, too often centres have been maintaining exclusively their economical function. On one hand, they have been marked by processes of degradation and social exclusion, so its land is losing its worth and becoming obsolete. But on the other hand, going against the urban space occupation process moved by its own interests and in the need to give new life to spaces like the centre, which already have a nice infrastructure and strategic location, there are revitalization and requalification programs in central urban areas. This article talks about the conditions at the centre of Boa Vista, considering the city's urban evolution, changing uninterruptedly by the dynamics of capital which transforms space, the abandoning regarding authorities and the neglect towards the social, historical and cultural functions. Thus, this work offers a base theory looking to up-grade conditions of understanding Boa Vista's Centre, in the capital city of the State of Roraima, Brazil.

Keywords: Paisagem Cultural, Centro, Boa Vista.

Introdução

Em um resgate cronológico, a Revolução Industrial nos trouxe um novo sistema: homem e máquina. Associado a uma sequência de fatos históricos, sociais e econômicos foi inserida uma nova ordem de produção que faz a cidade se apresentar como um espaço essencial para a vida humana. Ela torna-se mais do que uma opção. É a matriz do desenvolvimento.

A globalização oferece à urbanidade um avassalador processo de atração e crescimento. Alguns autores tratam desse fenômeno como algo irreversível e que se impõe de forma autoritária sobre nossa sociedade. Para Santos (2010) trata-se de um movimento hegemônico que submete à lugares suas origens, através da violência do dinheiro e da informação.

No Brasil, esse crescimento veio, geralmente, cercado de desordem. Acontece de fato desde o início do século XX, em um movimento instintivo na busca de progresso econômico e no pensamento coletivo de que a cidade é resguardada de melhores oportunidades e condições de qualidade de vida. O que ocorre, porém, é que essas condições são fortemente afetadas com um contingente tamanho para os quais os espaços urbanos não foram

preparados. Assim, as bonanças supostamente existentes são aniquiladas por uma equação desigual: muita gente, pouca infraestrutura.

Com isso, um ambiente fortemente transformado na cidade do século XX reaparece e uma ganha força outrora perdida: o centro. Região que comumente abriga a história e as origens arquitetônicas, sociais e culturais do meio urbano, ele passa de luxo a lixo com o espraiamento da mancha urbana, a chegada de shoppings centers e o crescimento que tirou de si a virtude que carrega no nome: sua centralidade. Na visão de Gomes (2005), “centro” é o núcleo de origem de um aglomerado, de onde irradiam outras áreas urbanas sedimentadas pelo tempo, conferindo a esta zona uma característica própria, cuja delimitação deve implicar todo um conjunto de regras tendentes à sua conservação e valor.

O processo de degradação vivido pelos centros urbanos é intenso e caracterizado por uma forte segregação. Grupos sociais foram/são expulsos das regiões onde habitavam, transferidos involuntariamente para uma periferia, onde lhes é viável pagar pelo usufruto da terra.

Pasquotto (2008) discorre sobre outro fenômeno comum: equipamentos de cultura e lazer que, assim como o comércio, acompanham os mais abastados - onde quer que se instalem - em um movimento migratório que faz do tecido urbano um ambiente extremamente desigual. Nesse momento, de desconstrução das formas de ocupação do meio, um espaço que tem modos transformados é justamente o centro e as zonas historicamente ocupadas.

Nesse limiar, cabe um momento de reflexão para buscar entender o papel de lugar e valor recebido por essa área urbana, o centro. Reis-Alves (2004) elabora que lugar é o espaço ocupado, ou seja, habitado, uma vez que uma de suas definições sugere sentido de povoado, região e país. O termo habitado, de habitar, neste contexto, é acrescido da ideia de um novo elemento, o homem. O espaço ganha significado e valor em razão da simples presença do homem, seja para acomodá-lo fisicamente, como o seu lar, seja para servir como palco para as suas atividades.

Tuan (1983) retifica que o significado de espaço frequentemente se funde com o de lugar, uma vez que as duas categorias não podem ser compreendidas uma sem

a outra. Segundo ele, o que começa como um espaço indiferenciado, transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. (REIS-ALVES, 2004)

É nesse cenário que essa investigação se insere: na tentativa de perceber algumas variáveis agentes no centro da cidade de Boa Vista, diante do recorte de sua condição legal e patrimonial. Esse estudo faz parte de uma pesquisa iniciada em 2015 e conta com a dinâmica da relação espaço e sociedade, que ganha diferentes importâncias, nos diferentes momentos da história moderna. Saliente a modificações geradas por agentes transformadores do espaço, essa região da cidade atravessa um processo complexo, onde todos estão envolvidos: poder público, iniciativa privada e sociedade civil.

A cidade de Boa Vista

Boa Vista possui uma extensão territorial de 5.687km², faz parte da subdivisão de Fronteira de Integração da Porção Ocidental da Amazônia, encontra-se na mesorregião Norte de Roraima, dentro da microrregião que leva seu nome. Está localizada na margem direita do Rio Branco (afluente dos Rios Negro e Amazonas), apresenta clima equatorial com



Figuras 1 - Foto aérea da Vila de Boa Vista, 1924.
Fonte: Acervo de Hamilton Rice.

temperatura média de 28°C, vegetação cerrada e 02 estações bem definidas: seca (verão – de outubro a março) e chuvosa (inverno – de abril a setembro).

É capital de um dos mais jovens estados brasileiros. Roraima ganhou esse caráter quando, em 05 de outubro de 1988, foi elevado de Território à Estado (juntamente com o Amapá), através da promulgação da Constituição de mesmo ano. Apesar da recente criação do estado, Boa Vista tem sua origem ainda no século XIX e foi sede do extinto Território de Roraima – vinculado ao estado do Amazonas. Com a constituição de 88, é elevada a capital, mantendo o caráter de sede administrativa e política local.

A gênese de sua ocupação ocorre na primeira metade do século XIX, com a transferência do antigo povoado de São Joaquim (que abrigava um forte com o mesmo nome) para as margens do Rio Branco. Lá, foi instalada a Fazenda Boa Vista e, em 1830, é determinada a fundação da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo (da Ordem dos Carmelitas) na sede da fazenda. Em 1890, o vilarejo ganha caráter de cidade e é desmembrado do município de Moura (Amazonas).

Quando, em 1943, é criado o Território Federal do Rio Branco (o nome “Roraima” só foi atribuído por volta de 1962), Boa Vista deixa de ser regência apenas do Amazonas para tornar-se capital do território. Nesse momento, o governo militar propõe uma política de forte de

Figuras 2 - Maquete do Plano Urbanístico - 1946.
Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

incentivo para ocupação das fronteiras, e são adotadas medidas estratégicas que impulsionam tal processo.

O interesse na criação e ocupação do Território se deu na necessidade de preencher um espaço de fronteira ainda pouco ocupado. Juntamente com a vinda de pessoas para a administração pública e para as obras da nova capital, foram criadas colônias agrícolas no interior para a efetiva ocupação da área, algumas das quais dão origem a futuros municípios. (STAEVIE, 2011, p. 73)

Em 1944, a fim de garantir esse incentivo de ocupação, Darcy Aleixo Derenusson, engenheiro civil da empresa Riobras, é convidado para elaborar um Plano Urbanístico para Boa Vista. Em 1946, o plano é entregue às autoridades, quando é providenciada sua execução. O Plano Urbanístico de Derenusson prevê um traçado radial concêntrico, de forma que todas as grandes avenidas da cidade partem de um núcleo central (o Centro Cívico) em direção á duas grandes linhas limítrofes (Avenidas Venezuela e Brigadeiro Eduardo Gomes).

Ele desenvolve um traçado cartesiano com formato radial concêntrico e alguns autores fazem referências à outras capi-

tais do Brasil (como Goiânia e Belo Horizonte) como inspi-ração para seu projeto.



O Plano Diretor vigente (Lei nº 924, de 28 de novembro de 2006) divide a cidade em 05 zonas urbanas: Centro, Norte, Sul, Leste e Oeste. A gênese da cidade está localizada no Centro e o Plano Urbanístico de Derenusson respeitou o que Veras (2007) chama de gênese espontânea da cidade.

O crescimento desordenado de Boa Vista levou o plano urbanístico ao seu limite e, hoje, a morfologia da cidade se desenvolve sobre novas dinâmicas.

O Plano Urbanístico passou a incorporar novos ritmos de organização espacial devido ao caráter concentrador e pelo fato dos arranjos espaciais que definiam a cidade na época estarem ligados a ações políticas isoladas, que, por sua vez, eram seletivas e acentuavam as desigualdades, criando diferenciações socioespaciais intraurbanas e formação de ter-

ritórios precários, que até hoje são presenciados. (VERAS, 2007, p.14).

Dados do último Censo Demográfico do IBGE (2010) apontavam para uma população de 284.313 habitantes (63% da população total do estado), em uma configuração predominantemente urbana (apenas 6.504 habitantes encontram-se na zona rural da cidade), fenômeno comum naquele cenário brasileiro. Segundo dados da plataforma digital do IBGE, a população estimada para o ano de 2018 é de 375.374 habitantes. Apesar do recente processo de explosão demográfica e consequente urbanização acelerada – é considerada uma das menores capitais do país.

A cidade, que se desenvolveu a partir do Centro, cresce no sentido Oeste da malha urbana. Esse fenômeno ganha força a partir dos anos 80, como elucida Staevie:

Entre 1980, início do boom demográfico de Boa Vista, até 2007, a população quase quadruplicou, passando de 67.017 para 249.853 habitantes, chegando, atualmente, a aproximadamente 285 mil habitantes. Cerca de 98% desse total reside na zona urbana diferentemente de 1980, quando o tamanho da população rural ainda se aproximava da urbana. (STAEVIE, 2011, p. 74)

Veras e Staevie analisam o boom demográfico que a cidade encara nas últimas décadas através de alguns argumentos, como: a atividade garimpeira que levou milhares de operários à Roraima nos anos 80 e que, com seu fim, se aglomeraram na capital; a elevação do Território à Estado, criando uma grande demanda de postos de trabalho, o que atrai - até hoje - emigrantes de todo o Brasil; a pouca infraestrutura dos demais municípios de Roraima, obrigando Boa Vista a dispor de assistência plena no sentido social e econômico do estado; as promessas políticas, promovidas por governos na intenção de movimentar a vida econômica do estado, também são responsáveis pela chegada de grande contingente de pessoas (em especial, nas gestões do Brigadeiro Ottonmar de Souza Pinto); e, por fim, mas não menos importante, um fenômeno que ganha força a partir da demarcação de terras indígenas (que hoje cobre 46,37% do território roraimense), com a chegada de índios colonizados, que trabalhavam em fazenda desapropriadas, ao centro urbano.

É prudente salientar que nos últimos anos pode ser incluindo à esses argumentos a imigração maciça de latino americanos proveniente de países imersos em

Figuras 3 - Mapeamento Urbano, Boa Vista - 1900.
Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

crises humanitárias, como Haiti e Venezuela.

Esse crescimento demográfico resulta na concentração de mais da metade da população de Roraima na cidade de Boa Vista, uma vez que ela concentra uma população 15 vezes maior que a do segundo município mais populoso do estado, Caracará. Todo esse contexto expõe a capital roraimense a um fenômeno comum às demais cidades brasileiras: um processo de urbanização não planejado.

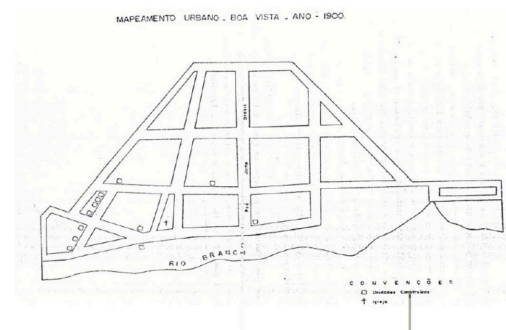
A grande concentração populacional e, conseqüentemente de bairros, na zona oeste, possui, como causa, a corrida do ouro que provocou uma corrente migratória, entre 1987 e 1990, quando Boa Vista dobrou o seu número de habitantes, pois de 52.614 registrados em 1980, a cidade passou a concentrar os 120.157 moradores, recenseados no Censo Demográfico realizado no decorrer de 1991. Até o período em foco, isto é, início da década de 1980, a cidade concentrava a sua população e tinha sua mancha urbana nos limites da BR-174 ou da Avenida Venezuela. (SILVA: AL-MEIDA; ROCHA, 2012, p. 102)

Apesar do crescimento urbano densamente orientado no sentido Oeste, Boa

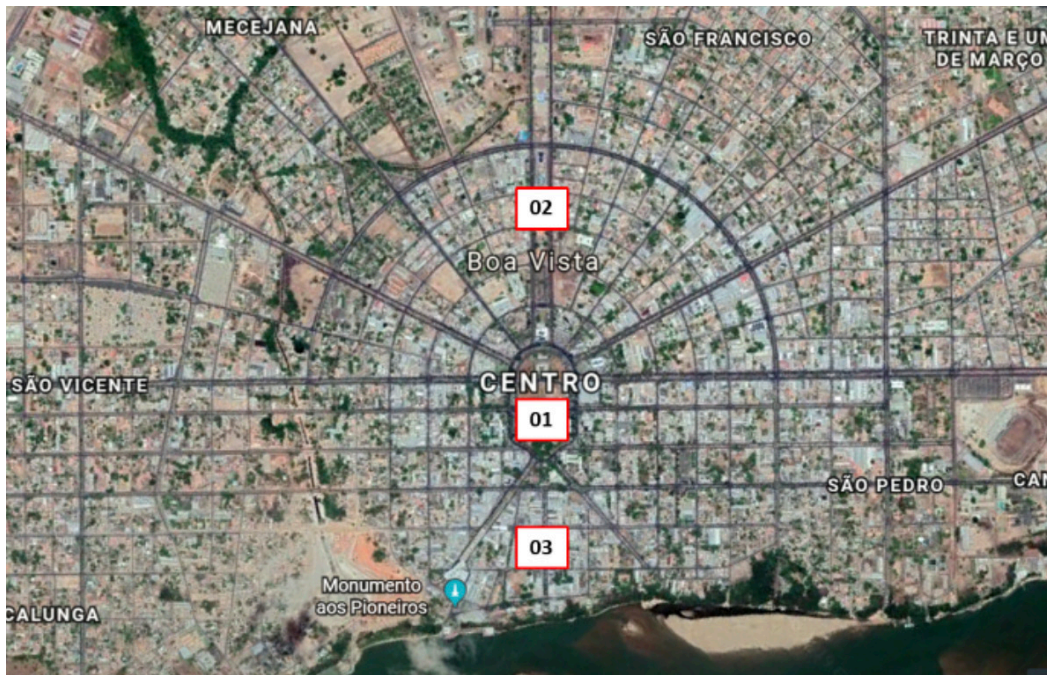
Vista ainda é muito dependente do que há edificado e concentrado no Plano De-renusson (região central da cidade). Daí a relação de importância que, para além de polo comercial, é conferido ao Centro da cidade.

O centro de Boa Vista

O Centro é resguardado de uma forte identidade popular. Assim como em outras cidades, possui peculiaridades e realidades específicas e, pelo caráter que lhe é garantido, graças ao Plano Urbanístico, seu simbolismo se concretiza até mesmo pelo desenho que possui.



O bairro Centro é composto por uma região heterogênea da cidade de Boa Vista/RR. Compreende o Arruamento Histórico de Veras (2007), o eixo comercial das avenidas Jaime Brasil e Sebastião Diniz e o popularmente conhecido como Centro Cívico, que originalmente é chamado de praça Joaquim Nabuco (onde está localizada a sede do Governo do Es-



Mapa 1 - Imagem de satélite do centro de Boa Vista e bairros adjacentes. Fonte: Google Earth.

tado - Palácio Senador Hélio Campos, o Monumento aos Garimpeiros, obras artísticas simbólicas, dentre tantas obras emblemáticas da cidade construídas nos anos 70 e 80).

Do Centro Cívico (número 01 no Mapa 1), parte um dos principais espaços de lazer da cidade: o complexo de praças das Águas e Ayrton Senna (número 02 no Mapa 1). Trata-se de um eixo longitudinal que se estende até aeroporto, com espaços públicos, restaurantes, centros de arte, monumentos, ambientes de convivência e prática esportiva.

Do lado oposto ao eixo de lazer - em direção ao Rio Branco - está a área identificada como objeto de estudo deste estudo,

o que compreende a antiga zona comercial da cidade, o Centro Histórico de Boa Vista (número 03 no Mapa 1). Essa região abriga os principais edifícios históricos de Boa Vista, bem como o núcleo urbano embrionário da cidade.

Relatos e depoimentos de famílias tradicionais boa-vistenses certificam de que essa região é cercada de importância. Nela está o Bar Meu Cantinho (sede da antiga Fazenda Boa Vista, que deu origem a cidade), a Igreja Matriz (a primeira igreja e uma das primeiras edificações), a Casa da Cultura (antiga sede de autarquias do extinto território e espaço de onde decorria diversas manifestações populares), as Avenidas Floriano Peixoto e Jaime Brasil

(primeiras ruas da cidade), dentre tantos outros espaços de valor histórico.

Em meio às atuais condições de perturbação do Centro, seja pelo descaso, pela perda de importância, pela centralidade que deixou de ter ou pelos poucos esforços feitos para manutenção da ordem no local, é interessante destacar três intervenções recentes. A primeira delas foi a desapropriação de lotes comerciais edificadas para a construção do Centro Comercial Caxambú, há mais de 15 anos. Hoje, a área abriga um camelódromo construído e gerenciado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista. Outra intervenção foi a construção da Orla Taumanã (entregue para população há cerca de 10 anos, tendo passado por reforma em 2015), para o qual foi demolido o primeiro porto da cidade. Essa obra invade uma área de preservação ambiental, sendo construída sobre o espelho d'água. A terceira intervenção está em curso, sendo a remoção de moradores e desmonte de edificações ribeirinhas na região popularmente conhecida como Beiral, para um grande projeto de ocupação das margens do rio e ampliação do Projeto Orla, ainda em desenvolvimento.

A legislação vigente

O estado de Roraima é instituído através da Constituição Federal de 1988, onde Boa Vista é promulgada como capital. Porém, antes disso, a cidade já dispunha de suas primeiras leis urbanísticas: em 1974, por meio da Lei nº 18 de 21 de agosto desse ano, é sancionado o Código e Obras e Posturas Municipal (ainda em vigor). Em 1976, a Lei nº 42 trata do Plano de Urbanismo e Zoneamento de Boa Vista, um esboço do primeiro Plano Diretor da cidade, que só é desenvolvido na década de 80 e promulgado em 06 de setembro de 1991.

Na elaboração do referido plano não houve uma consulta prévia à população, tão pouco uma leitura da cidade que pudesse diagnosticar as reais necessidades da população e os arranjos produtivos locais que favorecessem o desenvolvimento e crescimento ordenado do território. Entre as leis criadas pelo referido plano destaque o seu Capítulo II, que trata da divisão em zonas, setores e bairros da cidade. (VERAS, 2007, p. 16)

Em 2006, em cumprimento da Lei Federal 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto das Cidades), a Prefeitura Municipal sanciona o Plano Diretor Estratégico e Participativo de Boa Vista, por meio da

Lei Complementar nº 924, de 28 de novembro de 2006. O plano passa a vigorar a partir de 01 de janeiro de 2007, estando ainda ativo apesar do não cumprimento de prazo para revisão, previsto pelo Art. 40, §3º do Estatuto das Cidades.

Segundo o Art. 03 do Plano Diretor Estratégico e Participativo do município, seu objetivo geral é a promoção do ordenamento territorial e o desenvolvimento social e econômico sustentável do município de Boa Vista, a partir do reconhecimento de suas potencialidades e de seus condicionantes ambientais. Ele trata, como o objetivo supõe, das estratégias do desenvolvimento municipal, econômico e sustentável, da qualidade ambiental e recursos hídricos, do macrozoneamento municipal, das estratégias de ordenamento e estruturação urbana, de instrumentos urbanísticos, de produção e regularização habitacional, promoção de saneamento ambiental urbano, arborização, valorização do patrimônio cultural e do sistema de planejamento e gestão urbana.

Para complementar o Plano Diretor de 2006, são elaboradas legislações específicas, que tratam de assuntos predeterminados nele. São elas: Lei nº 925, que dispõe sobre o parcelamento de solo urbano, e Lei nº 926, que trata do uso e ocupação do solo de Boa Vista. Ambos

os documentos estão em vigor, com a complementação da Lei Municipal nº 1.232, de 31 de março de 2010, que atualiza alguns dos dispositivos da Lei de nº 926.

Através dos documentos apresentados, é possível realizar a análise da legislação vigente no Centro de Boa Vista. Quanto ao macrozoneamento urbano, o Plano Diretor institui que o bairro está inserido na Área Urbana Parcelada (AUP), e a Lei de Uso e Ocupação do Solo determina a subdivisão na Zona Central (ZC).

Art. 05 - §1º: A Zona Central (ZC) tem como objetivo reforçar a permanência de usos comerciais e institucionais que atribuem características de centralidade à área e preservar o traçado do plano de Boa Vista, assegurando a ambiência da área com a manutenção do parcelamento do solo e volumetria proposta. (Lei Municipal nº 926, 2006.)

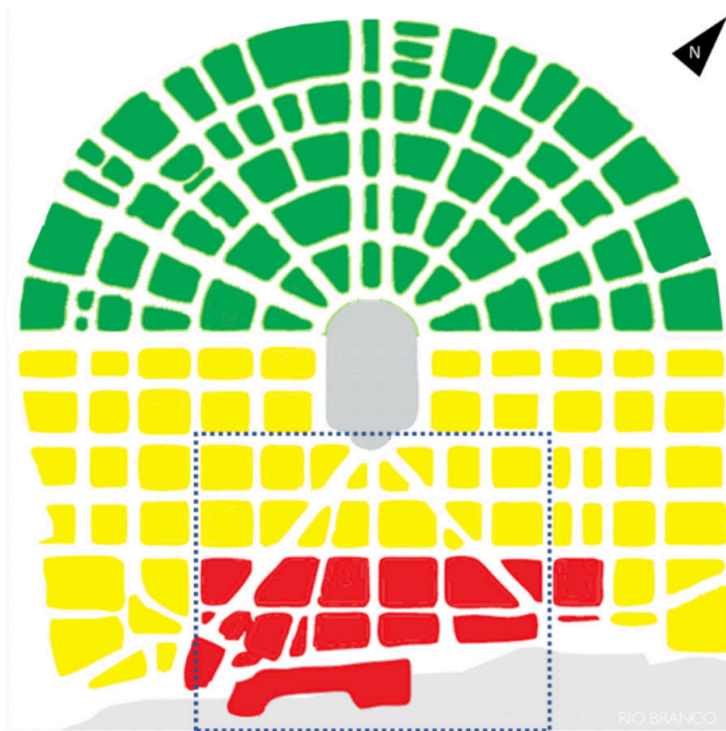
Ainda sobre a Zona Central, a LUOS prevê que “por suas peculiaridades de formação, subdivide-se em 03 setores distintos para efeito dos parâmetros urbanísticos”, sendo proposta a seguinte divisão: Setor I da Zona Central (em amarelo), Setor II da Zona Central (em verde) e Setor Especial Histórico – SEH (em vermelho).

Mapa 2 - Zoneamento do Centro de Boa Vista conforme plano diretor de 2006. Tracejado, a área de estudo desse artigo, determinado como Centro Histórico de Boa Vista. Fonte: Autora.

Quanto aos usos compatíveis com cada zona, a lei dispõe que os únicos inapropriados para os setores I e II são as atividades relacionadas à altíssimo impacto que, nesses termos, abrange: uso industrial, para fabricação de qualquer fim; uso comercial, quanto à construção de depósito e comercialização de artificios de combustão; e serviços de hospitais e equipamentos de esporte e lazer (como

A legislação determina, ainda, Eixos Comerciais de Serviços (ECS's) que, no Centro, compreendem as Avenidas Jaime Brasil, Sebastião Diniz, Bento Brasil, João Pereira de Melo e Silvio Botelho.

Art. 14 - §1º: As edificações situadas nos Eixos Comerciais de Serviços – ECS's com até 02 (dois) pavimento e altura máxima de até 10 metros serão livres dos afastamentos frontais e laterais, desde que atendidos os demais parâmetros estabelecidos para a Zona. (Lei Municipal nº 926).



A questão do patrimônio

O patrimônio histórico de Boa Vista é a representação por símbolos e estilos que remontam um passado não tão distante, onde muitos acreditam que os mesmos não passam de velharias, mas ao observar as mudanças ocorridas na cidade em tão pouco tempo, surge a necessidade de preservar seu patrimônio seja ele proveniente da cultura material, imaterial ou natural, para que a história local não seja somente em memória, correndo o risco de se perder no tempo. (GONÇALVES, 2013, p. 18)

autódromos, estádios, parques, quadras de eventos, circos, feiras e similares). Para além dos usos não compatíveis com os setores I e II, ao Setor Especial Histórico também são descartadas as atividades de alto impacto.

No Centro de Boa Vista encontram-se diversos equipamentos de valor histórico e patrimonial para a cidade e o estado de Roraima. Apenas 03 dos edifícios tom-



bados em Boa Vista não estão na área do objeto de estudo.

O patrimônio cultural edificado da região está sobre tombo municipal e estadual. Na esfera federal, o único bem tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) no estado de Roraima são as ruínas do Forte São Joaquim, que se encontram numa porção de ilha entre os Rios Tacutu e Uraricoera, na zona rural de Boa Vista.

Existe uma notável preocupação na preservação de alguns edifícios, como a Igreja Matriz (restaurada em anos 2008), as construções que compreendem as imediações da Orla Taumanã (o Centro de Artesanato e antiga sede da Secretaria de Educação e do INCRA), e o edifício da Prelazia, mantido pela Diocese de Roraima. Contudo, ilustrando bem o fato de que a preocupação com o patrimônio cultural edificado de Boa Vista é algo extremamente pontual e de cunho econô-

Mapa 3 - Mapeamento da situação atual do patrimônio cultural edificado do Centro Histórico de Boa Vista. Na cor verde estão os bens ainda edificados e com potencial de restauração, em amarelo os completamente descaracterizados e em preto os demolidos. Traçados estão os equipamentos urbanos (como praças e escolas).

Fonte: Autora.

mico e político, a maioria das edificações estão em desuso, descaracterizadas e, inclusive, em abandono.

Exemplo disso é a Casa de Cultura. Edificação que destoa do cenário boa-vistense, ela já teve grande importância para a cidade. Foi sede de diversas companhias públicas e palco, inclusive, de manifestações populares. Hoje, o edifício está completamente abandonado e é ponto de uso de drogas de moradores de rua. No começo desse ano, 2015, o IPHAN demonstrou interesse em realizar o tombamento federal do imóvel. Isso, porém, é um processo que requer tempo.

Depoimentos de moradores antigos da cidade relatam que os desfiles de 07 de setembro e os festejos populares, como

carnaval e São João eram celebrados na Avenida Jaime Brasil e em suas imediações, até os anos 1970. Isso reforça a importância histórica desse lugar do-tado de história.

Outro lugar dotado de significado onde houve intervenção foi o Porto de Cimento, na confluência das avenidas Floriano Peixoto e Silvio Botelho. Principal acesso à Boa Vista, durante décadas, tratava-se de um acesso para rota fluvial, onde desembarcavam barcos que chegavam a cidade. Esse porto já não existe mais. Foi destruído para a construção da Orla Tau-manã, nos anos 2000.

Por fim, vale destacar a questão dos edifícios na avenida Jaime Brasil que sofrem com as fachadas alteradas e descaracte-

Figura 4 - Casa da Cultura, na Avenida Jaime Brasil - Centro de Boa Vista. Monumentos tombados pelas entidades que deveriam zelar pela manutenção do patrimônio histórico, em nítido processo de degradação.
Fonte: Ayana Dantas, 2015.



rizadas. A ausência de um instrumento normativo municipal que regulamente as fachadas comerciais permite que diversos edifícios com tombo municipal e/ou estadual sejam completamente envelopados por letreiros e estruturas que os fazem desaparecer.

Considerações Finais

Na cidade globalizada, os centros urbanos são lugares e meios por onde o progresso chega e acontece. Para além de sua função social, é solo fértil onde homem e tecnologia estreitam relações. Contudo, ele - o centro - vem, muitas vezes, mantendo tão somente sua função capital. Marcado por processos de degradação e exclusão, sua terra perde valor e torna-se obsoleta.

Do centro de Boa Vista o que se sabe, ao certo, é que muitos dos documentos oficiais se perderam com o tempo e com a pouca importância dada aos registros históricos das edificações boa-vistenses. É possível verificar que o traçado urbano foi rigorosamente seguido nos anos 70 (o que manteve a região do centro como lugar de valor social, econômica e geográfico) sendo que, depois disso, o crescimento orgânico da cidade promo-

veu outros processos de forma orgânica e desordenada.

Os desafios vividos pela capital roraimense (como o espraiamento da mancha urbana e o boom demográfico) reforçam a necessidade de atenção. Seja por uma legislação municipal defasada e que não estabelece parâmetros, critérios e/ou uma delimitação coerente para controle de degradação e valorização da área, seja pela identidade perdida entre cidade e cidadão ou pelos fatores sociais e econômicos que incidem diretamente sobre as transformações recorrentes, presentes e visíveis nas ruas do centro da cidade, é preciso diagnosticar e discutir o desgaste que incide sobre uma região historicamente importante, culturalmente rica e fisicamente dotada de uma infraestrutura urbana privilegiada.

A Igreja Matriz e o edifício da Prelazia são uns dos poucos monumentos históricos em bom estado de conservação. Em sua grande maioria, é possível observar o descaso com o patrimônio e os poucos esforços feitos por governos, entidades e sociedade para fins de preservação e manutenção de uma área com tamanho significado para a memória e identidade da cidade.

Repleto de singularidades, como é próprio de si, o espaço público é reflexo de um povo. Discorrido anteriormente, o centro é um lugar de significância quanto às origens de um lugar. Nesse sentido, esse documento se encerra com a reflexão sobre a omissão e manutenção de ausência do estado no centro de Boa Vista, que vez ou outra atua na região com projetos

desconexos e sem participação popular, corroborando em um ambiente de degradação e perda de valor social, econômico e cultural.

Referências


- BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. Ocupação humana em Roraima I. Uma revisão do equívoco da recente política de desenvolvimento e o crescimento desordenado. *Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas*, Belém, PA, n. 9(2), p. 177-197, dez. 1993.
- BATISTA, Amarildo Nogueira. *Políticas Públicas e Produção do Espaço Urbano de Boa Vista – Roraima (1988-2011)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Roraima, Programa de pós-graduação em Geografia, Boa Vista, 2013.
- BOA VISTA. Decreto-lei n. 2614, de 15 de outubro de 1993, Tomba os prédios abaixo relacionados para construção do acervo do patrimônio histórico do Município de Boa Vista – RR. *Diário Oficial do Município de Boa Vista*, Boa Vista, RR, 26 nov. 1993.
- DEL RIO, Vicente. Em busca do tempo perdido: O Renascimento dos centros urbanos. *Arqtextos*, São Paulo, v. 10, n. 006, p.00-00, nov. 2000. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/01.006/963>>. Acesso em: 01 maio 2015.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Org.) *Perfil das cidades brasileiras*. 2015. Disponível em: http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&colegislacao_06022014123941.pdf. Acesso em: 21 mar. 2015.
- Lei Complementar nº 244, de 06 de setembro de 1991. *Plano Diretor de Boa Vista (1991 – antigo)*. Disponível em: <http://www.boavista.rr.gov.br/site/arq/boavista_dmun=140010&search=roraima/boavista>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- Lei Complementar nº 924, de 28 de novembro de 2006. Dispõe sobre o Plano Diretor estratégico e participativo de Boa Vista e dá outras providências. *Lei Complementar Nº 924*. Disponível em: <http://www.boavista.rr.gov.br/site/arq/boavista_legislacao_06022014123941.pdf>. Acesso em: 27 mar. 2019.
- Lei Complementar nº 925, de 28 de novembro de 2006. Dispõe sobre o parcelamento de solo urbano do município de Boa Vista e dá outras providências. *Lei Complementar Nº 925*. Disponível em: <http://www.boavista.rr.gov.br/site/arq/boavista_legislacao_06022014124011.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- Lei Complementar nº 926, de 28 de novembro de 2006. Dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano do município de Boa Vista e dá outras providências. *Lei Complementar Nº 926*. Disponível em: <http://www.boavista.rr.gov.br/site/arq/boavista_legislacao_06022014124541.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- OLIVEIRA, Sued Trajano de. *Urbanidade de Espaços Públicos: Complexo Poliesportivo Ayrton Senna da Silva, Cidade de Boa Vista-RR*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Geografia, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, Roraima, 2019.
- PASQUOTTO, Geise Brizotti. Renovação, revitalização e reabilitação.: Reflexões sobre as terminologias nas intervenções urbanas. *Complexus, Nossa Senhora do Patrocínio*, v. 02, n. 01, p.143-149, set. 2010. Disponível em: <<http://engenhoinfo/revista/edo2/dartigos/11-Artigop143-149.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2015.
- REIS-ALVES, Luiz Augusto dos. *O conceito de lugar*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2004. il., 10 p
- SILVA, Georgia Patricia da. Observatório Geográfico da América Latina (Org.). *Dinâmicas urbanas na cidade de Boa Vista - Roraima: Tendências constitutivas e destrutivas do patrimônio cultural*. 2010. Disponível em: <<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal13/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/002.pdf>>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- SILVA, Georgia Patricia da; FALCÃO, Márcia Teixeira; BARBOSA, Maria Aparecida Ferreira. O caso e o descaso do patrimônio cultural da cidade de Boa Vista - Roraima. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, Salvador, v. 02, p.61-75, ago. 2011. Disponível em: <http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano5-edicao2/artigo_4.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- SILVA, Paulo Rogério de Freitas; ALMEIDA, Marcelo Mendes; ROCHA, Rafael Ale-xandre. As novas formas do tecido urbano de Boa Vista - Roraima. *Acta Geografia*, Boa Vista, v. 6, p.97-107, ago. 2012. Trimestral. Disponível em: <<http://revista.ufrb.br/index.php/actageo/article/view/470/765>>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- STAÉVIE, Pedro Marcelo. Expansão urbana e exclusão social em Boa Vista - Roraima. *Oculum Ensaios*, Campinas, v. 13, p.68-87, 2011. Semestral. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/oculum/article/viewFile/142/129>>. Acesso em: 21 mar. 2015.
- TUAN, Yi-fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983
- VERAS, Antônio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima*. 2007. 235 f. Tese (Doutorado) - Curso de Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

Arquitetos pioneiros na construção do estado de Roraima: décadas de 1980 e 1990


Arquitectos pioneros en la construcción del estado de Roraima: décadas de 1980 y 1990

Pioneer architects in the construction of the state of Roraima: decades of 1980 and 1990


Angélica P. Triani

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima - UFRR
E-mail: angelicatriani@outlook.com  orcid.org/0000-0001-9739-1172

Ohana P. Silva

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima - UFRR
E-mail: ohanapereira96@gmail.com  orcid.org/0000-0003-0501-4658

Paulina O. Ramalho

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (2012). Docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Coordenadora do Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo
E-mail: paulina.ramalho@ufr.br  orcid.org/0000-0002-4125-7246

RESUMO

Este artigo tem por objetivo evidenciar a importância dos arquitetos pioneiros de Roraima, que foram responsáveis pela consolidação da estrutura dos órgãos técnicos no surgimento do estado e que contribuíram para a imagem da arquitetura local, entre o final da década de 1980 e ao longo da década de 1990. Inseridos num segundo momento de influxo desenvolvimentista, estes arquitetos se destacaram pela coordenação e autoria de obras modernas que serviram de alicerce infraestrutural e arranque para o desenvolvimento socioeconômico roraimense, especialmente na década de 1990, com destaque às obras arquitetônicas dos edifícios institucionais, que constituíram um conjunto arquitetônico simbólico para a capital. A necessidade desse registro deve-se à escassez de documentação histórica desse período importante, sendo necessário o registro dessas contribuições, cujas fontes foram pesquisas bibliográficas e análises documentais, como entrevistas com os profissionais da época e registros fotográficos. Desse modo, o trabalho visa destacar como se deu o processo da Arquitetura Moderna tardia em Roraima nesse período, assim como o papel dos arquitetos dos órgãos públicos de infraestrutura como precursores na construção e consolidação do, então, novo estado brasileiro.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna; Roraima; Arquitetos pioneiros; Década de 1980-1990.

RESUMEN

Este artículo pretende destacar la importancia de los arquitectos pioneros de Roraima, que fueron los encargados de consolidar la estructura de los órganos técnicos en la emergencia del estado y que contribuyeron a la imagen de la arquitectura local, entre el final de la década de 1980 y más de la década de 1990. Insertados en un segundo momento de afluencia de desarrollo, estos arquitectos destacaron por la coordinación y autoría de las obras modernas que sirvieron de base para la infraestructura y puesta en marcha del desarrollo socio-económico de Roraima, especialmente en 1990, con énfasis en las obras arquitectónicas de los edificios institucionales, constituyendo un conjunto arquitectónico simbólico para el Capital. La necesidad de este registro se debe a la escasez de documentación histórica de este importante período, y es necesario registrar estas aportaciones, cuyas fuentes fueron la investigación bibliográfica y el análisis documental, como entrevistas con los profesionales del tiempo y los registros fotográficos. De este modo, el trabajo pretende destacar cómo se dio el proceso de la arquitectura moderna tardía en Roraima en este período, así como el papel de los arquitectos de las agencias de infraestructura pública como precursores en la construcción y consolidación del nuevo estado brasileño.

Palabras clave: Arquitectura moderna; Roraima; Arquitectos pioneros; Década de 1980-1990.

ABSTRACT

This article aims to highlight the importance of the pioneer architects of Roraima, who were responsible for consolidating the structure of the technical organs in the emergence of the State and which contributed to the image of the local architecture, between the end of decade of 1980 and over the decade of 1990. Inserted in a second moment of developmental influx, these architects stood out for the coordination and authorship of modern works that served as an infrastructure foundation and start-up for Roraima socio-economic development, especially in the 1990, with emphasis on the architectural works of the institutional buildings, constituting a symbolic architectural set for the capital. The need for this record is due to the shortage of historical documentation of this important period, and it is necessary to register these contributions, whose sources were bibliographic research and documentary analysis, as interviews with the professionals of the time and photographic records. In this way, the work aims to highlight how the process of late modern architecture in Roraima was given in this period, as well as the role of the architects of the public infrastructure agencies as precursors in the construction and consolidation of the new state Brazilian.

Keywords: Modern architecture; Roraima; Pioneer Architects; The 1980-1990.

Introdução

O presente trabalho tem por finalidade descrever o processo de consolidação de Roraima, com ressaltado na contribuição dos arquitetos pioneiros na formação do novo estado, datado entre a década de 1980 e 1990, bem como a caracterização de uma identidade para a arquitetura roraimense. Em decorrência do massivo investimento do governo na construção de obras de infraestrutura, diversos arquitetos realizaram edifícios públicos no estado. Por se tratar de uma ampla equipe de profissionais, a diversidade de linguagens tornou-se um elemento presente nas edificações locais, conferindo à produção caráter multicultural.

Ao longo do artigo, serão analisados os seguintes tópicos a fim de explanar de forma cronológica a formação do estado de Roraima e a atuação dos arquitetos nesse processo: Roraima: processos de controle e ocupação, que aborda todo o contexto histórico do estado, desde a chegada dos primeiros ocupantes da área; A criação do Território Federal do Rio Branco, que fala sobre o processo de consolidação do lugar; Arquitetos pioneiros, faz uma breve apresentação dos principais arquitetos envolvidos nesse processo, e por fim Arquitetura Roraimense na década

de 1990, que nos traz a atuação destes arquitetos na formação do estado.

Dessa forma, a principal ênfase deste estudo é destacar como se deu o processo da Arquitetura Moderna, ainda que tardia, em Roraima - sob análise do seu contexto histórico e social que provocaram influências diretas ou indiretas na linguagem estética do período. Assim como o papel dos arquitetos como precursores na construção e consolidação de Roraima.

Roraima: processos de controle e ocupação

Roraima, um dos estados mais novos da federação brasileira, foi criado pela Constituição de 1988. No entanto, o processo de ocupação desta porção do território nacional remonta, efetivamente, ao século XVIII com a construção de um forte, denominado São Joaquim.

A ocupação da Amazônia pela coroa portuguesa apresentou um viés estratégico-militar que objetivava garantir sua posse. Nesse sentido, Portugal utilizou estratégias a partir de diretrizes geopolíticas, como o princípio do *uti possidetis*, que remonta ao direito romano. Assim, destaca-se a construção de fortalezas em

pontos considerados essenciais para o controle da região, com o Forte do Presépio em 1616 (CASTRO, SOUZA, 2006). Embora apresentassem pequeno porte e fossem edificadas com materiais pouco resistentes, essas fortalezas funcionaram no plano ideológico e como vestígio material da presença portuguesa (GOMES FILHO, 2008).

No então denominado vale do rio Branco, a coroa também desenvolveu medidas que lhes propiciaram seu controle. A primeira menção a este rio consta nas crônicas do jesuíta Christobal de Acunã, que acompanhava a viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito, entre os anos de 1637 e 1639. Com o intuito de referendar o direito de Portugal sobre a área, Ribeiro de Sampaio (1850) nos informa que o conhecimento total desse rio e do seu vale foi obtido em 1670-71, concomitantemente ao reconhecimento do rio Negro. Mas, documentos mais confiáveis sobre o rio Branco datam do século XVIII, aumentando de volume durante a expansão oficial das tropas de resgate na década de 1730 (FARAGE, 1991). As referidas tropas visavam abastecer o mercado de Belém e Manaus com mão de obra escrava indígena.

No contexto em questão também estava presente o discurso da necessidade de contenção das invasões estrangeiras, que será constante na história da região. De fato, os holandeses mantiveram um ativo comércio de manufaturados com os indígenas do rio Negro e, após seu declínio, o transferem para o rio Branco (DREYFUS, 1993). Como resposta a presença holandesa, a Carta Régia de 14.11.1752 ordenou a construção de uma fortaleza às margens do rio que, por motivos econômicos, foi adiada (OLIVEIRA, 2003). No que se refere aos espanhóis, os portugueses acreditavam que a cordilheira localizada ao norte do vale do rio Branco e sua distância das povoações espanholas do Orinoco configuravam uma defesa natural para suas possessões. Este pensamento mostrou-se equivocado quando, em 1775, o desertor holandês Gervásio Leclerc chega a Barcelos, capital da capitania de São José do Rio Negro, através do rio Branco e informa sobre a ocupação dos espanhóis no vale do rio Branco (FARAGE, 1991).

A presença factual dos espanhóis demandou ações dos portugueses como o envio, em 3 de outubro de 1775, de uma expedição ao rio Branco sob o comando do Capitão Phelippe Frederico Sturm. Os espanhóis não opuseram grande re-

sistência à expedição, abandonando a região. Por outro lado, Sturm tornou-se o responsável pela construção de uma fortaleza e da fundação dos primeiros aldeamentos no vale do rio (SAMPAIO, 1850). Esta fortaleza, da qual Sturm foi o primeiro comandante, foi locada na margem esquerda do rio Tacutu, em seu ponto de junção com o Uraricoera, local considerado estratégico para a vigilância e controle da região (GOMES FILHO, 2008; BARBOSA, 1993).

Para a consecução da fortificação, denominada São Joaquim, foi utilizada mão de obra indígena (FARAGE, 1991) e materiais locais, como pedra vermelha e barro no lugar de argamassa. Lobo D'Almada, funcionário do governo colonial, relata em sua viagem ao rio Branco em 1787 que:

A fortificação que temos no rio Branco, se reduz a um forte de campanha dos mais pequenos [...] O forte é construído de pedra e barro. Pela sua muita estreiteza não tem fogo de apoio e protecção. Os terraplenos incapazes pela sua muita pequenez para n'elles manobrar a artilharia; que consta de doze peças de ferro do calibre de seis até uma quarta. Os parapeitos formados de pedra e barro improprios para cobrirem os de-

fensores. Nem uma rampa por onde marche uma peça de artilharia (1949, p. 181).

Do ponto de vista de sua estrutura, o forte não era uma grande obra de engenharia, mas desempenhou o papel de agente administrativo português no vale do rio Branco. Paralelamente ao seu desenvolvimento, foram instituídos aldeamentos indígenas como mecanismos do princípio *uti possidetis*¹ e da política do Diretório Pombalino (FARAGE, 1991; VIEIRA, 2007).

Os primeiros aldeamentos do vale do rio Branco, em número de 5 foram: Nossa Senhora do Carmo, Santa Isabel e Santa Bárbara no próprio rio Branco; São Felipe, no Tacutu; e Nossa Senhora da Conceição, no Uraricoera. Esses aldeamentos ficavam sob o controle de militares subordinados ao comandante do Forte São Joaquim (OLIVEIRA, 2003).

Como atesta Farage (1991), os aldeamentos visavam formar uma barreira humana contra as invasões e, para tanto, a atração dos indígenas para estes estabelecimentos era um imperativo, sendo usado para este fim desde alianças, rivalidades e pro-

1 Segundo esse princípio, quem possui de fato, deve ter seu direito garantido sobre o território em questão.

messas, como a violência. Mas, essa política mostrou-se ineficaz, principalmente após grandes revoltas ocorridas em 1780 e 1790. As tentativas posteriores de constituir aldeamentos não apresentaram o mesmo vigor. Desse modo:

a construção do Forte São Joaquim, como estratégia militar de ocupação, e os aldeamentos não foram suficientes para formar e consolidar um núcleo populacional consistente no extremo norte da colônia. Por outro lado, podemos também afirmar que os Diretórios que teriam a responsabilidade de formar comunidades agrícolas estáveis com perspectivas de dificultar a penetração estrangeira não teriam se concretizado. Fortificações e Diretórios foram projetos que fracassaram na tentativa de assegurar e povoar o Rio Branco (2007, p. 28-29).

O fracasso dos aldeamentos, contudo, não pôs um fim à determinação portuguesa de ocupar a região. No final do século XVIII a pecuária surge como um projeto oficial de criação de uma base econômica para propiciar a ocupação e povoamento do vale. Assim, foram criadas as Fazendas do Rei, que compreendiam São Bento; São José (instalada próximo ao Forte São Joaquim) e São Marcos (instalada ao norte do vale, entre os rios Uraricoera e Tacutu) (OLIVEIRA, 2003; GOMES

FILHO, 2008 ; SANTILLI, 1994). No entanto, a pecuária ganhou relevância apenas no final do século XIX.

No contexto da pecuária, a fazenda de gado particular denominada Boa Vista, fundada em meados de 1830 e localizada à margem direita do rio Branco, surge como o embrião da cidade de Boa Vista. Em 1850 o povoamento do entorno da fazenda foi elevado à condição de Freguesia de Nossa Senhora do Carmo e, em 1890, ascende ao status de vila do recém-criado município de Boa Vista. Apenas em 27 de agosto de 1926 a então Vila de Boa Vista obteve o foro de cidade.

A criação do Território Federal do Rio Branco

A criação do Território Federal do Rio Branco em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei n.º 5.812, posteriormente retificado pelo de n.º 5.839, de 21 do mesmo mês e ano, não pode ser desassociada da política desenvolvimentista do governo estadonovista, conjugada a doutrina da Segurança Nacional. Nesse contexto a Amazônia foi entendida como fronteira a ser protegida e ocupada através de projetos de colonização, incremento econômico e construção de infraestrutura, sob a égide do Estado (D'ACAMPORA,

2002). Para tanto foi criado um aparato técnico e administrativo estatal, que incluía bancos, colônias agrícolas, instituto de pesquisa, dentre outros.

Embora tenham sido efetivadas no Estado Novo, as discussões que visavam conceber unidades administrativas ligadas diretamente ao poder central são anteriores ao governo Vargas. Porém, a Constituição de 1937 forneceu o respaldo necessário ao atribuir à União o poder de instituir Territórios ao desmembrar estados em nome da segurança nacional que, nesse sentido, cobria um grande espectro de significados, como proteção de fronteiras, baixo índice populacional e desequilíbrios regionais e políticos (FREITAS, 1996).

Com a efetivação de territórios cabia ao poder central realizar investimentos que propiciassem o seu desenvolvimento econômico e social, de modo a viabilizar sua ascensão a estado. Desse modo, conforme Temer:

a tendência natural é levar aquela porção territorial a tal desenvolvimento que possa atingir a condição de estado federado. O art. 3º da Constituição Federal admite a criação de estados. Pois uma das formas de criação é a elevação do Território a tal

condição. E sempre foi assim, desde 1934, havendo já se verificado essa elevação [caso do Acre] (1976, p. 74-75). (Sem grifo no original).

No caso específico do Território Federal do Rio Branco, posteriormente denominado Território Federal de Roraima, o governo federal empreendeu projetos de colonização e implementação de sua infraestrutura. As obras foram realizadas em todo o Território, mas se concentraram principalmente na capital Boa Vista. Assim, o Estado intervinha, novamente, diretamente nessa porção da Amazônia, modificando seu espaço. Durante este período foram construídos um matadouro modelo, uma praça, depósitos, escolas, um conjunto habitacional, dentre outros. Isto é, o Estado produzia o espaço (CORRÊA, 1995), dotando-o dos meios para sua reprodução.

Destacamos, ainda, a execução de um plano urbanístico que modificou a paisagem da pequena cidade de, aproximadamente, 2.000 habitantes. Esse traçado, radiocêntrico foi elaborado pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson em 1994 e empreendido pela Firma Riobras a partir de 1946. O centro do plano compõe-se de uma ampla praça da qual partem largas avenidas, na qual foram alocados os po-

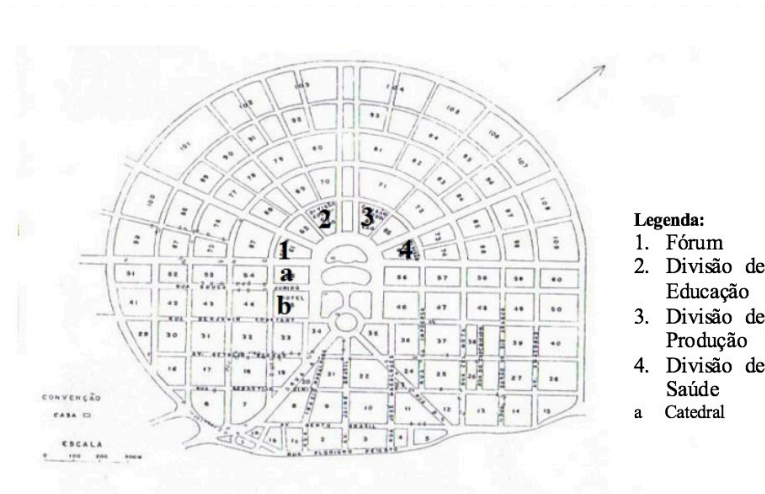


Figura 1 - Plano Urbanístico de Boa Vista.
Fonte: Guerra, 1957.

deres legislativo, judiciário e executivo (Figura 1).

As quadras adjacentes a grande praça foram reservadas para a edificação da catedral da cidade, de um hotel e das sedes das divisões administrativas. Mas, este não foi o único espaço que recebeu novas construções. Na verdade, podemos afirmar, através dos documentos analisados, que Boa Vista era um canteiro de obras que delineavam um perfil diferenciado do anterior. Neste período foi inserido, a partir de edifícios públicos e algumas residências, a linguagem protomoderna neocolonial e traços que remetiam ao *Art Decó*.

Afora o engenheiro Derenusson e uma menção ao nome de Donato Melo Júnior, não dispomos de informações acerca dos demais profissionais que atuaram no Ter-

ritório durante sua fase inicial de implantação. Sabemos, no entanto, que para a realização das obras foram contratados operários de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro². Muitos desses trabalhadores continuaram na região e contribuíram para a sua dinâmica na área da construção civil, quer com novas práticas construtivas, quer com o conhecimento acerca de novos materiais.

As mudanças empreendidas na paisagem de Boa Vista reforçaram o discurso modernizador empreendido pelo governo, construindo uma imagem da cidade como dinâmica e moderna, que perdura até a atualidade (RAMALHO, 2012). Infelizmente, questões políticas, como a constante troca de governadores, e econômicas, com a diminuição das verbas para os territórios, atrasaram a construção da infraestrutura do Rio Branco, com obras sendo paralisadas ou interrompidas.

Uma atuação mais sistemática ocorrerá a partir do final da década de 1960, resultante do incremento da política do governo federal para a Amazônia. Para fomentar o desenvolvimento da região foram criados decretos que organizaram

² Segundo esse princípio, quem possui de fato, deve ter seu direito garantido sobre o território em questão.



o Grupo de Trabalho voltado para estimular Projetos de Integração, concessão de isenção fiscal e ampliação de recursos para os territórios, dentre outros (SOUZA, VIEIRA, 2009). O Território Federal de Roraima³ também foi beneficiado com essa conjuntura, incrementando, consideravelmente, sua infraestrutura, em especial nos governos do tenente coronel Hélio da Costa Campos (1967-69/1970-74).

Como apontam Souza e Vieira (2009), em 1969 o aspecto do Território diferia dos anos anteriores, com obras sendo construídas em ritmo acelerado. Essas obras incluíam edificações para diferentes finalidades, destacando-se estações de radiocomunicações, a cadeia pública e quarenta casas de apoio administrativo (CANDIDO, 2015). No centro cívico da cidade de Boa Vista foram finalizados ou iniciados edifícios públicos, entre os quais o Palácio 31 de maio, sede do gover-

Figura 2 - Praça do Centro Cívico na década de 1970.
Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do estado de Roraima.

³ Em 1962 a Lei n° 4.182, de 13 de dezembro, modificou o nome do Território para Território Federal de Roraima em razão dos equívocos cometidos devido à coincidência toponímica com a cidade de Rio Branco, capital do Acre.

no e atual Palácio Senador Hélio Campos (Figura 2), o Banco de Roraima e o Palácio da Cultura (SILVA, 2015), até o presente momento de autoria desconhecida. Além destas, outras edificações foram construídas, públicas e privadas, e são referências para a arquitetura moderna roraimense, como a Catedral Cristo Redentor, projetada pelo Padre e Engenheiro italiano Mário Fiameni, as obras de Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto (Uberlândia/MG, 1928), como a escola Estadual Gonçalves Dias, e Sérgio Wladimir Bernardes (Rio de Janeiro, 1919-2002), como a Prefeitura de Caracarái, município do centro-sul do estado de Roraima.

Após o mandato de Hélio Campos, assumiu o poder o coronel-aviador Fernando Ramos Pereira (1974-79). Este governador inaugurou obras que haviam sido iniciadas no governo do seu antecessor, como o Estádio Canarinho e a Ponte dos Macuxi, de autorias desconhecidas, e efetuou outras.

As mudanças na infraestrutura do Território, conjugadas a implementação da máquina administrativa, como apontado anteriormente, faziam parte de uma

política oficial da União, que empreendeu medidas para concretizá-la. O Decreto-Lei nº. 411 de 8 de janeiro de 1969, por exemplo, ampliou os recursos dos territórios e dispõe sobre suas estruturas administrativas, dotando-lhes de maior autonomia. O referido decreto, em seu Art. 2º, ainda expressa que:

Art. 2º - que a União administrará os Territórios tendo em vista os seguintes objetivos: I - desenvolvimento econômico, social, político e administrativo, visando à criação de condições que possibilitem a sua ascensão à categoria de estado (BRASIL, 08.01.1969)

Possibilitar a ascensão dos Territórios à condição de estados fez parte dos discursos desde as suas criações. Roraima foi transformado em estado pela Constituição Federal de 1988, em seu parágrafo primeiro do artigo 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). O primeiro governador deste novo período foi eleito em 1990 e assumiu em 1991, a saber, o Brigadeiro Otomar de Sousa Pinto⁴. Com este contexto, iniciou uma nova fase na história de Roraima, que repercutirá em sua produção arquitetônica.

4 Otomar de Sousa Pinto governou Roraima quatro vezes (1979-83; 1991-94; 2004-2006 e 2006-2007).

Arquitetos pioneiros

Antes de ser elevado à categoria de Unidade Federal, Roraima já contava com alguns arquitetos responsáveis pelas primeiras obras na década de 1980. Projetos como o de Otacílio Teixeira Lima Neto (Fortaleza, 1946-2013) para o Parque Anauá marcaram no período uma arquitetura regionalista, na qual “a característica marcante é a tentativa de aplicar elementos locais de maneira nova e diferente, sem associações sentimentais” (VOORDT; WEGEN, 2013, p.45). Isso se deu por meio da utilização da madeira acariquara, típica da Amazônia e de notável qualidade estrutural, que compôs uma linguagem remetente às construções indígenas da região.

Em Caracará faz-se presente a linguagem arquitetônica de Sérgio Wladimir Bernardes na qual são estudadas as hipóteses de seu traçado urbano e arquitetônico decagonal e octogonal na cidade, atribuindo-lhe principalmente a autoria do projeto da Prefeitura Municipal de Caracará (NASCIMENTO; RAMALHO; FURO; OLIVEIRA, 2018). Embora não existam registros documentais, até o momento, de sua passagem pelo estado de Roraima, torna-se cada vez mais discutida a atuação desse arquiteto no desenvolvimento

regional da Amazônia durante a década de 1970. Elementos como aproveitamento de recursos hídricos, traçado arquitetônico poligonal, concreto aparente e integração do edifício com a paisagem reforçam a linguagem de Bernardes na região em estudo.

Outro profissional que se destacou pela arquitetura adaptada à região Amazônica foi Severiano Porto, o qual atuou como autor de diversos projetos na capital Boa Vista. Dentre eles, pode-se citar: Fórum Advogado Sobral Pinto, Escola Estadual Oswaldo Cruz, Praça da Bandeira, Conjunto dos Executivos, Escola Estadual Gonçalves Dias, Rodoviária Internacional – José Amador de Oliveira e outros (NASCIMENTO; MELO; ROCHA, 2018). A maioria dessas obras se distribuem na zona central da cidade, na qual foram implementadas políticas sociais desenvolvimentistas durante o período de Território como também o de estado, concentrando os poderes públicos municipal, estadual e federal no núcleo urbano.

“A identificação das obras de Severiano Porto deveu-se, inicialmente, do testemunho daqueles arquitetos pioneiros que vivenciaram o processo, ao qual vemos referência a arquiteta Maria Per-

pétua Barbosa e ao arquiteto Pedro de Souza Fernandes” (NASCIMENTO; MELO; ROCHA, 2018, p. 7). Estes foram pioneiros nas obras realizadas em Roraima quanto à categoria de unidade federativa, enquanto que Severiano, Sérgio e Otacílio foram pioneiros durante o período em que a região se categorizava como Território Federal.

Foi após a promulgação da Constituição Federal de 1988 que o então governador Ottomar de Sousa Pinto trouxe para o território profissionais de diversas áreas, responsáveis por contribuir na construção de um novo estado brasileiro. Dentre eles, destacaram-se na década de 1990 arquitetos como Maria do Perpétuo Socorro Barbosa⁵, mais conhecida como Perpétua, Maxbell Correa Cabral, Omar Xaud Araújo⁶, Otília Natália Pinto e Antero Correa de Sá Neto. Estes foram alguns dos nomes que compuseram a equipe de projetistas da antiga Secretaria de Obras e Serviços Públicos – SOSP, encarregada das principais obras de infraestrutura desenvolvidas para a estruturação de Roraima.

Profissionais como Perpétua, Otília e Antero vivenciaram a graduação no Rio de Janeiro e acompanharam de perto as mudanças no pensar arquitetônico da época, bem como Omar vivenciou as transformações na região nordeste do país. A vivência de cada um deles, a se citar como exemplo a de Perpétua, que teve aulas com renomados arquitetos brasileiros, como Oscar Niemeyer e Burle Marx, conferiu uma bagagem profissional diversificada em estilos e expressões arquitetônicas até então incomuns nas obras públicas de Roraima.

O urbanismo também foi vivenciado, a exemplo do arquiteto Omar, que durante um estágio teve a oportunidade de trabalhar numa equipe multidisciplinar na erradicação da favela dos Alagados. A área correspondia a manguezais e alagadiços na capital serrotropolitana, na enseada dos Tainheiros. Por apresentar historicamente ocupação irregular e alta degradação urbana e ambiental, em 1973 foi pensada a realização de um Plano Urbanístico para a região, sendo executado por Alagados Melhoramentos S.A (Ame-sa), na qual Omar trabalhava. Sua função consistia na elaboração de projetos para

5 Joaíma-MG, 1953. Graduada em Arquitetura pela Escola Nacional de Belas Artes, no Rio de Janeiro, em 1979.

6 Rio de Janeiro, 1958. Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), em 1986.

melhoramento de pequenas casas populares, ao mesmo tempo que acompanhava a equipe multidisciplinar no desenvolvimento da inserção social da população local.

A experiência profissional adquirida por esse grupo de arquitetos nos seus primeiros anos de atuação em outros estados possibilitou a inserção e mesclagem de diferentes aprendizados na concepção da arquitetura em Roraima enquanto estado. Segundo relatos de Omar, ele era responsável pela coordenação da Divisão de Estudos e Projetos – DEP, na qual distribuía os projetos a serem desenvolvidos por seus colegas. Já os demais se responsabilizaram e se diferenciaram pelos projetos que desenvolveram, nos quais expressaram linguagens arquitetônicas características de cada bagagem profissional.

Essa diversidade de estilos da equipe técnica proporcionou a construção de uma nova identidade para a arquitetura roraimense. A produção anterior era reconhecida, de acordo com os arquitetos pioneiros, por projetos padrões e pela escassez de material. Contudo, a necessidade de desenvolvimento do novo ente federativo motivou a busca por novos recursos para os projetos realizados pela SOSP.

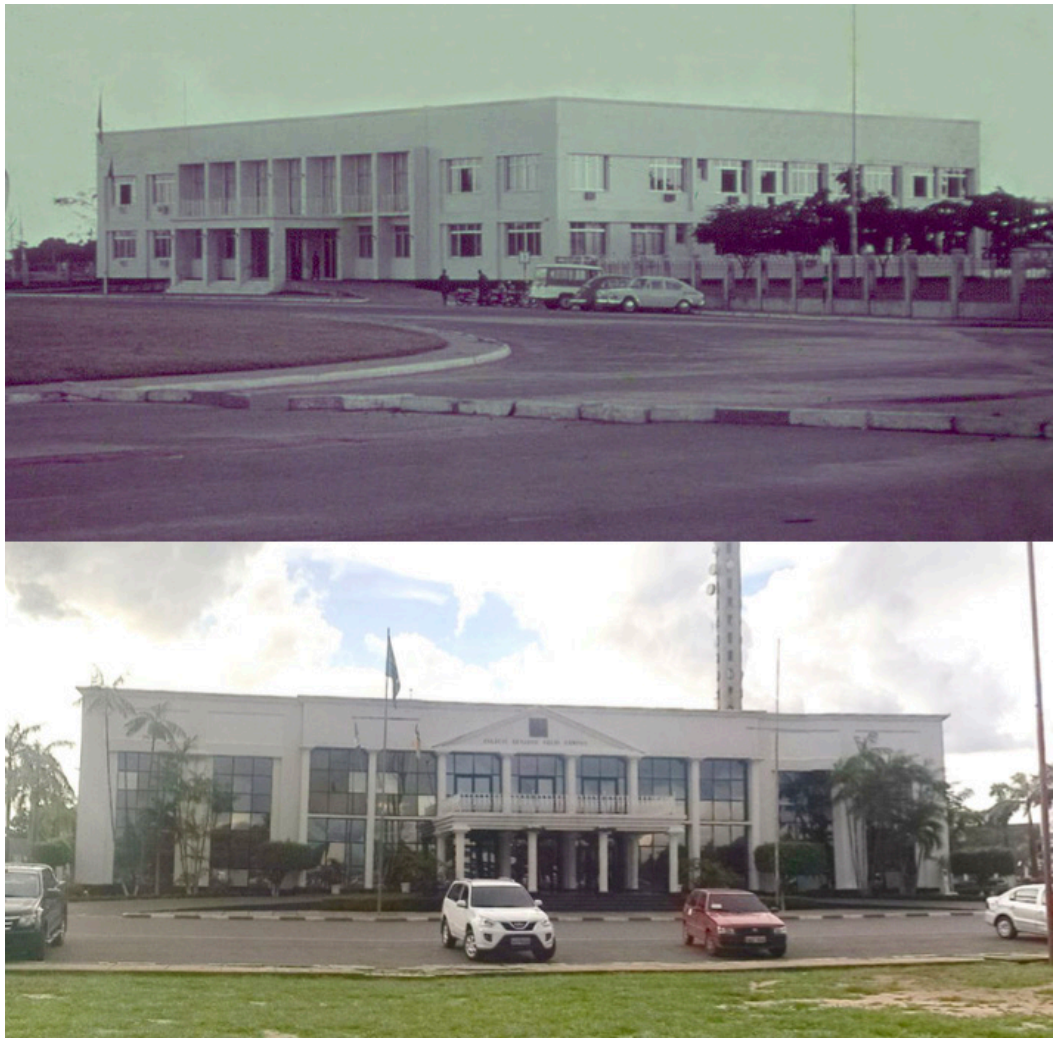
Isso possibilitou a inserção de materiais como o concreto e o aço nas produções de 1990, transportados, em sua maioria, do estado de São Paulo ou do Amazonas, com o novo pólo comercial que se desenvolvia em Manaus.

Porém, mesmo com o advento de materiais inéditos para a região, é válido ressaltar que a chegada dos mesmos no estado não era fácil e ágil. A equipe aqui já citada, advinda de outras localidades, sentiu o impacto da diferença de se trabalhar na região Amazônica diante das dificuldades que lhe eram atribuídas. Além disso, a pressa do governo em edificar o maior número de obras públicas possíveis confrontava o processo criativo dos arquitetos que, muitas vezes, se viam obrigados a seguir modelos de construção determinados pelo poder.

Esse período marcou o início de um acelerado processo na construção civil em Roraima, no qual diversas obras foram realizadas num curto espaço de tempo. Esse imediatismo caracterizou uma arquitetura de edifícios públicos que buscavam obter uma eficiência funcional. Assim, “a forma e a disposição da edificação têm de dar apoio eficaz e eficiente às atividades que ela abriga” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 22).

Figura 4 - Palácio do Governo nas décadas de 1970 e 2000.

Fonte: Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo da UFRR e Google Earth, respectivamente.



Contudo, as diferenças entre os arquitetos pioneiros e o trabalho em grupo proporcionou a essas obras funcionalistas características plásticas que fazem da produção roraimense uma mescla. A experiência profissional desses arquitetos, que vieram de outros estados e que já haviam vivenciado as criações modernas de outras regiões, contribuiu para a transposição de uma linguagem arquitetônica que foi adaptada para as necessidades locais da época. A justaposição de características, ora contemporâneas ou ecléticas deram

origem a uma nova fase da arquitetura de Roraima que é proeminente a que permanece até os dias atuais.

Arquitetura Roraimense na década de 1990

Segundo os arquitetos pioneiros entrevistados (Omar, Otília, Perpétua e Antero), os edifícios implantados nesse período em Roraima surgiam conforme as exigências do governo diante das necessidades do território. As edificações pré-

existentes voltadas para a área política se concentravam à volta da Praça do Centro Cívico, da capital Boa Vista, e abarcavam o Palácio do Governo e a Assembleia Legislativa. De acordo com Otilia Pinto, alguns acréscimos de elementos neoclássicos, como um frontão triangular e colunas clássicas, foram implantados no primeiro edifício com o intuito de representar uma imagem histórica do poder. A descaracterização foi maior com o tempo, com a adição de elementos como a pele de vidro (Figura 3).

O modernismo não é uma evolução do tradicional, isto é, dos valores artísticos do passado, mas uma criação integral do nosso tempo. A orientação moderna é construtiva, social e econômica, ao passo que a orientação tradicional era artística, decorativa, simbólica. (SANTOS apud SEGAWA, 2010, p. 78)

Conforme PINTO (2018), tinha-se a intenção de gerar um contraste de representação de épocas na arquitetura política do estado. Enquanto os elementos acadêmicos remetiam à ideia de poder consolidado há longas datas, a arquitetura moderna em Roraima simbolizava uma nova era na gestão governamental. Exemplos como esse fizeram com que a arquitetura roraimense da década de 1990 estivesse estritamente relacionada com a política

local. Como ressalta ZEVI, a maioria dos livros de história da arquitetura relatam a descrição dos monumentos juntamente com os fatos políticos das diferentes épocas, ou até mesmo estabelecem uma estreita dependência entre ambos (ZEVI, 2009).

As obras que foram construídas em seguida marcaram a modernidade tardia de Roraima nos edifícios públicos. Um dos primeiros exemplos disso foram as intervenções realizadas no Parque Anauá após o projeto de Otacílio Teixeira. Autor e vencedor do concurso público promovido durante o primeiro mandato de Ottonar Pinto (1979-1983), que visava a realização de um anteprojeto para o Parque nº01/80 (atual Parque Anauá), Otacílio apresentou uma proposta que

intencionava preencher o vazio urbano em termos de opções de lazer, esporte, educação e cultura (LIMA NETO, 1989, p. 116), portanto visualizava o espaço para o projeto como um vazio inscrito em uma malha urbana consolidada e tinha como programa funções e elementos diversos: pórtico de entrada, anfiteatro, estação do bondinho, conjunto de bares, restaurantes, ancoradou-ro/cais, administração, centro cultural, escola de primeiro grau e escola de educação especial. Contava ainda com uma via proposta para o transporte interno por bonde e, de acordo com o projeto, ao longo



Figura 4 - Forródrômo do Parque Anauá
Fonte: Autoras

Figura 5 - Feira do Passarão
Fonte: Google Earth

Figura 6 - Ginásio Totozão
Fonte: Autoras

dessa mesma via todos os serviços seriam localizados. Na seção ocidental foram locadas duas escolas, com acesso independente do circuito interno do Parque (NASCIMENTO; PAZ, 2018).

Com intervenções posteriormente realizadas no Parque, durante a década de 1990, foram adicionados o Forródrômo, o Ginásio Poliesportivo Vicente Ítalo Feola, popularmente conhecido como Totozão, o Parque Aquático e a Praça Interativa. Em entrevista com a arquiteta Otilia Pinto, ela conta que para a concretização dessas obras foram necessárias diversas viagens para outras localidades em busca de informações, referências e materiais, uma vez que os mesmos eram escassos em Roraima.

Foi por meio dessa procura por novos recursos que se introduziu a utilização do concreto e aço, sendo o aço, amplamente explorado nas obras do Forródrômo e Totozão. O Forródrômo consiste em um palco com cobertura em forma estrelar, sustentado por uma estrutura metálica de treliças espaciais, sob o intuito de representar o slogan político do período “Nossa terra, nossa estrela” (Figura 4). Ademais, outra estrutura de sistema construtivo semelhante ao Forródrômo foi a elaborada por Maxbell Correa para a feira do Passarão, em Boa Vista (Figura 5).

A possibilidade de novas formas por meio da exploração das qualidades estruturais foi introduzida a linguagem do aço na arquitetura roraimense. Segundo Otilia,

para a construção do Forródrogo foram necessários diversos estudos realizados por uma equipe técnica de São Paulo, que analisaram as condições climáticas como o vento e as características do material escolhido, a fim de propor, junto aos arquitetos envolvidos no projeto, a melhor configuração estrutural para que o espaço obtivesse uma extensa área coberta sem o uso demasiado de apoios, para não interferir na funcionalidade do ambiente.

O Totozão apresenta sistema de cobertura semelhante aos anteriores, e se aproveitou da plasticidade do concreto, uma vez que esse ginásio é pioneiro na utilização de linhas curvas em sua estrutura (Figura 6). Essa condição tornou-se uma característica do Antero de Sá, já que o arquiteto explora a maleabilidade dos materiais nos projetos de sua autoria.

Quando entrevistado, Antero afirmou que a linguagem arquitetônica de seus projetos é primordial, contudo a mesma não se faz sem também considerar um projeto estrutural harmônico com a plasticidade do edifício. No Totozão pode-se notar que os componentes estruturais se encontram em um primeiro plano, sem a preocupação de escondê-los por meio de revestimento. Pelo contrário, o ginásio

apresenta sua “verdade estrutural” e faz dela seu principal elemento.

O esforço para obter *eficiência construtiva* exige que se trate com eficiência os elementos e materiais de construção – por exemplo, não usando mais que o necessário. Sempre que possível, o material é usado de modo a levar em conta as suas propriedades. O impulso de obter eficiência construtiva faz com que a forma seja, em boa medida, determinada pela maneira lógica como se combinam os elementos construtivos, e costuma ser acompanhado pelo impulso de obter “sinceridade construtiva”. (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 23-25)

Outro material que foi largamente empregado nas obras desse período foi o vidro, tendo como edifício precursor o Palácio da Cultura (Figura 7). Ademais, o atendimento as normas de acessibilidade em edifícios públicos fez com que Omar Xaud projetasse a inserção de rampas no ingresso principal do Palácio. Considerado pela arquiteta Otilia Perpétua um edifício de caráter contemporâneo e de elementos geométricos bem definidos, essa construção representa um espaço que sedia os principais eventos culturais do estado.

Essa produção arquitetônica gerou consequências no setor construtivo do

estado, e no contexto urbano e social da capital que crescia em ritmo acelerado. A explosão populacional provocada pelo intenso fluxo migratório para a região tornou necessária a realização de obras destinadas a expansão de Boa Vista, que já não pôde mais seguir seu traçado original. Contudo, de acordo com os antigos membros da SOSP, o então governador priorizava por um crescimento minimamente organizado, e para isso efetuou a compra de uma extensa área da Diocese de Roraima, a fim de implantar novos bairros nessa locação.

Dessa maneira surgiram em Roraima importantes conjuntos habitacionais, durante a década de 1990, que deram origem a novos bairros denominados na época como “Pintolândia”, de autoria desconhecida, mas que contou com a

participação dos arquitetos que compunham a SOSP, e que, atualmente, correspondem aos bairros Silvio Botelho, Santa Luzia, Senador Hélio Campos e outros. De acordo com Otilia Pinto, essa ampliação urbana foi marcada por quatro fases:

- 1º fase: compreendeu a formação do Pintolândia I, no qual o governo fornecia todo o material em aço, necessário para a construção de pequenas residências, que eram levantadas pelas próprias famílias sorteadas;
- 2º fase: continuação do Pintolândia com casas pré-fabricadas em peças de madeira trazidas da construção da Hidroelétrica de Balbina no Amazonas, como aproveitamento do material que havia sido utilizado nas construções das moradias da região, no qual serviram como habitações embrionárias para posterior consolidação do bairro;

Figura 7 - Palácio da Cultura Nenê Macaggi
Fonte: Autoras



- 3º fase: mediante comprovação de posse de comércio, o governo cedeu espaços para negociantes locais com o intuito de estabelecer uma área comercial na cidade;
- 4º fase: se destacou pela concessão de terras para os produtores do estado, a fim de instalarem chácaras ou sítios e se responsabilizarem pela plantação de espécies vegetativas.

Percebe-se que a emergência em organizar a expansão da cidade não possibilitou que fosse continuado o planejamento urbano original de Boa Vista, elaborado por Darcy Aleixo Derenusson. Entretanto, houve uma preocupação em setorizar as áreas que foram doadas à população. É passível de consideração que esse momento em Roraima tenha demonstrado, por parte da equipe de arquitetos que atuavam em 1990, referências urbano modernistas disseminadas anteriormente no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM). Em Sarraz, na Suíça, quando aconteceu a primeira CIAM, foi apresentado um manifesto que propunha

Em relação ao urbanismo, a declaração afirmava que o planejamento das cidades não é determinado pela estética, mas pela função. As funções urbanas deveriam ser agrupadas em habitação, trabalho, transporte e recreação. [...] Em 1933, o CIAM

proclamou a “Carta de Atenas”, na qual os autores declaravam que, no interesse da higiene e da saúde, o urbanismo moderno deveria prover a separação das funções. (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 33)

Mesmo diante da tentativa da equipe da SOSP e do governador em promover essa setorização, a cidade se estendeu para o lado oeste de forma tão acelerada e aglomerada que não se pode controlar as invasões e deter o avanço sobre áreas de proteção ambiental. Por se tratar de um organismo vivo diretamente atrelado às ações da população, a expansão da capital se deu numa condição intermediária entre o planejamento urbano de 1990 com a chegada massiva de imigrantes, que transformavam o espaço de acordo com suas necessidades. Isso também provocou o agrupamento de áreas residenciais e comerciais, que deram origem a novos centros com maior concentração urbana e movimentados por atividades rentáveis, que descentralizaram o comércio antes aglutinado no traçado primário da cidade.

Essa ampliação da capital deu margem para a edificação de outros espaços que serviram de base para o atendimento público. Exemplo disso foram as obras realizadas durante a década de 1990 e



Figura 8 - Hemocentro de Roraima
Fonte: Google Earth

início de 2000, principalmente na área da saúde, como o Hemocentro (Figura 8), projetado por Otilia Perpétua, bem como o Centro de Diagnóstico de Imagem – CDI, projetado por Omar Xaud, que também foi responsável pela ampliação da Maternidade Nossa Senhora de Nazaré. Omar reconhece a autoria da Rede de Frios do estado, voltada para o armazenamento de medicações, assim como a reforma do Fórum de Mucajaí e a Agência Transfusional de Roraima.

Considerações finais

Ao analisarmos a história de Roraima percebemos que a produção do seu espaço se relaciona a projetos exógenos às questões locais, tanto no período colo-

nia, como no imperial e republicano. Do mesmo modo, o Estado relaciona-se a consecução de importantes ícones arquitetônicos, desde a construção do Forte São Joaquim até a atualidade. O referido processo se torna mais nítido durante a implementação do Território Federal do Rio Branco, posteriormente Roraima, e do estado de Roraima. Esses marcos históricos, além da criação do quadro político-administrativo, relacionam-se a efetivação de mudanças no panorama arquitetônico roraimense, tanto através da adoção de novas técnicas e materiais, como na introdução de linguagens e referências estéticas do campo da arquitetura.

No mesmo sentido, foi através de ações estatais que arquitetos oriundos de realidades diferentes aportaram em solo roraimense, contribuindo para a diversificação das propostas arquitetônicas. Assim, a arquitetura em Roraima, sobretudo a produzida na década de 1990, foi marcada pela junção de repertório da bagagem profissional de cada arquiteto que colaborou na estruturação da nova unidade da federação brasileira. Contemporâneos do período moderno no Brasil, não há como renegar a bagagem moderna nos projetos que realizavam.

Às suas experiências somavam-se as necessidades de uma população e as exigências de um governo que se caracterizou por ser o principal mecenas da produção arquitetônica do período. As construções que surgiam, em ritmo acelerado, representavam também um grupo de indivíduos, um lugar e uma época específica. Contudo, “por mais compulsórias que sejam as exigências técnicas, ainda há uma margem de liberdade suficiente para mostrar a personalidade do criador da obra” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 27).

Além de transmitir significados da época, os arquitetos se preocupavam em contribuir para a criação de uma comunidade na qual todos pudessem se sentir acol-

hidos, tantos os nativos quanto os imigrantes de diversas regiões. Cada um teve seu papel de destaque, seja por meio da gestão de obras ou por meio da criação de projetos que proporcionaram infraestrutura para a educação, saúde, lazer e política de Roraima.

Dessa maneira, a identidade formada para a arquitetura roraimense da década de 1990 é marcada por aspectos multiculturais, com ausência de uma estética uniforme, uma vez que os profissionais da antiga SOSP trouxeram consigo experiências adquiridas de diferentes locais. Por esse motivo, quando transpassavam seus estilos às obras que edificavam, notava-se o aproveitamento tanto de formas orgânicas quanto de sistemas geométricos, aliados à exploração das possibilidades construtivas proporcionadas pelos novos materiais, o que deu origem à uma arquitetura moderna de intrínseco envolvimento com a sociedade.

Referências

- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. *Roraima: Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional: estudo de ocupação pioneira na América do Sul*. Recife: Editora Universitária – UFPE, 1995.
- BECKER, Bertha K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: *Brasil, Ministério do Meio Ambiente. Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia*. Brasília: MMA, 2001.
- CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco. 2. ed. Rio de Janeiro: *Jornal do Comércio*, Rodrigues & Cia, 1949.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O espaço urbano*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1995 (Série Princípios).
- DERENUSSON, Darci Aleixo. Edição especial (entrevista concedida à jornalista Katia Brasil). *Jornal a Gazeta de Roraima*. Boa Vista, 09 de Julho de 1991.
- EGGERATH, Pedro. *O vale e os índios do Rio Branco*. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.
- FARAGE, Nádya. *As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FREITAS, Aimberê. *Geografia e História de Roraima*. Manaus: Editora Grafima, 1996.
- _____. *A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985*. Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda, 1993.
- _____. *Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros*. Boa Vista: Corprint, 1991.
- GUERRA, Antônio Teixeira. *Estudos Geográficos do território do Rio Branco*. IBGE, Publicação N° 13, 1957.
- GOMES FILHO, Gregório Ferreira. *Forte São Joaquim: De marco da ocupação portuguesa do Vale do rio Branco às batalhas da memória – Século XVIII ao XX*. Boa Vista: 2008. Monografia (Especialização) em História/Universidade Federal de Roraima.
- MACEDO, Inês Rogélia Dantas. *A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta*. 2004. Dissertação (Mestrado). Boa Vista: UFRJ/UFRR, 2004.
- MARTINS, Elisângela. *Memória do regime militar em Roraima*. Manaus: UFAM, 2010. (Dissertação de Mestrado).
- _____. Memórias de disputas e disputas pela memória na praça central de Boa Vista, RR. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011, p. 01-15.
- NASCIMENTO, Claudia H. C.; MELO, Neiliany B. N. de; ROCHA, Rayele S. da. Explorando a herança arquitetônica de Severiano Mário Porto em Boa Vista, Roraima. In: *III Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia*, 2018, Belém.
- NASCIMENTO, Claudia H. C.; RAMALHO, Paulina O.; FURO, Arleisson F. P.; OLIVEIRA, Leonardo R. Caracará e o olhar de Sérgio Bernardes sobre Roraima. In: *III Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia*, 2018, Belém.
- NASCIMENTO, Claudia H. C.; PAZ, Cibele A. da. Parque Anauá: espaço vivo no coração de Boa Vista/Roraima. *Paisagens Híbridas*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 98-117.
- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. *A herança dos descaminhos na formação do estado de Roraima*. São Paulo: 2003, USP. (Tese de doutorado).
- OURIQUE, Jacques. *O Valle do Rio Branco: estado do Amazonas – Edição Especial*. 1906.
- PINTO, Otilia Natália. *Arquitetos pioneiros de Roraima*. Entrevista concedida a Angélica Triani, Ohana Pereira e Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, 08 de junho de 2018. Digital de duração de 01h e 07 min.
- RAMALHO, Paulina Onofre. *Lugar de memória: o plano urbanístico de Boa Vista*. 2012. 99 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2012.
- REVISTA SELVA. *Um espelho da vida brasileira*. N° 13. Ano 1950.
- RICE, Hamilton. *Exploração na Guiana Brasileira (1924-1925)*. Tradução de Lacyr Scbettino. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.
- SÁ NETO, Antero. *Arquitetos pioneiros de Roraima*. Entrevista concedida a Angélica Triani, Ohana Pereira e Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, 15 de junho de 2018. Digital de duração de 01h e 17 min.
- SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. *Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.
- SEGAWA, Hugo. *Arquiteturas no Brasil 1900-1990*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- SILVA, Amanda Araújo. *O segundo governo Hélio Campos (1970-1974): a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima*. 2015. 56 f. Monografia (graduação) – Curso de História, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.
- SOUZA, Carla Monteiro de; SILVA, Raimunda Gomes (orgs). *Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2006.
- SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. *Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-*

1985). *Textos & Debates*, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p. 65-89, jul./dez. 2009.

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima*. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2009. (Tese Doutorado).

VIEIRA, Jaci Guilherme. *Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980*. 2 ed. revista e ampliada. Boa Vista: Editora da UFRR, 2014.

VOORDT, Theo J. M. van der; WEGEN, Herman B. R. van. *Arquitetura sob olhar do usuário*. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

WAUGH, Evelyn Arthur St. John. Ninety-two days: the account of a tropical journey-through British Guiana and part of Brazil. In: *CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIO-CESE DE RORAIMA (CIDR)*. Boletim nº. 12. Boa Vista, 2 de julho de 1986, p. 1-47.

XAUD, Omar. *Arquitetos pioneiros de Roraima*. Entrevista concedida a Angélica Triani e Ohana Pereira. Boa Vista, 26 de dezembro de 2017. Digital de duração de 02h e 23min.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Tradução Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

Arquitetura Moderna em Roraima: Obras de Severiano Mário Porto

Arquitetura Moderna em Roraima:
Obras de Severiano Mário Porto

Modern Architecture in Roraima:
Works by Severiano Mário Porto

Rayele Silva da Rocha

Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (2019).

E-mail: rayelerocha@hotmail.com  orcid.org/0000-0002-3875-1710

Claudia Helena Campos Nascimento

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA (2013). Especialista em Semiótica e Artes Visuais e bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA. Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima

E-mail: claudia.nascimento@ufr.br  <http://orcid.org/0000-0002-1447-4915>

Neiliany Beatriz Neubert de Melo

Arquiteta e Urbanista pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (2019).

E-mail: neilybeatriz_neubert@outlook.com  orcid.org/0000-0001-7874-3371

RESUMO

A atualização de informações é uma prática necessária ao processo de produção científica e a busca de dados sobre a arquitetura moderna na Amazônia é um universo que ainda está em consolidação. Desta maneira, tem sido promovida a análise de acervos fotográficos e documentais, pesquisas de campo e material bibliográfico disponível, buscando a construção de uma base referencial de informações sobre os registros arquitetônicos do arquiteto Severiano Mário Porto no Estado de Roraima, em especial na sua capital, Boa Vista. A relevância do tema se faz por apresentar a contribuição desse que é denominado o “Arquiteto da Floresta,” e sua inserção no cenário roraimense através de edifícios institucionais, conjuntos habitacionais e um reservatório d’água, cuja implantação estratégica consolida a estrutura governamental no antigo Território. O presente trabalho visa não apenas atualizar dados, mas apresentar grupamentos de projetos, a partir de suas características, materiais e tipologias, identificando a assinatura e o traço da produção de seu escritório, cujas características se inserem na concepção daquela que foi denominada arquitetura bioclimática, na qual a identificação aporta importante elemento documental para a história e geopolítica administrativa no contexto do desenvolvimento da Amazônia e ocupação das fronteiras brasileiras.

Palavras-chave: Severiano Mário Porto; Arquitetura Moderna na Amazônia; Arquitetura Bioclimática; Roraima.

RESUMEN

La actualización de la información es una práctica necesaria para el proceso de producción científica y la búsqueda de datos sobre arquitectura moderna en la Amazonia es un universo que todavía está en consolidación. Así, se ha promovido el análisis de colecciones fotográficas y documentales, la investigación de campo y el material bibliográfico disponible, buscando la construcción de una base de información referencial sobre los registros arquitectónicos del arquitecto Severiano Mário Porto en el Estado de Roraima, especialmente en la capital, ciudad de Boa Vista. La relevancia del tema es presentar su contribución, de esto que se apellida “Arquitecto de la Foresta,” y su inserción en el escenario de Roraima a través de edificios institucionales, urbanizaciones y un depósito de agua, cuya implementación estratégica consolida la estructura del gobierno del antiguo territorio. El presente trabajo tiene como objetivo no solo actualizar los datos, sino también presentar agrupaciones de proyectos, en función de sus características, materiales y tipologías, identificando la firma y el rasgo de la producción de su despacho, cuyas características se ajustan a la concepción de la llamada arquitectura bioclimática, en el que la identificación aporta un elemento documental importante para la historia y la geopolítica administrativa en el contexto del desarrollo de la Amazonía y la ocupación de las fronteras brasileñas.

Palabras clave: Severiano Mário Porto; Arquitectura moderna en la Amazonía; Arquitectura bioclimática; Roraima.

ABSTRACT

Updating information is a necessary practice for the scientific production process and the search for data on modern architecture in the Amazon is a universe that is still in consolidation. Thus, the analysis of photographic and documentary collections, field research and available bibliographic material has been promoted, seeking the construction of a referential base of information about the architectonic records of the architect Severiano Mário Porto in the State of Roraima, especially in the capital, the city of Boa Vista. The relevance of the theme is to present his contribution, who is nicknamed “Forest Architect,” and his insertion in the Roraima scenario through institutional buildings, housing estates and a water reservoir, whose strategic implementation consolidates the government structure in former administrative territory. The present work aims not only to update data, but also to present groups of projects, based on their characteristics, materials and typologies, identifying the signature and the production trait of his office, whose characteristics fit into the conception of what is called bioclimatic architecture, in which the identification brings an important documentary element for the history and geopolitical administration in the context of the development of the Amazonia and occupancy of the Brazilian frontiers.

Keywords: Flexible Projects; Single family habitations; Vila Serra do Navio; Oswaldo Arthur Bratke.

Introdução

Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto é um arquiteto mineiro, nascido em Uberlândia/MG em 1930. Sua família se muda para a cidade do Rio de Janeiro ainda durante a sua infância. Em 1954 gradua-se na Faculdade Nacional de Arquitetura, da Universidade do Brasil, o primeiro curso e o mais tradicional desta modalidade no país¹. Em 1963 conhece Manaus e, dois anos depois, é convidado pelo governador do Estado do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis, pai de um colega do Colégio Brasil América, instituição fundada pelo pai do arquiteto no Rio de Janeiro. A partir deste primeiro convite, em 1965, para o desenvolvimento de projetos institucionais, Severiano Porto irá receber outras encomendas e irá se mudar para Manaus em 1966 (SEVERIANO, 2019), mantendo o escritório do Rio de Janeiro sob a coordenação de seu sócio e colega de faculdade, o arquiteto Mario Emílio Ribeiro (1930-2014), com o qual será co-autor de várias e importantes obras.

As oportunidades que surgem para os arquitetos, que Hugo Segawa (1988) denominará como arquitetos peregrinos, nômades e migrantes, estarão relacionadas com o fortalecimento do cenário geopolítico e desenvolvimentista de integração nacional. A necessidade de estruturação institucional e novas demandas administrativas e de infraestrutura na região a partir da década de 1950 se constituirão na configuração de um país de oportunidades, especialmente para arquitetos. Destacamos a relevância da presença de Severiano Porto na região amazônica pela autoria do edifício-sede da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA)². A SUFRAMA, criada em 1957 como porto livre será, dez anos depois, reformulada pelo Decreto-Lei nº. 288/1967, que passará a ser o órgão gestor do desenvolvimento da Amazônia Ocidental, por meio do Decreto-Lei nº. 356/1968.

Podemos perceber, a partir deste recorte, a importância destes profissionais como projetistas da modernização da Amazônia³. Os princípios técnicos e constru-

1 Muito embora a formação de arquitetos seja bicentenária, surgida com a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, no Rio de Janeiro, em 1816, a partir da Missão Francesa, a primeira escola de arquitetura da América do Sul desvinculada das escolas Politécnicas e de Belas Artes foi fundada em 5 de agosto de 1930, a Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.066/408>).

2 Projeto de 1973, inaugurado em 1974.

3 Outro arquiteto relevante, também em estudo sobre sua contribuição, é Sergio Bernardes, cujo artigo Caracará e o olhar de Sergio Bernardes sobre Roraima (NASCIMENTO et al., 2018) se tornou

tivos na região amazônica se basearam, historicamente, pela contribuição local de origem indígena e com inserções, especialmente, dos séculos XVIII e XIX, de tradição eclética, impulsionada pelo período de fausto econômico do ciclo da borracha até a transição para o século XX.

No que diz respeito à Roraima, há a vinculação administrativa deste atual Estado brasileiro com o do Amazonas até 1943, como Território Federal do Rio Branco. Um isolamento factual no acesso aos meios e técnicas construtivas será rompido com o incentivo institucional, na Era Vargas (1930-1945), de implantação do plano urbanístico da capital, Boa Vista. Um segundo momento estará relacionado intrinsecamente à presença de Severiano Porto, na década de 1970, quando o acesso se facilita com a abertura da rodovia BR-174, interligando Boa Vista e Manaus. A década de 1970 será importante pela implementação de políticas desenvolvimentistas para a Amazônia, dentro do contexto político da época.

Esse artigo busca atualizar o inventário de obras realizadas por Severiano Porto, introduzindo o diálogo histórico com Roraima, no campo arquitetônico, sem referencial, até o momento.

tirar de vista as interfaces com a política proposta para o desenvolvimento da região amazônica. Sua relevância inquestionável se dá pelo diálogo que o mesmo estabelece com o contexto cultural, de maneira harmônica e quase mimética. A sua contribuição, nem sempre reconhecida, gera certa fragilidade, por não trazer clara a sua relevância e, portanto, necessitando de pesquisa e reconhecimento, o que motiva o presente artigo.

Gênese da arquitetura moderna em Roraima

As dificuldades em relação ao isolamento da região favoreceram o surgimento de uma produção que, se não traz elementos de destaque e originalidade, ao menos permitem a leitura bastante racional a partir da interpretação histórica, técnica e material (ZEVI, 1996), visto que “a matéria é o suporte do tempo” (TIRELLO, 2006, p.147). Assim, temos que, dentro do contexto histórico, a produção de uma boa arquitetura em Roraima sempre foi dependente de fatores externos, especialmente de incentivos no cenário da política de ocupação. Ainda no século XVIII, temos a ereção do Forte São Joaquim como estratégia de ocupação e defesa e, a esse discurso, se somará o de



desenvolvimento local, culminando nos Planos de Desenvolvimento para a Amazônia (PDA), especialmente os I PDA (1972-1975) e II PDA (1975-1979) que focavam a região como fronteira agrícola e agromineral, respectivamente.

Desta forma, devemos afirmar que a produção espacial, tanto arquitetônica quanto urbanística, em Boa Vista, foi importantemente induzida por ações institucionais, no que temos o traçado do plano urbanístico de Darcy Aleixo Derenusson, as referenciais obras da Igreja Católica e os edifícios institucionais. Marcamos historicamente, portanto, a perspectiva desenvolvimentista e francamente afim à modernidade da cidade Era Vargas como pedra fundamental, sob o discurso de defesa e desenvolvimento da fronteira norte brasileira como atitude estratégica. Entretanto, a construção civil sempre foi dependente da competência de profissionais e matéria-prima vindos de fora, além de condicionada aos processos políticos.

Os primeiros traços de modernidade arquitetônica serão de vinculação protomodernista, de estilo neocolonial e simplificações com certos atributos Art Déco, utilização de cimento Portland e outros materiais industrializados, realidade distante da Amazônia Setentrional ainda na década de 1970. A edificação da Catedral Cristo Redentor passará a ser o marco arquitetônico da modernidade local a partir do uso da plasticidade do concreto armado em Boa Vista sob o traço do engenheiro italiano Mario Fiameni (PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA, 2011), que introduz o uso desse sistema construtivo na cidade. A década de 1970 será importante por trazer projetos institucionais e pela chegada dos primeiros profissionais arquitetos para atuação nos órgãos de planejamento da capital e do Território, incorporando de vez a linguagem arquitetônica da modernidade (Figura 1). Nesse contexto que surgirão também os primeiros projetos de Severiano Mário Porto, especialmente

Figura 1 - Linha do tempo: produção arquitetônica em Boa Vista.
Fonte: NASCIMENTO et alii., 2018.

localizados na região central da capital roraimense.

Cenário da modernidade em Roraima

O cenário em que se inserem as obras de Severiano Porto em Roraima é de uma cidade em desenvolvimento a partir do incentivo das políticas do momento, com experimentações de materiais e técnicas, visto que nas décadas de 1960 e 1970 há o predomínio do uso do concreto armado na moderna arquitetura brasileira. Contudo, a atenção em torno de questões ecológicas, que irão permear esse período, apontaram para a necessidade de produção de uma arquitetura capaz de dar resposta às questões socioambientais e à crise econômica, especialmente em países do terceiro mundo (SEGAWA, 1988).

Como agente e ator, inserindo-se através de sua atuação, Severiano Porto irá, juntamente com outros arquitetos da época, ser o *leitmotif* do que será identificado como arquitetura bioclimática amazônica.

Ainda é necessário estudar os motivos e vínculos que se estabelecem entre o arquiteto e o governo do Território de Roraima, não sendo o foco principal deste artigo. Contudo é possível identificar um período específico de sua atuação, quer com projetos edificados ou não. Neste caminho temos a possibilidade de organizar as obras em dois grupos: as existentes e aquelas que sofreram algum tipo de dano em seu projeto original, quer por descaracterização, quer por demolição (NASCIMENTO et al. 2018).

Severiano Porto foi convidado em 1966 pelo governador do Amazonas, Arthur Cezar Ferreira Reis, para realizar apenas «algumas» obras. Acabou se radicando. Acompanhou todo o processo de modernização amazônica empreendido pelo governo federal nos anos 70, realizou um esplêndido conjunto de obras na surdina, a receber consagração internacional na Bienal de Arquitetura de Buenos Aires em 1985. Um mineiro de formação carioca e que um legítimo amazônico, como me asseverou o poeta Thiago de Melo. (SEGAWA, 1988, p. 9)

Sem intencionar uma interpretação política⁴ da produção nesse momento, mas apenas situar no tempo em uma análise da geopolítica amazônica da década de

4 Bruno Zevi (1996) propõe que possam ser feitas interpretações da arquitetura a partir das perspectivas política, filosófico-religiosa, científica, econômico-social, materialista, técnica, psico-fisiológica, formalista e espacial.

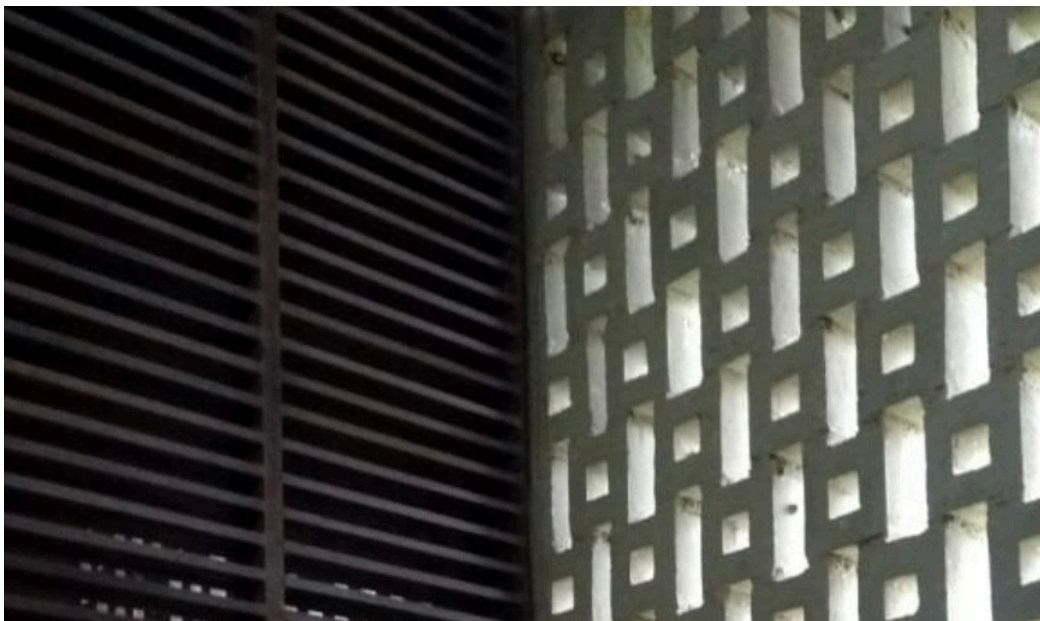


Figura 2 - Elementos característicos (veneziana e cobogó - da Caixa d'água de Caracará).

Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa - LPPP/UFRR.

Foto: Claudia Nascimento, 2016.

1970, os projetos de Severiano Porto para Roraima se realizam a partir de 1969⁵. Muitas de suas obras já se perderam e outras ainda necessitam ser estudadas. Isso as insere no contexto histórico após a construção de Brasília, onde novos centros formadores de arquitetos se somam como polos irradiadores: além do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Brasília, Paraná e Ceará (SEGAWA, 1988). Essa conjunção de influências vai ser relevante para a produção roraimense, pelo volume de obras que se insere no Estado e, especialmente, na capital, e pelo diálogo com formas do fazer arquitetônico.

Podemos ainda perceber que existe outra forma de agrupamento, que seria a partir

de características formais e plásticas, pelo uso de materiais e técnicas que são característicos das obras de Porto, tais como elementos vazados (cobogós de concreto e venezianas de madeira), distribuição pavilhonar e profícuo uso de beirais – que privilegiam as soluções bioclimáticas – ou, ainda, em obras com sistema construtivo baseado no uso do concreto armado (a exemplo da Universidade Federal do Amazonas e SUFRAMA) e aquelas onde a madeira é predominante (como o Centro de Proteção Ambiental de Balbina). Assim, embora haja um acervo de projetos e obras efetivamente de autoria do Severiano, algumas ainda necessitam da devida caracterização e cruzamento entre os dados de arquivo com o fato construído. Avaliamos que existem pro-

⁵ O primeiro projeto de Severiano Mário Porto edificado em Roraima foi o edifício-sede dos Correios e Telégrafos, na Praça do Centro Cívico, em Boa Vista.

jetos com maior ou menor conjunto de elementos característicos de sua assinatura (Figura 2), entre as aqui elencadas, além de edifícios que aparentam características formais e técnicas muito diferentes daquelas que identificamos como seu padrão contrutivo ou projetual.⁶

Contexto Geopolítico

O Plano de Integração Nacional (PIN), nas décadas de 1960-1970, foi direcionado para a construção da infraestrutura básica de transporte, comunicação e interiorização a partir das margens das rodovias. Roraima terá como eixo a rodovia BR-174 (Manaus-Boa Vista- Venezuela), principal acesso que conectava a região amazônica a uma possibilidade de escoamento da produção nacional, em especial da Zona Franca, e a ligação à rede rodoviária interamericana. Em 1968, a corrida pelo ouro trouxe à Roraima correntes migratórias atraídas pela promessa do Eldorado, bem como o incentivo ao desenvolvimento à atividade agrícola e povoamento, causando uma explosão demográfica. Boa Vista passou, nesse mo-

mento, por um acréscimo populacional maior que o previsto no plano urbanístico de Darci Aleixo Derenusson.⁷

O plano urbanístico de Boa Vista que estimulou a ocupação da cidade a partir de sua implantação, tendo sido necessário, contudo ser ampliado para conter o crescimento populacional advindo do período desenvolvimentista, especialmente da década de 1970. Conjuntos habitacionais e sedes para abrigar as estruturas de gestão precisavam ser edificadas, atraindo projetos e arquitetos para a capital roraimense. Nisso se inserem as contribuições de Severiano Porto, aferindo, pelos projetos a ele atribuídos e os documentalmente reconhecidos, que seu trânsito também se deveu à necessidade de conformação da estrutura institucional do Território Federal de Roraima, com projetos especificamente voltados para as cidades de Boa Vista, ao norte, e a nascente urbanização de Caracarái, ao sul.⁸

O forte vínculo de dependência econômica com a cidade de Manaus, cuja integração rodoviária, ainda bastante precária,

6 Ademais, alguns equipamentos foram edificados com a mesma função e localização – como o caso do Mercado – sem as correspondências indicadas anteriormente. Por considerar isso insuficiente, observamos que a necessidade de aprofundamento de pesquisa ainda é necessária.

7 Boa Vista, antes do Plano Urbanístico de Derenusson, que previa uma cidade para 40.000 habitantes, possuía menos de 2.000 habitantes em 1950.

8 Registra-se o projeto para o posto telefônico da TELAIMA inaugurado em 1984 (DANTAS E SILVA, 2006) em Mucajaí, município que surgiu por desmembramento de Caracarái pela Lei nº 7.009 de 1 de julho e 1982, a partir da política de assentamentos de desenvolvimento agrários.

ocorre apenas a partir de 1977, sendo esse o contexto em que se insere as obras de Severiano em Roraima (NASCIMENTO et al., 2018). Esse cenário é complicador para o deslocamento de matéria-prima, contudo é incrementado pelo contexto político da época. A maioria dos projetos corresponde ao período do governo de Fernando Ramos Pereira (1974-1979). Em diálogo com os objetivos do II PND⁹ se desenvolve o POLAMAZÔNIA¹⁰ sob o slogan “Ocupação, desenvolvimento, integração”, como a urbanização de núcleos na fronteira com a Guiana e a Venezuela, a expansão da malha urbana de Boa Vista e a completa remodelação urbana da cidade de Caracarái, ponto de junção da BR 174 e da Perimetral Norte, ambas em construção no tempo de seu governo. (SANTOS, 2013)

Severiano Porto em Roraima

Podemos afirmar que os projetos de Severiano Porto para Roraima possuem forte ligação com as políticas desenvol-

vimentistas do período, concentrando-se na área central da capital e alguns poucos exemplares no interior, especialmente ao sul do antigo Território Federal. Além dos que estão localizados em Boa Vista – que serão objeto de atenção maior deste artigo – há o registro de dois projetos na cidade de Caracarái¹¹, no sul do Estado, tendo sido identificado em trabalho de campo apenas a caixa d’água (Figura 3) e



Figura 3 - Caixa d’água de Caracarái/RR.
Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa - LPPP/UFRR.
Foto: Claudia Nascimento, 2016.

Figura 4 - Posto telefônico da TELAIMA, em Mucajaí/RR. Foto: Claudia Nascimento, 2016.

9 O Plano Nacional de Desenvolvimento é a denominação que foi dada a dois planos econômicos, nos períodos de 1972-1974 e 1975-1979. O I PND conservava os princípios do Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970) ; o II PND tinha como meta básica para o quinquênio 1975-1979 o aumento da renda per capita a mais de mil dólares diante da situação da crise do petróleo.

10 O Programa de Polos agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), criado a partir do Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974 visava promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agro-industriais, florestais e minerais em áreas prioritárias da Amazônia: Xingu-Araguaia, Carajá, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó.

11 No NPD/UFRJ há a informação de uma residência em Caracarái, ainda não localizada em trabalho de campo.



Figura 5 - Localização dos projetos de Severiano Mário Porto em Boa Vista.
 Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa - LPPP/UFRR.

Figura 6 - Praça da Bandeira, s/d.
 Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa - LPPP/UFRR.

sua estrutura de apoio, projeto datado de 1975 e inaugurado em 1976, além da identificação da existência do posto telefônico de Telecomunicações de Roraima S.A (TELAIMA)¹², projeto de 1983 (Figura 4).

Em Boa Vista, as obras de Severiano Porto estão na zona central, e têm como limite máximo a rodovia BR-174 (Figura 5). Com o crescimento demográfico promovido, em muito, pelo incentivo à ocupação da região amazônica, especialmente de Roraima, houve a necessidade de políticas e planejamento desse crescimento urbano e populacional. Por consequência instituições públicas e instâncias de gestão



demandaram instalações físicas para cumprir essas necessidades do Território Federal de Roraima e, especialmente, da cidade de Boa Vista. O primeiro desses projetos foi a sede da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, no Centro Cívico, ponto de partida das principais vias

¹² Ainda há campo para investigações sobre esse conjunto de edificações e projetos para a TELAIMA, processo de pesquisa já iniciado.

do plano de Derenusson. Em sequência surgirão projetos importantes, como escolas, edifícios institucionais, conjuntos habitacionais e, talvez o mais estratégico de todos, a Rodoviária Internacional de Boa Vista, um dos raros projetos de sua autoria localizado na área de expansão urbana.

As pesquisas preliminares passaram a acontecer tardiamente a partir de 2014, devido à visibilidade dada à destruição da obra da Praça da Bandeira (Figura 6) em sua remodelação, no bairro São Pedro. Os primeiros trabalhos desenvolvidos não trataram da Praça, mas da Escola Estadual Gonçalves Dias (BORGES, 2016; PIAIA, 2017). O reconhecimento do rol de projetos de Severiano Porto vai depender de dois tipos de fontes: memoriais e documentais. A identificação das obras de Severiano Porto deveu-se, inicialmente, ao testemunho daqueles arquitetos pioneiros que vivenciaram o processo: a arquiteta Maria do Perpétuo Socorro Almeida Barbosa (Joaíma/MG, 1953) e ao arquiteto Pedro de Souza Fernandes (Boa Vista, 1954), este último atuando sob influência

arquitetônica de Porto.¹³ Em Boa Vista, o acervo documental da Secretaria Estadual de Infraestrutura - SEINF é a principal fonte documental, ao qual se soma o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NPD/UFRJ).¹⁴ A identificação, em campo ou através de imagens de algumas assinaturas arquitetônicas típicas de Severiano Mário Porto ocorre de forma limitada, permitindo a abertura de um processo de estudos e análise sob as características e identidade arquitetônica de sua autoria em relação a algumas obras. Desta forma, podemos apresentar a atualização dos dados anteriormente apresentados (NASCIMENTO et al., 2018) no quadro 1.

Entre os projetos identificados na pesquisa (NASCIMENTO et al., 2018), elencaremos aqueles edificados e cuja identidade arquitetônica se confirma através de dados documentais e elementos característicos da linguagem arquitetônica de Severiano Porto.

13 Outro importante campo de pesquisas sobre a arquitetura moderna roraimense tem sido os chamados arquitetos pioneiros, tanto por sua função memorial, quanto pelo reconhecimento, necessário, de sua produção. As pesquisas em Arquitetura e Urbanismo são recentes, surgindo a partir de 2014, com o advento do curso de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Roraima.

14 Dois momentos foram relevantes no NPD/UFRJ: a contribuição do Prof. Marcos Paulo Cereto, enviada por e-mail em janeiro (CERETO, 2018) e a posterior coleta da pesquisadora Claudia Nascimento, em setembro do mesmo ano.

| PROJETO | DATA | SITUAÇÃO |
|---|-------------|------------------|
| Departamento de Correios e Telégrafos | 1968 | descaracterizado |
| TV Roraima - Rede Amazônica de Telecomunicações | 1974 | descaracterizado |
| Escola Estadual Oswaldo Cruz | 1974 | conservado |
| Praça da Bandeira - Prefeitura Municipal de Boa Vista | 1975 | demolido |
| Reservatório de Água em Caracará | 1975 | conservado |
| Palácio da Justiça- atual Fórum Advogado Sobral Pinto | 1976 | conservado |
| Colégio de 2º Grau - Escola Estadual Gonçalves Dias | 1976 | conservado |
| Conjunto Residencial do Governo – Conjunto dos Executivos | 1976 | conservado |
| Escola Modulada de 1º. Grau –31 de Março | 1976 | a caracterizar |
| Escola Modulada de 1º. Grau – São Vicente | 1977 | a caracterizar |
| ASTER | 1977 | conservado* |
| Banco de Roraima | 1977 | a caracterizar |
| Conjunto Residencial Bairro São Vicente | 1977 | a caracterizar |
| Conjunto Residencial Mecejana, Centro Comercial e Centro Social, Escola | 1977 | a caracterizar |
| Mercado - Prefeitura de Boa Vista | 1977 | a caracterizar* |
| Rodoviária Internacional José Amador de Oliveira-Baton | 1977 | conservado |
| Rádio Difusora | 1982 | conservado* |
| TELAIMA – Postos de serviços – projeto padrão (Mucajaí) | 1983 | a caracterizar |
| Residência em Caracará – Camargo Corrêa | s/d | a caracterizar |
| Denominamos como “a caracterizar” os exemplares que ainda não foram objeto de pesquisa de campo ou comprovação documental. * Nos registros do NPD/UFRJ consta como imóvel não construído, embora existam como equipamentos na cidade | | |

Quadro 1 - Projetos de Severiano Porto em Roraima.
Fonte: CERETO (2018) e NPD/UFRJ, organizado pelas autoras.

PROJETOS E OBRAS EXISTENTES

Percebemos um volume expressivo de projetos que se encontram em bom estado de conservação, construídos no governo territorial de Fernando Ramos Pereira (1974-1979) e de Ottomar de Souza Pinto (1979-1983). Estão associados às iniciativas desenvolvimentistas já mencio-

nadas para a Amazônia, como as voltadas para a integração da região (rodoviária, rádio, televisão, telefonia, correios e banco), as voltadas à infraestrutura urbana e de serviços institucionais (fórum, escolas, reservatório e conjuntos habitacionais com estruturas sociais de apoio). Segundo Souza e Vieira (2009) esse movimento

começou nos períodos de governo territorial de Hélio Campos (1967-1974)¹⁵

Hélio Campos teve sob sua responsabilidade a realização de uma série [sic] de obras de infraestrutura no território. Os referidos autores destacam que, em 1969, o território apresentava um aspecto bem diferente de períodos anteriores, pois já se encontrava com várias obras em andamento, como as Companhias de Água e Esgoto (CAER), Centrais Elétricas de Roraima (CER) e de telecomunicações (TELAIMA), que estavam em adiantada fase de funcionamento. Nessa época também “saiu a autorização para construir o Banco de Roraima e a energia passa a ser oferecida 24 horas na cidade”, então se pode perceber que diferentemente do primeiro governador, o Coronel Dilermando Cunha da Rocha, o Tenente Coronel Hélio da Costa Campos pôde desenvolver por meio de incentivo do governo federal uma política mais forte e de dado caráter desenvolvimentista, entretanto, este “desenvolvimento” estava atrelado ao tema da Segurança Nacional. (SOUZA e VIEIRA, 2009, p. 28-29)

Portanto, identificamos que as obras de Severiano Mário Porto estavam em uníssono com a política para o Território Federal naquele momento. Subdividiremos



em dois agrupamentos¹⁶: projetos para a integração e edifícios institucionais. Para o primeiro recorte serão destacados aqueles projetos que contribuíram para os fluxos materiais e econômicos, além dos serviços de telecomunicações. O segundo destaque será dado aos voltados ao atendimento de políticas públicas, como justiça, educação e habitação.

Figura 7 - Rodoviária Internacional de Boa Vista: década de 1970 e 2018. Fonte: IBGE e NASCIMENTO et al, 2018. Foto: Rayele Rocha, 2018.

¹⁵ Durante um ano, entre março de 1969 e 1970, o governo do território esteve sob a gestão de Walmor Leal.

¹⁶ A sequência das obras apresentadas não será cronológica, mas por sua relevância no contexto em que se inserem.



Figuras 8 e 9 - Edifício dos Correios: aspecto original (em 1998) e situação em relação ao edifício atual. Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa - LPPP/UFRR.

Projetos para a integração de Roraima

Os planos de integração para a Amazônia partiam do pressuposto das ligações rodoviárias e a estruturação das ocupações ao longo destas, consolidando os novos territórios. A importância da abertura da BR-174 para Roraima visava ligar a cidade de Manaus à Venezuela¹⁷, ao norte, se estendendo ao sul até a cidade de Cárceres/MT. Os fluxos de comunicação também foram favorecidos a partir de edificações

que deram suporte aos serviços de televisão, radiodifusão, correios e telégrafos, além do incremento dos fluxos financeiros, com o Banco de Roraima.

Talvez a mais relevante obra nesse grupo¹⁸, pela sua função dentro do contexto de integração regional e como obra arquitetônica, seja a Rodoviária Internacional de Boa Vista José Amador de Oliveira-Baton (Figura 7), projetada em 1977. A estrutura em concreto armado aparente, com sistema modular, se desenvolve em distribuição pavilhonar, com o espaço central canalizando o principal fluxo de ventilação natural. A cobertura de telhas amplas permite projeções que protegem os ambientes do edifício da insolação direta, articulada em vigas-calhas e espaçamento que garante amplos ambientes. Estas estratégias construtivas estão ligadas ao conceito de arquitetura bioclimática na região amazônica, empregadas constantemente nos edifícios projetados por Severiano Porto. A estrutura original básica da Rodoviária mantém-se preservada, havendo poucos acréscimos posteriores, que foram empreendidos pelos técnicos da SEINF.

¹⁷ Em solo venezuelano a rodovia continua até a capital, Caracas, denominada Rota 10.

¹⁸ O destaque que se dá a esta obra se faz pela sua função estratégica de integração nacional, e a perspectiva internacional, dentro do contexto dos planos de desenvolvimento apresentados anteriormente. Soma-se a isso, em relação ao caráter do edifício atualmente, o estado de preservação e caracterização em relação ao projeto original.

Por sua importância dentro do contexto da política de integração nacional, apontamos, o edifício da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, datado em 1969. Embora descaracterizado em 1998 é a obra mais antiga atribuída a Severiano Mário Porto que se tem conhecimento em Roraima. Introduziu a estrutura autônoma de concreto armado, antes da obra da Catedral Cristo Redentor, também localizada no entorno da Praça do Centro Cívico. Com a reforma e ampliação do prédio, a fachada principal da agência sofreu grandes intervenções (Figuras 8 e 9), visto que possuía composição em tijolos aparentes e aberturas, além de cobertura com amplos beirais, que foi alterada por um plano de *brise-soleils* verticais em concreto, com amplas aberturas posteriores.

Deve-se ressaltar que até o ano de 1988, a administração da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Roraima estava sob a responsabilidade do Estado do Amazonas, como Território Federal. Em consequência disso o acesso ao acervo histórico patrimonial do edifício é limitado ao relato de antigos funcionários que ainda trabalham na agência. A carência de fontes não permitem afirmar a autoria desta edificação com base em documentação ou bibliografia, porém relatos

de antigos funcionários da instituição sustentam os traços modernistas no qual era composto a obra original. (NASCI-MENTO et al, 2018).

A comunicação foi importante agente de integração nacional, a partir, especialmente, da radiofonia, na década de 1970. A Rádio Difusora funcionou durante alguns anos anexa à TV Roraima, no Teatro Carlos Gomes. Inaugurada em 1974, foi a única emissora na região até o início da década de 1990. Os registros apontam que o edifício da TV Roraima foi projetado em 1975, contudo não foi construído (NPD, 2018).

A necessidade de melhor caracterização das obras de Severiano Porto pode ser exemplificada no caso da Rádio Difusora de Roraima. A criação de uma emissora de rádio no Território de Roraima havia sido da promessa de campanha à população roraimense, feita pelo candidato à presidência Juscelino Kubitschek de Oliveira. Contando com a sua presença, já eleito, é inaugurada oficialmente em janeiro de 1957, no governo de José Maria Barbosa (1955-1959). Contudo suas atividades vão ter lugar efetivo apenas com a inauguração do Teatro Carlos Gomes, próximo ao Centro Cívico de Boa Vista, em 1958, ficando ali instalada até 1960, de-

pois transferida para outros edifícios. Passa a possuir edifício próprio em 1982, data que coincide com os dados referentes aos projetos de Severiano Mário Porto, passando a se localizar na avenida Ene Garcez, onde se encontra atualmente, a denominada Rádio Roraima, a partir de 1983 (NASCIMENTO et al. 2018).

Edifícios Institucionais

Os edifícios institucionais elencados são aqueles que visavam dar suporte ao plano de desenvolvimento de Roraima como Território Federal, sob a perspectiva administrativa, descentralizando e ampliando o acesso às políticas sociais, nas quais incluiremos justiça, educação e habitação no rol das contribuições de Severiano Porto.

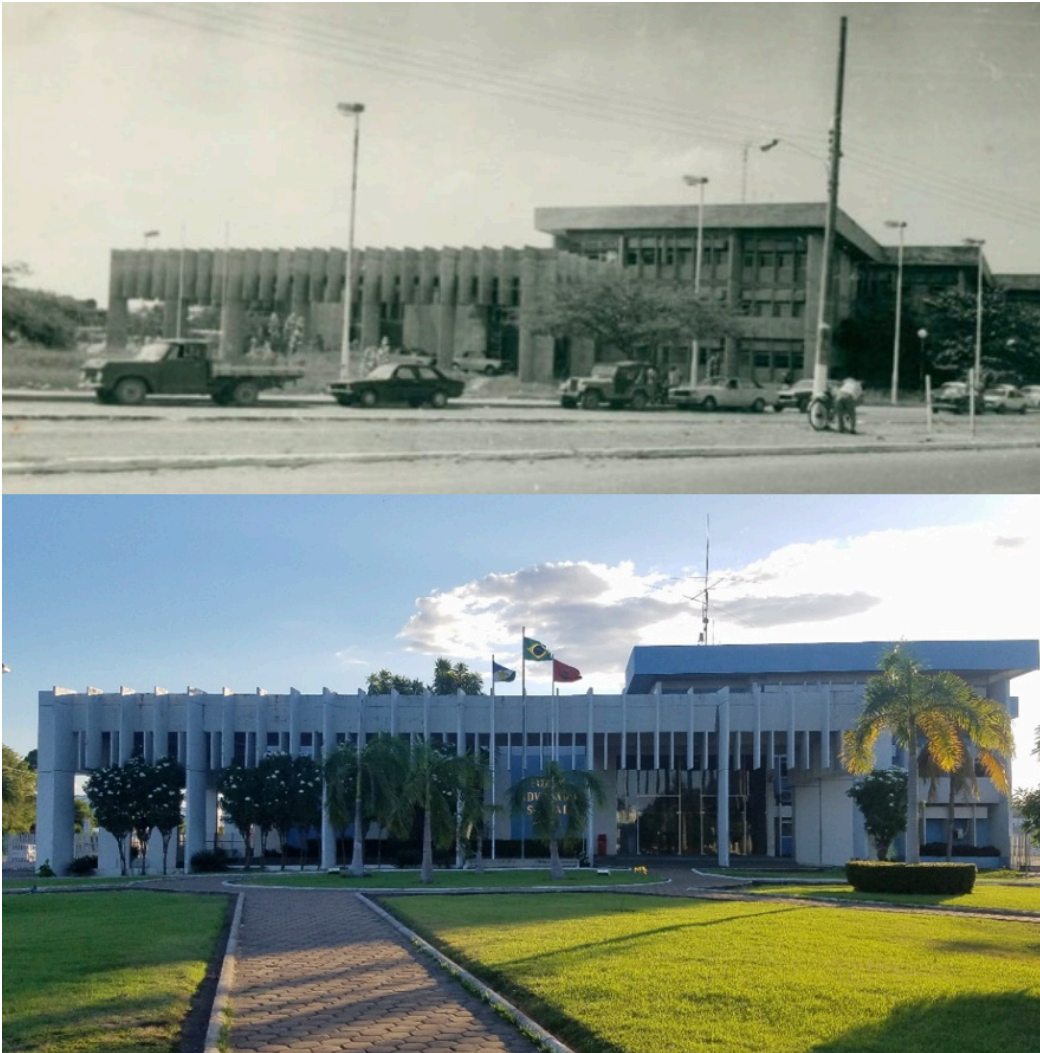
Entre os projetos do arquiteto temos, como aporte documental, três conjuntos habitacionais, sendo um voltado a atender aos funcionários de alto escalão (Conjunto dos Executivos) e os demais atendendo a políticas sociais (Conjunto Mecejana e Conjunto São Vicente,

conhecidos como BNH¹⁹), com estruturas de apoio como centro social e escolas²⁰. Quanto às escolas, um capítulo à parte, há um número expressivo delas na cidade de Boa Vista, além de um projeto-padrão, o qual deve ser avaliado com mais vagar, pois podem ter sido executados e, posteriormente, alterados. Ainda temos projetos não executados para mercados e a já citada Praça da Bandeira.

O mais representativo edifício institucional de Severiano Porto é o Fórum Advogado Sobral Pinto (Figuras 10 e 11), inaugurado em 10 de março de 1979, na Praça do Centro Cívico, descentralizando o judiciário pois, na época, a Comarca de Boa Vista fazia parte do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. Possui imponente jogo de brises fixos em articulação com planos em cobogós voltados para jardins internos, compostos a partir de distribuição pavilhonar e estrutura em concreto armado. Apesar das interferências, após obras de reforma realizadas em 2004 e 2011 (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA, 2011), tais como fechamento de planos de cobogós e pintura no

¹⁹ Embora o registro histórico indique a Companhia de Desenvolvimento de Roraima (CODESAIMA) e o Banco de Roraima como agentes.

²⁰ Sobre esses projetos, por serem de grande escala e intensamente descaracterizados – especialmente sob o aspecto arquitetônico – as imagens são parciais e pouco expressivas. Quanto às plantas, algumas fazem parte do acervo do NPD/UFRJ, mas, da mesma forma, falta aprofundamento para uma melhor caracterização, especialmente quanto à implantação do Conjunto São Vicente. Os três conjuntos projetados por Severiano Porto e Mario Emilio Ribeiro estão sendo objetos de pesquisas específicas.



Figuras 10 e 11 - Palácio da Justiça (década de 1970) e atualmente.

Fonte: IBGE (foto Herondino Chagas) e LPPP. Foto: Rayele Rocha, 2018.

concreto aparente, ainda é possível a legibilidade da obra de Porto, sendo objeto interessante para estudos.

Temos registro de escolas propostas para o bairro São Vicente, 31 de Março, Mecejana, Cana-rinho e São Pedro, além dos conjuntos habitacionais propostos por Severiano Porto em Boa Vista, os conhecidos popularmente como BNH do São Vicente e BNH do Mecejana, além do Conjunto dos Executivos, hoje utilizado

por entidades de segurança pública. Este último é, sem dúvidas, o mais expressivo conjunto arquitetônico de Severiano Porto em Roraima.

Uma das mais antigas escolas de Boa Vista é a Escola Estadual Oswaldo Cruz, inaugurada em 12 de agosto de 1949, pelo governador Miguel Ximenes de Melo (1943-1951). Nos documentos encontrados no NPD/UFRJ há referência quanto à autoria do escritório de Severiano Mário

Figura 12 - Escola Estadual Oswaldo Cruz.
Foto: Rayele Rocha, 2018.

Figura 13 - Pátio da Escola Estadual Gonçalves Dias.
Foto: Rayele Rocha, 2016.

Porto, datando o ano de 1978 como da elaboração do seu projeto executivo. Podemos inferir pelo cruzamento de dados que as plantas encontradas no arquivo local sejam atualizações do projeto original. O edifício possui elementos característi-

cos da arquitetura de Porto, como utilização de formas regulares e modulares, cobogós, amplos beirais, veneziana em algumas esquadrias e corredores largos (Figura 12), formando assim um conjunto de atributos comuns empregados na arquitetura bioclimática amazônica da lavra de Severiano (NASCIMENTO et al. 2018).

Outro edifício educacional referencial é o da Escola Estadual Gonçalves Dias, que possui as mesmas características formais e projetuais da Escola Oswaldo Cruz e plantas originais do projeto identificadas como sendo do escritório de Severiano Porto na SEINF. O edifício é composto



por blocos que se acomodam em níveis adequados à topografia do terreno, favorecendo a ventilação cruzada, interligando os pavilhões por pátios largos e corredores abertos ladeados por áreas de jardins (Figura 13). Outro elemento importante da obra é a inserção de um painel artístico, em relevo de concreto, uma característica do movimento moderno brasileiro: do diálogo com as artes visuais (NASCIMENTO et al. 2018).

A escola dispõe de amplos corredores com rampas de acesso, com a presença de elementos vazados para a melhor ventilação e iluminação natural. Nas salas de aula, outro elemento importante são as esquadrias venezianas de madeira, com peitoril elevado para melhor qualidade do ar interno possibilitando a ventilação cruzada. É característica do projeto apresentar técnicas construtivas e soluções de conforto ambiental que amenizam o clima da região. As intervenções posteriores, contudo, comprometeram a eficiência da climatização natural e seus jardins internos encontram-se ociosos (BORGES, 2016; PIAIA, 2017).

Ambas as escolas apresentam sistema estrutural em concreto armado com vigas e

pilares, vedação em blocos de alvenaria, laje de forro e cobertura em telhas, estas inseridas depois da finalização do projeto original. O mesmo padrão construtivo original pode ser identificado no projeto das Escolas Modulares, o que não ocorre na escola do conjunto Mecejana, já demolida, que foi edificada com o uso profuso de madeiras.

Escolas e conjuntos habitacionais foram importantes indutores da ocupação e desenvolvimento da cidade de Boa Vista. O Conjunto Residencial do Governo (1976), também conhecido como Conjunto dos Executivos, embora tenha sofrido intervenções em vários de seus elementos componentes²¹.

A periferia, ao final da década de 1970, hoje bairros quase centrais, era formada pelos bairros que acomodavam uma população destinada à administração civil e militar, como São Francisco, 31 de Março, Aparecida, São Pedro, Canarinho e o de Mecejana. Este último foi destinado para ser ocupado essencialmente por residências militares, tendo em 1975 mais de 3.000 habitantes. Junto ao rio Branco, foi construído o Conjunto dos Executivos, para abrigar os altos funcionários do então território e posteriormente, do governo do esta-

21 A SEINF possui grande acervo de pranchas do projeto original, que vem sendo identificadas, dentro do projeto de pesquisa que vem sendo desenvolvido.



Figura 14 - Conjunto dos Executivos.
Foto: Rayele Rocha, 2016.

do, tanto da área executiva como da judiciária (SANTOS, 2013, p. 219).

O Conjunto dos Executivos tem descaracterizações em graus diversos (Figura 14), pela adaptação ao novo uso, porém constata-se a conservação de algumas características construtivas originais nas edificações atualmente utilizadas pela Delegacia Geral da Polícia Civil como a utilização de esquadrias de madeira em estilo veneziana, varandas e cobertura aparente, que estabelece uma conexão entre as tipologias em concreto e em madeira propostas por Porto em Boa Vista.

Sobre os demais conjuntos, a pesquisa tem apontado para um maior grau de alterações e intervenções nas edificações no Conjunto Mecejana. Recentemente, a escola foi demolida; contudo o posto de saúde guarda claramente características construtivas que se assemelham ao Centro de Proteção Ambiental de Balbina, com uso intenso de madeira como característica principal. Quanto ao conjunto do bairro São Vicente, pelo que mostra a documentação (NPD, 2018), muito do projeto original foi alterado, cabendo, sobre ambos os conjuntos, maior aprofundamento de pesquisas, visto que ambos os projetos datam de 1977, dentro do cenário de gestão do então Governo do Território. “Alguns bairros de Boa

Vista vão sendo criados e implantados em forma de conjuntos habitacionais e de loteamentos, proporcionando em 1981 o surgimento dos bairros de São Vicente e 13 de setembro na zona sul” (BATISTA, 2013, p. 72). A expansão urbana de Boa Vista, conforme também destaca Santos (2013), é contemporânea ao II PND e, portanto podemos aferir que se trata de processo articulado de ação estratégica para o desenvolvimento local.

Considerações finais

Os desafios para a produção de uma boa arquitetura em Roraima na década de 1970 eram grandes e, indiscutivelmente, houve incentivo para a inserção de alguns projetistas e obras nessa região. A inegável contribuição de Severiano Mário Porto para a arquitetura brasileira já dá subsídio para a necessária investigação e mapeamento de suas obras em solo roraimense. Contudo percebemos que o seu papel para o desenvolvimento da região e, conseqüentemente, para Boa Vista, é tema que merece constante investigação.

Por mais que busquemos encerrar o tema, com um inventário completo de suas obras, o olhar atento aponta para novos caminhos e campos de pesquisa. A necessidade de conhecermos os processos

que permearam o período das décadas de 1970 e 1980 são cada vez mais urgentes e importam pela relevância historiográfica para a compreensão da construção do espaço amazônico e seu discurso desenvolvimentista, quer pela dispersão dos dados, especialmente no que tange o estudo sobre os antigos Territórios Federais, quer pelo simples desconhecimento das fontes, nas quais dependemos da interpretação de entrelinhas e subtextos para compreendermos essa espantosa história e geopolítica da Amazônia, ainda nebulosa, situada entre 1960 e 1988.

Há, indubitavelmente, ainda um grande caminho a perseguir em torno da caracterização da contribuição de Severiano Porto e Mario Emilio Ribeiro em Roraima, que já se apontam a partir deste artigo, necessitando maior aprofundamento e foco temático. A questão da eficiência energética das proposições bioclimáticas ou mesmo recortes temáticos são fundamentais para a compreensão do olhar destes arquitetos sobre o território roraimense.

Podemos afirmar que há sim uma importante colaboração das obras de Severiano Mário Porto para o desenvolvimento urbano de Boa Vista, em uníssono com os desejos de expansão da capital, com a

locação de órgãos públicos que visavam a descentralização administrativa e o de consolidação de população, através dos conjuntos habitacionais. A expansão urbana de Boa Vista, conforme também destaca Santos (2013), é contemporânea ao II PND e, portanto podemos aferir que se trata de processo articulado de ação estratégica para o desenvolvimento local.

O papel da arquitetura de Severiano Porto para Roraima, além da contribuição para a estruturação administrativa ou funcional do antigo Território, é re-

conhecida pelos arquitetos mais antigos, que trazem na memória e na compreensão de seus atributos, os elementos inspiradores para a produção roraimense. A cultura material se torna testemunho e suporte discursivo para análises prospectivas e perspectivas importantes para vários níveis de pesquisas.

Referências

PINTO, Otília Natália. Arquitetos BATISTA, A. N. *Políticas públicas e produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima (1988-2011)*. 2013. 167 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2013.

BORGES, H. S. *Avaliação de Pós-Ocupação: estudo de caso da Escola Estadual Gonçalves Dias em Boa Vista/RR, de Severiano Mário de Magalhães Porto*. 2016. 84 f. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2016.

CERETO, Marcos. *Listagem de obras em Roraima*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por claudia.nascimento@ufrr.br em 26 jan. 2018.

DANTAS E SILVA, Ernandes. *A construção historiográfica dos meios de comunicação no município de Mucajaí (1943-2006)*. 2006. Monografia (Curso de Jornalismo) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2006.

NASCIMENTO, C. H. C. et al. Caracará e o olhar de Sérgio Bernardes sobre Roraima. *Amazônia Moderna. Revista de Arquitetura e Urbanismo da Amazônia*, Palmas, v. 2, n. 1, p. 84-105, 2018. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/amazoniamoderna/article/view/6208>>, Acesso em: 30 out. 2019.

NASCIMENTO, C. H. C.; MELO, N. B. N.; ROCHA, R. S. Explorando a herança arquitetônica de Severiano Mário Porto em Boa Vista, Roraima. In: SEMINÁRIO

INTERNACIONAL PATRIMÔNIO X CIDADES – OS DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE, 1., 2018, Boa Vista. *Anais...* Boa Vista: Instituto dos Arquitetos do Brasil, sessão Roraima, 2018.

NASCIMENTO, C. H. C. et al. Arquitetura histórica do sítio originário de Boa Vista/RR: levantamento e análise preliminar sobre as técnicas construtivas. In: ENCONTRO INTERNACIONAL ARQUIMEMÓRIA, 5., 2017, Salvador. *Anais...* Salvador: Instituto dos Arquitetos do Brasil, 2017.

NPD. *Índice Arquivo de Obras e Projetos dos Arquitetos Severiano Mario Porto e Mario Emilio Ribeiro*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. (S/D)

PIAIA, D. B. *Arquitetura como arte e a percepção do usuário: um estudo de caso da Escola Estadual Gonçalves Dias, Boa Vista/RR*. 2016. 84f. Monografia (Curso de Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, RR, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA. *Igreja Catedral Cristo Redentor*. Boa Vista: Gráfica Ióris, 2011.

SANTOS, N. P. D.. *Política e poder na Amazônia: o caso de Roraima (1970-2000)*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2013.

SEGAWA, H.. *Arquiteturas no Brasil/1900-1990*. São Paulo: EDUSP, 2010.

SEGAWA, H.. *Arquiteturas no Brasil/anos 80*. São Paulo: Projeto, 1988.

SEVERIANO Porto. In: *ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras*. São Paulo: Itaú Cultural, 2019. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa479506/severiano-porto>>. Acesso em: 01 de Nov. 2019. Verbete da Enciclopédia. ISBN: 978-85-7979-060-7

SOUZA, S. S. S.; VIEIRA, J. G. Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-1985). Boa Vista, 2009. *Textos & Debates*, Boa Vista, v.17, n. 17, p.65-89, jul./dez. 2009.

TIRELLO, Regina A. . A arqueologia da arquitetura: um modo de entender e conservar edifícios históricos. *Revista CPC*, n. 3, p. 145-165, nov. 2006 São Paulo: CPC/USP, 2006.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE RORAIMA. *Pintura revitaliza Prédio do Fórum Advogado Sobral Pinto*. Boa Vista, RR. Disponível em: <<https://tjrr.jusbrasil.com.br/noticias/2557509/pintura-revitaliza-predio-do-forum-advogado-sobral-pinto>>, Acesso em: 15 jan. 2018.

ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

Projetos para o Parque Anauá, Boa Vista

Projectos para Parque Anauá, Boa Vista

Projects for Parque Anauá, Boa Vista

Cláudia Helena Campos Nascimento

Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA (2013). Especialista em Semiótica e Artes Visuais e bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UFPA. Professora do curso Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima

E-mail: claudia.nascimento@ufr.br  orcid.org/0000-0002-1447-4915

Cibele Campos Aragão da Paz

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR

E-mail: cibelegcampos.a@hotmail.com  orcid.org/0000-0002-3562-4468

Rafaela Cristina Sander

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR

E-mail: rafacristina.sander@gmail.com  orcid.org/0000-0002-0968-0730

Suellen Cristina da Silva Almeida

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR

E-mail: suelen cristt@gmail.com  orcid.org/0000-0002-9657-1742

Rayresson Lima da Rocha

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR

E-mail: rayressonrocha@hotmail.com  orcid.org/0000-0003-1261-1696

RESUMO

O Parque Anauá, na cidade de Boa Vista, capital do Estado de Roraima, é estudado a partir das duas propostas apresentadas no Primeiro Concurso Público de Anteprojeto promovido pelo então Governo do Território de Roraima, durante a primeira gestão do governador Ottomar de Sousa Pinto. O anteprojeto vencedor foi assinado pelo arquiteto cearense Otacílio Teixeira Lima Neto, e o segundo lugar pelo escritório de arquitetura DPJ Arquitetos Associados de Belém, sob a responsabilidade dos arquitetos Jorge Derenji, Paulo Cunha Lima e José Freire. Elaborado através de revisão bibliográfica e documental, entrevistas e registros fotográficos, o artigo busca a construção histórica da área do Parque, a comparação das duas propostas através do redesenho e descrição dos projetos e a implantação do projeto vencedor. Este estudo volta-se para a preservação da história de Boa Vista pelo reconhecimento desse espaço, considerado o maior parque urbano da região norte do país, que vem sofrendo pelo seu abandono, além de diversas interferências que comprometem a qualidade arquitetônica do projeto original.

Palavras-chave: Boa Vista - Urbanização; Parque Anauá; Fazenda dos Americanos.

RESUMEN

El Parque Anauá, en la ciudad de Boa Vista, capital del estado de Roraima, se estudia a partir de las dos propuestas presentadas en la Primera Competencia Pública de Licitación promovida por el entonces Gobierno del Territorio de Roraima, durante la primera administración del Gobernador Ottomar de Sousa Pinto. El proyecto ganador fue firmado por el arquitecto Ceará Otacílio Teixeira Lima Neto, y el segundo lugar por el estudio de arquitectura DPJ Associated Architects de Belém, bajo la responsabilidad de los arquitectos Jorge Derenji, Paulo Cunha Lima y José Freire. Preparado a través de la revisión bibliográfica y documental, entrevistas y registros fotográficos, el artículo busca la construcción histórica del área del Parque, la comparación de las dos propuestas a través del rediseño y descripción de los proyectos y la implementación del proyecto ganador. Este estudio tiene como objetivo preservar la historia de Boa Vista al reconocer este espacio, considerado el parque urbano más grande de la región norte del país, que ha sufrido su abandono, así como diversas interferencias que comprometen la calidad arquitectónica del proyecto original.

Palabras clave: Boa Vista - Urbanización; Parque Anauá; Granja americana

ABSTRACT

Parque Anauá, in the city of Boa Vista, capital of the state of Roraima, is studied from the two proposals presented in the First Public Competition promoted by the then Government of the Territory of Roraima, during the first administration of Governor Ottomar de Sousa Pinto. The winning project was signed by Ceará architect Otacílio Teixeira Lima Neto, and the second place by the architecture firm DPJ Associated Architects of Belém, under the responsibility of architects Jorge Derenji, Paulo Cunha Lima and José Freire. Prepared through bibliographic and documentary review, interviews and photographic records, the article seeks the historical construction of the Park area, the comparison of the two proposals through the redesign and description of the projects and the implementation of the winning project. This study aims to preserve the history of Boa Vista by recognizing this space, considered the largest urban park in the northern region of the country, which has been suffering from its abandonment, as well as various interferences that compromise the architectural quality of the original project.

Keywords: Boa Vista - Urbanization; Anauá Park; American Farm.

Introdução

O Parque Anauá é um importante espaço público localizado na capital do Estado de Roraima, a partir do qual podemos desenvolver uma análise histórica de Boa Vista. O presente artigo visa apresentar a importância do Parque para a compreensão da modernidade em Roraima, a partir de seus projetos – executados ou não – mediante o entendimento do seu espaço, sua relação com o meio urbano e de sua arquitetura.

O artigo busca caracterizar o espaço do Parque Anauá, apresentando cronologicamente as principais intervenções na área do logradouro a partir de uma revisão bibliográfica e documental, sem, contudo, revê-las criticamente. Destaca os projetos que fizeram parte do concurso e a proposta implantada, da década de 1980, que lhe atribuiu as principais estruturas, autoria do arquiteto cearense Otacílio Teixeira Lima Neto.

Como metodologia, buscaremos a construção histórica do Parque, do momento da intervenção de implantação do projeto apresentado, comparando-se as duas propostas concorrentes e sua descrição. De forma complementar, apresen-

taremos as intervenções posteriores ao projeto implantado.

A pouca informação sobre o Parque Anauá e seu desenvolvimento faz sobressair a importância deste estudo, especialmente quanto à documentação dos projetos propostos inicialmente e pela importância do espaço, tanto para Boa Vista quanto para a região. Some-se a isto a dinâmica que incide sobre o Parque, que vem sendo abandonado, além de intervenções que alteraram a unidade projetual original, estabelecendo novas atividades funcionais e negando outras que, embora correspondam à vivacidade dos espaços públicos, geram interferências na legibilidade da proposta vencedora, de grande qualidade arquitetônica.

O Parque Anauá

Considerado como o maior parque urbano da região norte do Brasil, o Parque Anauá situa-se na área pericentral de Boa Vista, com superfície de 106 hectares. Anteriormente conhecida como Fazenda dos Americanos, a área atraía a população boa-vistense para o lazer, principalmente devido à existência de lagos perenes. Este espaço não foi previsto no plano original da cidade, traçado por Darcy Aleixo De-renusson, na década de 1940. Contudo foi

sendo incorporado a partir de sua primeira extensão, devido à dinâmica social que o próprio espaço assumiu para Boa Vista. Sua localização lindeira ao eixo de ligação entre a Praça do Centro Cívico e o aeroporto da cidade garante-lhe inserção importante no cenário urbano, abrigando importantes equipamentos e ações culturais, além de ambiência paisagística com características típicas do lavrado roraimense.

A área de implantação do Parque Anauá possuiu várias denominações antes da implantação do projeto nos primeiros anos da década de 1980. Relatos dão conta que os primeiros proprietários, ainda na década de 1930, foram da família Campos, dando ao local, por conta de seu grande lago perene, a denominação de “Lago dos Campos”. Na década de 1940 foi adquirida por um inglês proveniente da Guiana, de sobrenome Gorinski, que em 1947 vendeu o lago ou área adjacente para “um americano de cognome Black, cuja esposa chamava-se “Miss Beverly” que

percebendo o movimento no local resolveu fazer um tipo de boate/restaurante, que funcionava em instalações incipientes, não havendo sequer instalações sanitárias. Contudo, a sua boate/restaurante foi um sucesso e ficaram famosas as “potatões” ou as batatas fritas de Miss Beverly. O lago transformou-se assim em área de

lazer e passou a ser chamado de “lago dos americanos” (LIMA, 2011).

Desta maneira, os nomes Fazenda dos Americanos e Lago dos Americanos se consolidam como espaço de atração para o lazer e esporte, transformando-se em ponto de referência para encontros e de atração turística.

Hélio da Costa Campos (1921-1991), que governou o Território de Roraima de 1967 a 1969 e, depois, de 1970 a 1974, doou a área para a Infraero, excluindo a contígua ao referido lago, devido à pressão popular. A partir da década de 1970 alguns nomes surgem como arrendatários da área, tais como Mário Quadros, Petita Brasil, Antonio Paracat, além do próprio 6º. Batalhão de Engenharia de Construção (6º. BEC), que utilizavam o lago para atividades sociais, esportivas e de recreação. Durante o governo de Fernando Ramos Pereira, entre 1974 e 1979, a área passou a ter atenção governamental quando foram construídas as primeiras instalações: uma quadra de tênis, uma para vôlei e duas pistas para aeromodelos. (Lima, 2011).

O Parque Anauá se localiza atualmente na área central de Boa Vista. Contudo era uma periferia até o fim da década de

1970 (Figura 1), quando o governador Otomar de Sousa Pinto (1931-2007) lançou o concurso de projeto para dotação de equipamentos e infraestrutura para o lugar. A construção do Parque, nos moldes do proposto pelo arquiteto Otacílio Lima Neto, se deu entre os anos de 1981 e 1983.

A partir de então ocorreram várias intervenções dissonantes em relação ao projeto original, de forma que podemos dividir as permanências atuais no Parque Anauá em dois momentos: o do projeto e o posterior, sendo que esse segundo grupo de inserções não será objeto de análise neste artigo.

O projeto

Durante a primeira gestão do governador Otomar de Sousa Pinto, no período 1979-1983, o governo do então Território de Roraima promoveu o Primeiro Concurso Público de Anteprojeto nº 01/80, para o qual era necessária a apresentação de pranchas e memorial. Entre os seis inscritos, apenas duas propostas foram apresentadas¹: a do arquiteto e urbanista cearense Otacílio Teixeira Lima Neto e a do escritório paraense DPJ Ar-



quitetos Associados, atualmente DPJ Arquitetura e Engenharia.

O PROJETO DA DPJ

A DPJ Arquitetos Associados foi fundada em 1974 pelos arquitetos Jorge Derenji, Paulo Cunha Lima, Paulo de Araújo Leal Martins (1946-2010) e José Freire da Silva Ferreira. e foi autora da proposta nº 6 para o concurso.

O escritório representa um importante marco de renovação da arquitetura amazônica. Jorge Derenji, formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) em 1963, foi um dos professores fundadores do Curso de Arquitetura da Universidade Federal do Pará (UFPA). Em 1964 fincou suas raízes no Norte, tendo contribuído com importantes obras ao longo da vida profissional, tan-

Figura 1 - Evolução do espaço urbano de Boa Vista: décadas de 1920-1980. Fonte: VERAS, adaptado.

¹ Segundo informações do arquiteto José Freire do escritório DPJ e de Perpétua Barbosa, arquiteta aposentada da Secretaria de Estado de Infraestrutura de Roraima.

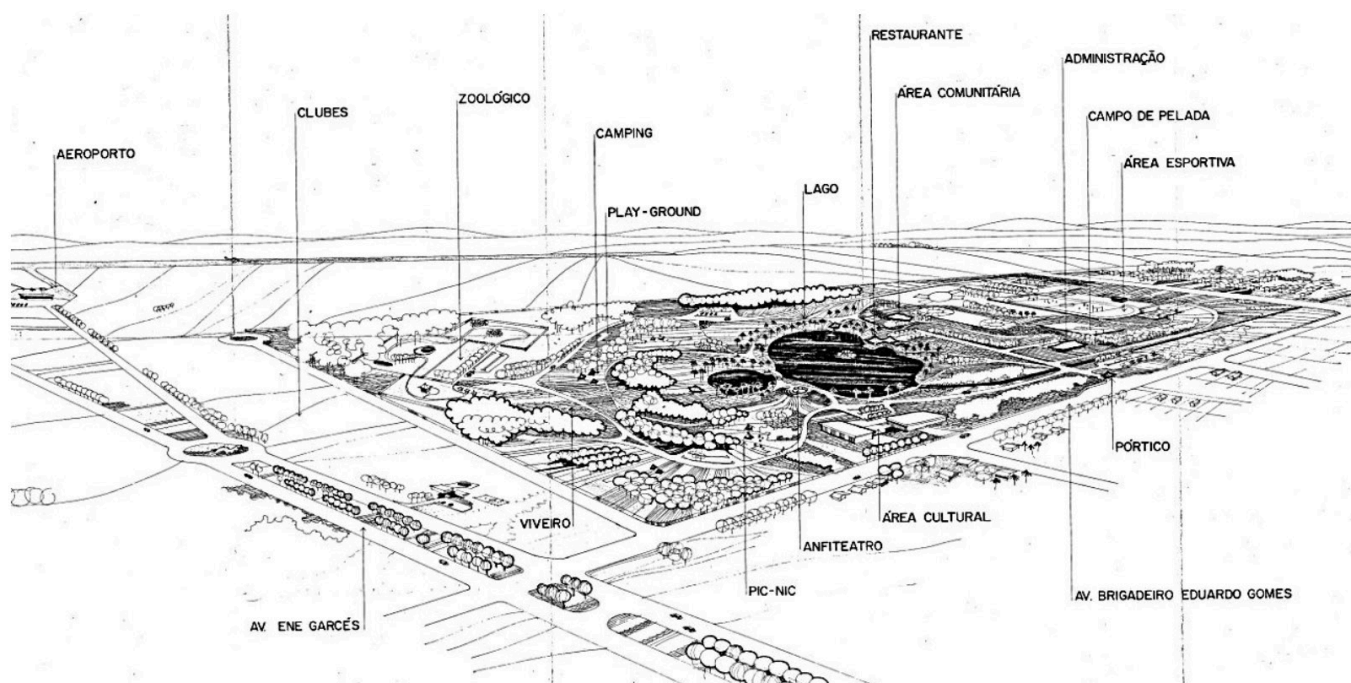


Figura 2 - Perspectiva do Parque do Lago dos Americanos. Fonte: DPJ Arquitetos Associados, 1980.

to como projetista quanto como gestor, com grande relevância na área do patrimônio cultural. Tanto José Freire quanto Paulo Lima se graduaram na UFPA em 1970 e tornaram-se professores do Curso de Arquitetura dessa instituição a partir de 1973 e 1974, respectivamente.

A proposta paraense (Figura 2), denominada Parque do Lago dos Americanos, destaca que o espaço “oferece condições vantajosas com referência ao seu relacionamento com a área urbana atual e também com as áreas de expansão, permitindo, através da utilização de algumas vias estruturais, o acesso fácil a partir dos diferentes pontos da cidade” (DPJ Arquitetos Associados, 1980, p. 2).

A inserção urbana do Parque (Figura 3), segundo a proposta, já apontava para a perspectiva de expansão futura da cidade de Boa Vista, oferecendo-se como ponto nodal a partir da tangência transversal de determinadas vias estruturais, facilitando o acesso, partindo dos diferentes extremos da cidade, levando em conta sua situação pericentral da cidade, indiferente de seu crescimento urbano bilateral devido às limitações físicas estabelecidas pelos rios Branco e Cauamé.

A partir da análise do plano de massas em cruzamento com o zoneamento (Figura 4) é perceptível a intenção de propor característica paisagística que buscasse suprir a ausência de espaços verdes equipados para o lazer e para a recreação, as-

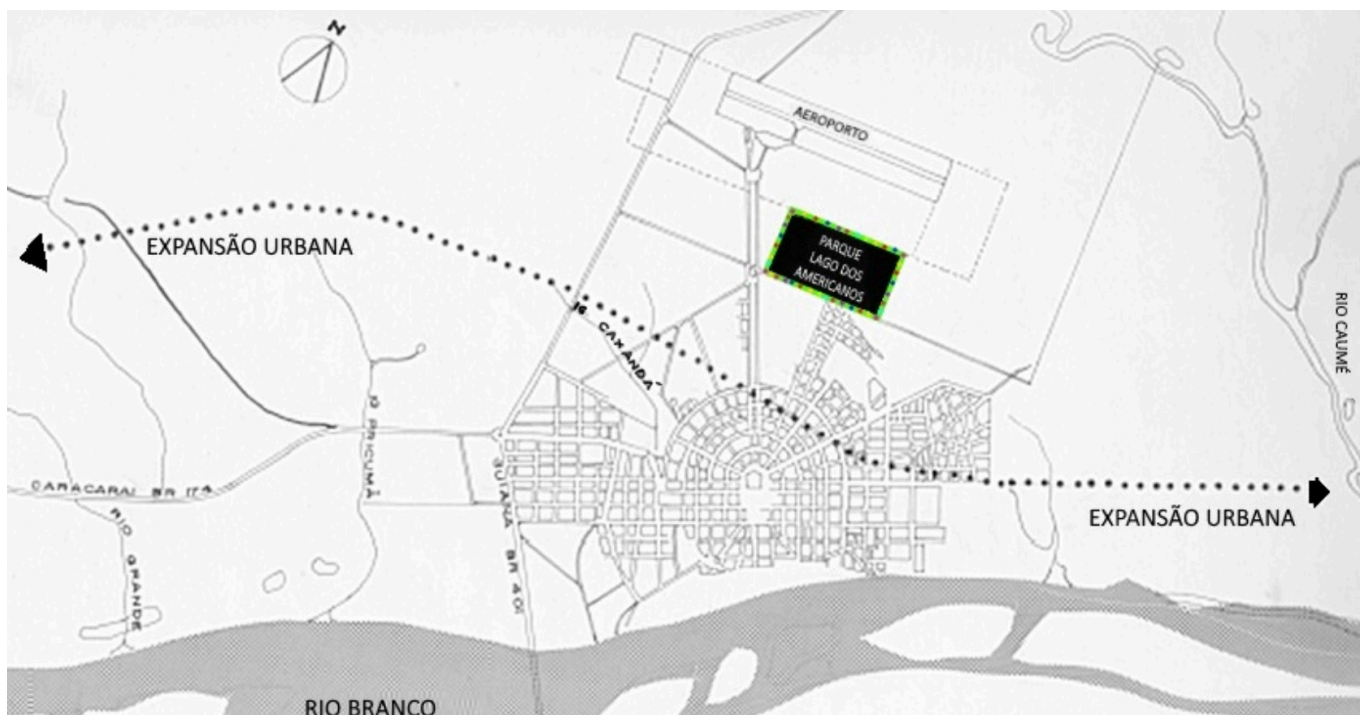
sociando as áreas de bosques às funções do zoneamento proposto, visando corrigir, com a proposta do projeto, essa carência com a iniciativa governamental da implantação do Parque Lago dos Americanos.

A área com característica paisagística fitomórfica dos campos de Roraima (também denominado lavrado), em sua maior parte rasteira e com arbóreas esparsas, continha setores alagáveis e cursos d'água. A proposta foi desenvolvida a partir de projeto paisagístico que complementasse a ecogenesia, “visando a adequabilidade do que será implantado como o espírito cultural, cívico e recreativo do habitante de Boa Vista” (DPJ Arquitetos Associados, 1980, p. 5), optando pela ma-

nutenção e valorização de elementos do parque que dialogassem com a paisagem natural.

O memorial do projeto da DPJ aponta para a existência de intervenções anteriores, possivelmente aquelas inseridas no governo Hélio Campos, pois visava ao “aproveitamento de equipamentos existentes, principalmente na área esportiva, com infraestrutura já bastante adiantada” (DPJ Arquitetos Associados, 1980, p. 7). A proposta acrescentava novas necessidades e áreas de expansão, de acordo com a setorização proposta, composta de zonas administrativa, do lago, cultural, esportiva, de recreação e vivência, do zoológico e de criação e manutenção botânica (horto). As edificações visavam

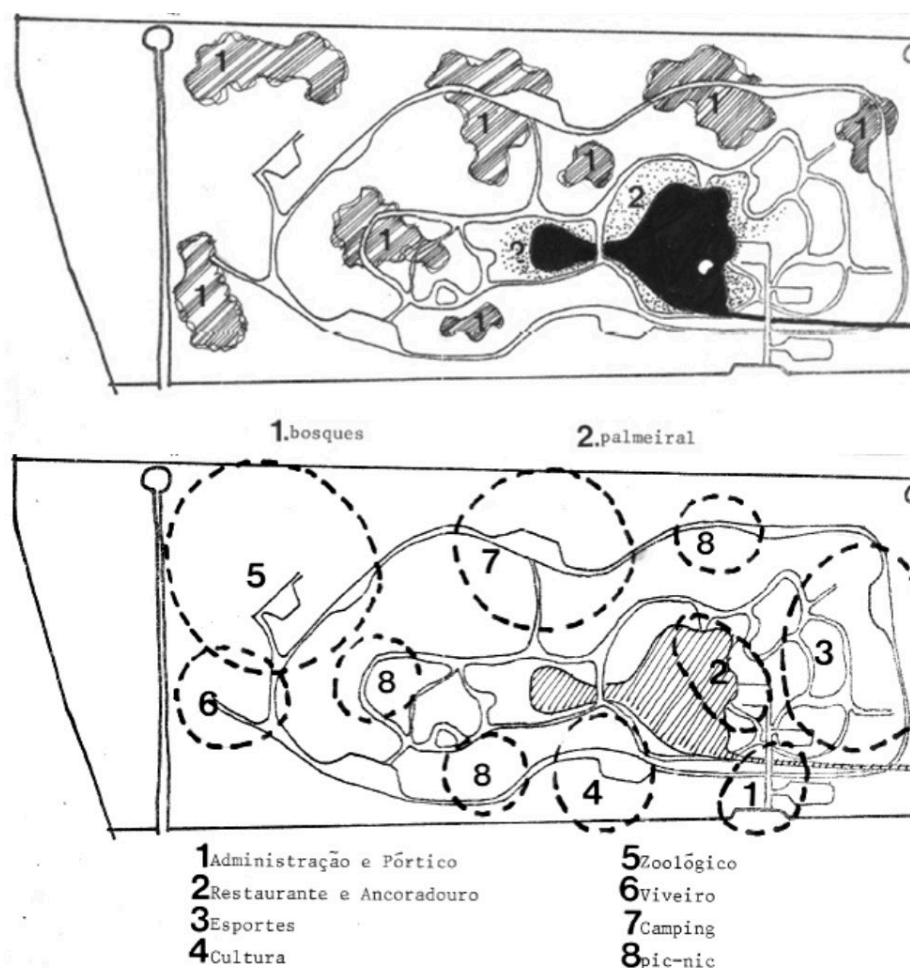
Figura 3 - Estudo de inserção urbana.
Fonte: DPJ Arquitetos Associados, 1980.

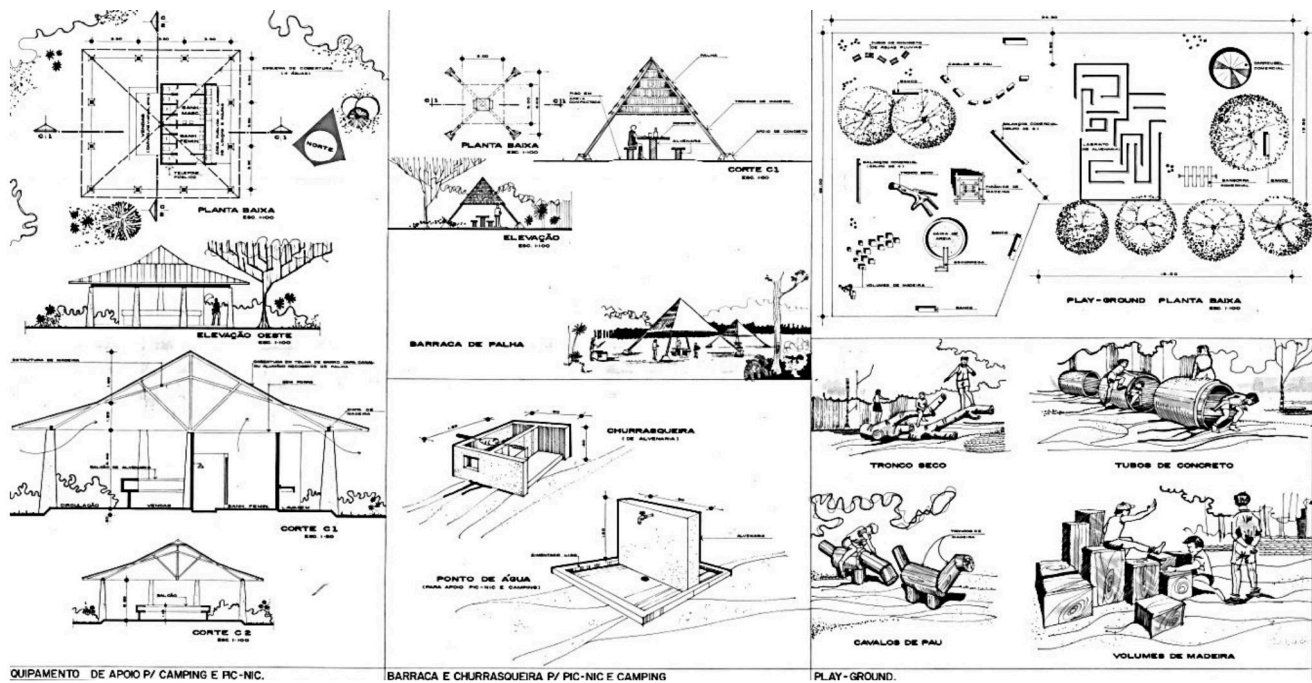


atender ao programa e apresentavam proposta formal que, ora era desenvolvida com estruturas em alvenaria, ora em estruturas de madeira e uso de materiais naturais, como palha, sempre visando adequação climática e conforto de seus usuários (FIGURA 5), além da “simplicidade na execução dos serviços; aproveitamento de materiais de fácil acesso e de tecnologia de aplicação já conhecida na região; eliminação do uso de concreto, a não ser nas fundações corridas” (DPJ Arquitetos Associados, 1980, p. 11).

A proposta da DPJ baseou-se em alguns princípios: a) valorização visual do lago com o entorno funcional; b) localização de bosques mais ou menos densos, principalmente nas áreas de piquenique e camping; c) criação de uma setorização onde se concentram atividades de grande afluência e intenso convívio separadas de áreas para atividades mais calmas, contemplativas e individualizadas; d) distribuição de vegetação; e) sistema viário periférico paralelo ao percurso de pedestres; f) via interna que pode ser

Figura 4 - Estudo paisagístico e zoneamento do projeto do Parque do Lago dos Americanos.
Fonte: DPJ Arquitetos Associados, 1980.





usada como ciclovia junto aos pedestres, a qual acompanha todos os equipamento propostos; g) promover uma sinalização para a via interna e externa devido ao tamanho do Parque, visando segurança dos pedestres; h) aproveitar os equipamentos esportivos já implantados na área; i) lançando um cronograma geral que atenda à futuras expansões de equipamentos de acordo com a necessidade a ser apresentada com o tempo (DPJ Arquitetos Associados, 1980, p. 5-7).

O memorial da DPJ evidenciava a consciência da importância, magnitude e complexidade do projeto de um parque dessa envergadura. O projeto trazia especificações técnicas e equipamentos integrados que propunham redução de

custos de manutenção ao parque como um todo, além de proposta em escala de implantação de acordo com os parâmetros, como disponibilidade de verbas, escalonando prioridades. Em seu conjunto, o projeto para o denominado Parque do Lago dos Americanos continha proposições que contemplavam tanto design de sinalização quanto ao plano de gestão do projeto, perpassando por campos como arquitetura, urbanismo e paisagismo.

A oportunidade do projeto se fez na conjunção de um período histórico de interfaces políticas e de experimentações no campo da arquitetura e do urbanismo extremamente relevantes. A produção de um espaço público dessa escala possuía grande força, especialmente para a

Figura 5 - Prancha de detalhamento de estruturas do Parque.
Fonte: DPJ, 1980.

cidade, quando havia na população forte tendência de ocupação do espaço público em seu tempo livre. Portanto o controle da função social do espaço público se fazia importante.

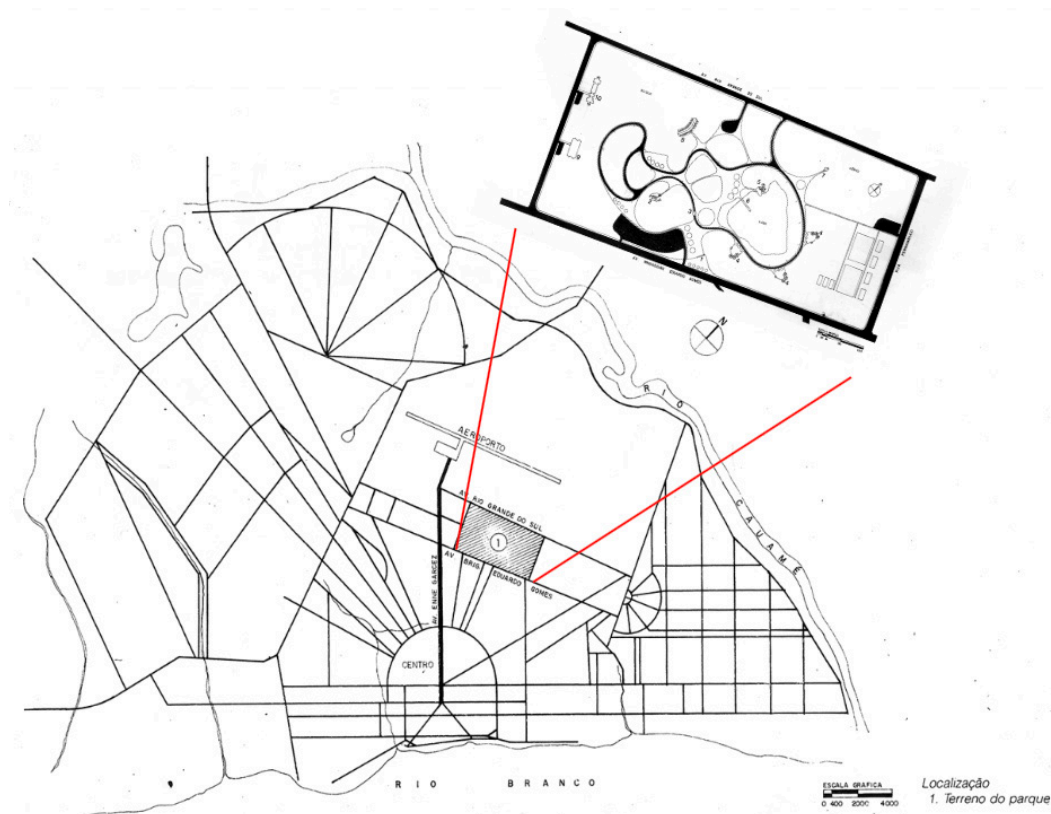
O projeto de Lima Neto

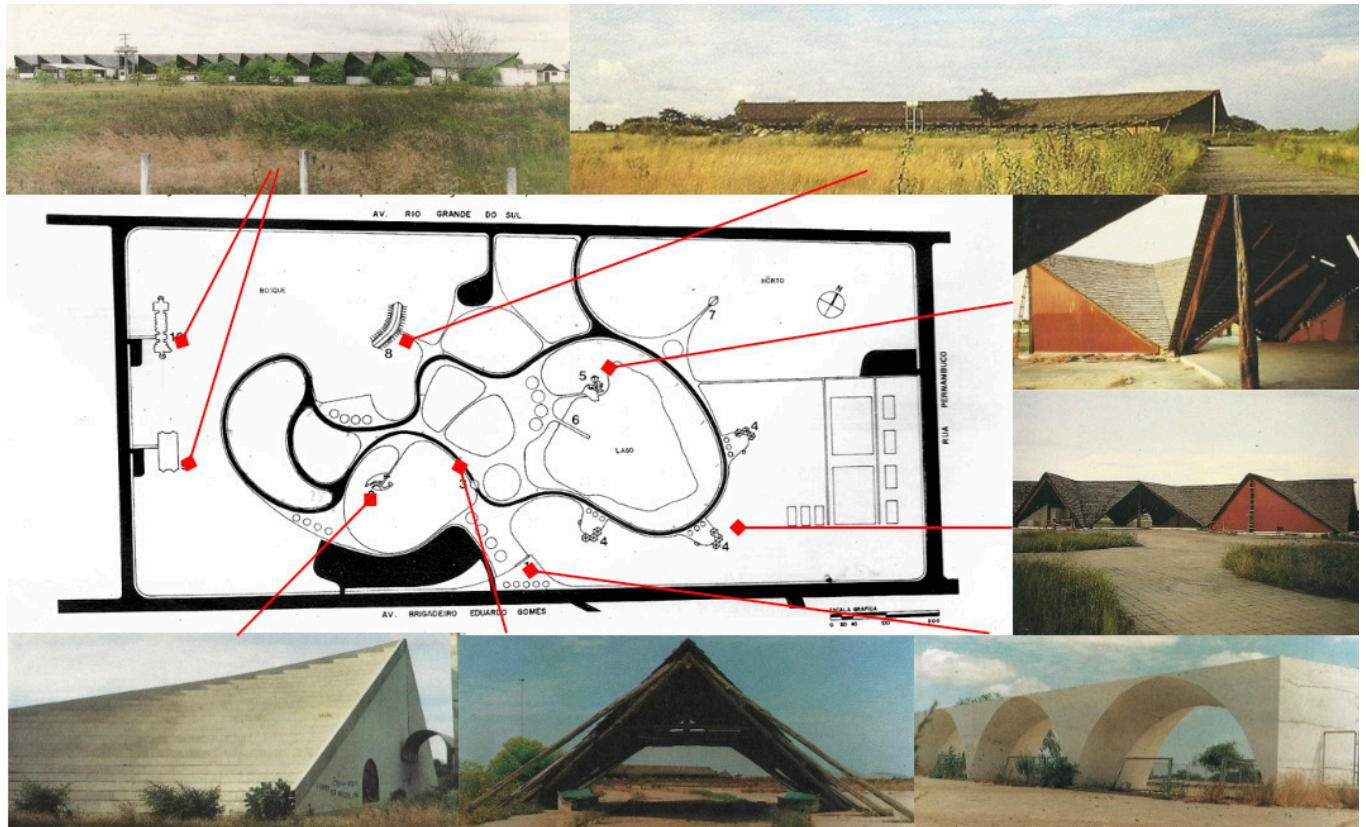
O arquiteto Otacílio Teixeira Lima Neto (1946-2013), conhecido como Bisão, é o autor da proposta vencedora, denominada Parque Anauá. Com Delberg Ponce de Leon e Nelson Serra e Neves organizou dois volumes dos Cadernos Brasileiros de Arquitetura (PANORAMA..., 1982). Ele foi o autor de obras importantes em sua cidade-base profissional: a renovação da

Praça José de Alencar e Terminal Rodoviário Urbano e a urbanização da Avenida Beira-Mar, em Fortaleza (PANORAMA..., 1982, p. 76-81, 86-98). A parca documentação sobre sua produção e a falta de sistematização de dados (LIMA, 2017) comprometem o aprofundamento da pesquisa, convergindo a informações que se repetem em fontes diversas. Essa situação dificulta a pesquisa documental; entretanto favorece a análise de campo, tratando a arquitetura como documento a ser lido e interpretado (LE GOFF, 1990).

A proposta vencedora partia do mesmo programa básico do projeto da DPJ. Diferenciava-se, porém, por não propor

Figura 6 - Planta de localização da proposta do Parque Anauá.
Fonte: LIMA NETO, 1989, adaptado.





zoológico e pela opção formal mais arrojada. Também intencionava “preencher o vazio urbano em termos de opções de lazer, esporte, educação e cultura” (LIMA NETO, 1989, p. 116). Visualizava o espaço para o projeto como uma área inscrita numa malha urbana consolidada (Figura 6) e tinha como programa funções e elementos diversos: pórtico de entrada, anfiteatro, estação do bonzinho, conjunto de bares, restaurantes, ancoradouro/cais, administração, centro cultural, escola de primeiro grau e escola de educação especial. Contava com uma via para o transporte interno por bonde e ao longo da qual todos os serviços seriam localizados. Na seção ocidental foram lo-

cadadas duas escolas, com acesso independente do circuito interno do Parque.

O partido arquitetônico das edificações objetivava transformar o Parque Anauá em um espaço de experimentação arquitetônica e magnificência da arquitetura vernacular, “uma espécie de mostruário da força e da imponência da madeira da mata” (LIMA NETO, 1989, p. 117) em um ambiente essencialmente indígena, a principal característica da identidade cultural do Estado de Roraima. Em muitos edifícios é possível identificar diálogo formal com as malocas, assim como o uso profuso e inteligente dos materiais natu-

Figura 7 - Planta de situação e principais equipamentos propostos no projeto.
Fonte: LIMA NETO, 1989, adaptado.

rais, como madeiras e palha, e do concreto, sempre que necessário (Figura 7).

Boa Vista é uma cidade que padece da ausência de bons materiais de construção. O tijolo e a telha não são de boa qualidade e tudo vem de fora, por estradas péssimas, com grandes dificuldades. Nessas condições seria difícil abastecer o canteiro de obras com mais de 132.000 m² de piso. Foi necessário o governo montar no local uma fábrica de mosaico (ladrilho hidráulico) para revestimento dos passeios, praças, quadras de esportes e edifícios. Isso, na época, constituiu uma iniciativa muito importante, pois todo o equipamento veio do sul do país e a mão-de-obra – quase cem peões – teve que ser contratada em Fortaleza. (LIMA NETO, 1989, p. 119, grifo nosso).

As estruturas arquitetônicas foram dispostas ao longo de todo o parque, de forma que abrangesse o máximo possível da área disponível. Com exceção do pórtico de entrada e do anfiteatro, construídos em concreto armado por necessidade funcional e resistência em sua estrutura, as obras (Figura 9) foram edificadas em madeira da mata, a acariquara (*Minquartia guianensis*), com alta resistência às intempéries, pela sua qualidade estrutural às tensões de cisalhamento, tração e compressão e baixo custo de manutenção,

além da facilidade de utilização já que as peças podem resistir a até vinte metros sem emenda. “Os nativos dizem que ela não apodrece; os cupins fazem ninho em seu tronco e comem de outro lugar” (LIMA NETO, 1989, p. 117). Contudo, algumas estruturas em madeira não resistiram à falta de manutenção ao longo dos anos.

No anfiteatro, estrutura em alvenaria e concreto armado do projeto de Lima Neto, as alterações se deram com a demolição do palco e camarins, bem como a abertura de salas abaixo da arquibancada, de forma que os espaços subutilizados fossem aproveitados. Ao antigo conjunto de bares, construído próximo à entrada do parque, foi dado novo uso, sendo hoje a base da Companhia Independente de Policiamento Ambiental de Roraima. O Museu Integrado de Roraima foi desativado em 2016 e permanece em desuso, tendo sido iniciado processo para sua recuperação, sem continuidade. As escolas propostas no projeto original encontram-se em precário estado de conservação, sendo que uma delas incendiou-se em 2014. Todo o restante do Parque carece de manutenção, sendo perceptível a deterioração com o decorrer do tempo, o que favoreceu a propostas de renovação

e intervenções que não dialogam com o projeto original vencedor do concurso.

Destacamos a condição da construção civil na capital roraimense no início dos anos 1980 e a solução adotada para a produção de ladrilhos hidráulicos, que é um elemento característico dos projetos de Otacílio Teixeira Lima Neto. O mesmo padrão gráfico proposto para o calçadão externo do Parque Anauá foi produzido para ser utilizado no projeto do mesmo arquiteto para a Beira-Mar de Fortaleza (FIGURA 8), um de seus projetos mais importantes, da mesma época.

Intervenções posteriores

A partir de sua inauguração, novos elementos arquitetônicos ganharam protagonismo no conjunto do Parque Anauá: “outras estruturas foram adicionadas no



decorrer dos anos, como uma área coberta para shows – forró-dromo –, o parque aquático, pistas de bicicross, motocross, patins e skate, pista de aerodelismo, entre outras estruturas, algumas de caráter temporário” (QUADROS, 2016, p. 60). Podemos somar a inserção na área contígua do Ginásio de Esportes Vicente

Figura 8 - Ladrilho hidráulico do calçadão do Parque Anauá e da Beira-Mar de Fortaleza.
Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa e LIMA, 2016.

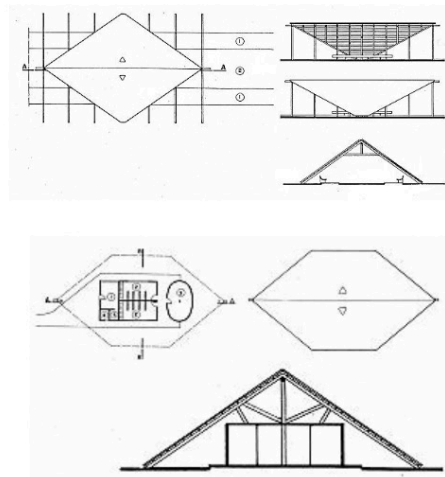
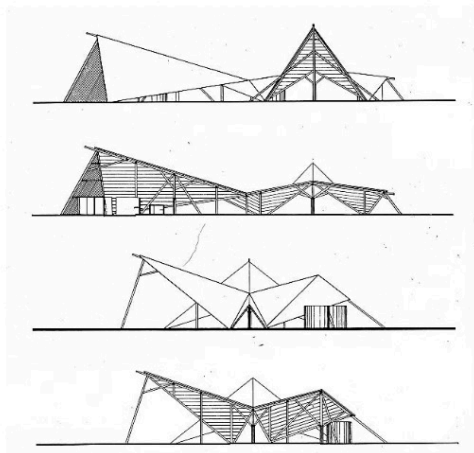


Figura 9 - Projetos em madeira: restaurante, estação de bonde e banheiros.
Fonte: LIMA NETO, 1989.



Figura 10 - Intervenções dos períodos Ottomar de Sousa Pinto: praça interativa, Ginásio Vicente Feola, Forródro-mo e parque aquático. Fonte: Laboratório de Práticas de Projeto e Pesquisa da UFRR.

Feola², popularmente conhecido como Totozão.

As três gestões de Ottomar de Sousa Pinto como governador estão relacionadas com a história do Parque Anauá: na primeira foi promovido o concurso de projetos; na segunda (1991-1995) foram inseridas as grandes estruturas (forródro-mo, Ginásio Vicente Feola e praça interativa); na terceira (2004-2007) o parque aquático e outras instalações. Esses projetos foram desenvolvidos pela equipe técnica do Estado. Na segunda gestão as estruturas foram produzidas pela equipe da Secretaria de Estado de Infraestrutura (à época denominada Secretaria de Obras e Serviços Públicos – SOSP), com atribuições de autoria questionadas pelos parti-

² A Lei Estadual nº 634, de 11 de janeiro de 2008 altera a sua denominação, passando a se chamar Ginásio de Esportes Governador Ottomar de Sousa Pinto, mantendo a primeira como nome de fantasia.

cipes, no nascente Governo do Estado de Roraima, durante o segundo governo de Ottomar Pinto.

Além das grandes estruturas, no terceiro período do Ottomar Pinto no governo de Roraima são criados os parques aquáticos públicos que, em Boa Vista, além do Parque Anauá, foram instalados nos bairros Caçari, Caranã, Asa Branca e Jardim Primavera, e no município de São Luiz, no sul do Estado.

Diversas intervenções pontuais se realizaram nos edifícios.

Diante da situação de abandono do Parque, a organização comunitária “Amigos do Parque Anauá”, desde 2014, promove eventos e ações (...), o coletivo realizou eventos indepen-

dentos do poder público, como um “mutirão” para limpeza do lago do Parque e o “I Sarau Amigos do Parque”, apresentando novas formas de apropriação e manutenção do espaço (QUADROS, 2016, p.62)

Diante da importância da função social do parque, a população tem reagido ao seu abandono. Contudo, ao longo do tempo, tem propiciado às instâncias públicas intervenções questionáveis quanto à unidade do conjunto arquitetônico.

Considerações Finais

A construção do conhecimento histórico e crítico sobre a produção arquitetônica roaimese é bastante recente, ainda carente de uma sistematização que consiga estabelecer de forma confiável as informações desse contexto. O esforço de pesquisa deve, portanto, privilegiar a oportunidade de acesso a fontes documentais relevantes, como foi o do conjunto disponibilizado pela DPJ Arquitetura e Engenharia, através do arquiteto José Freire. A partir desse acervo foi possível comparar preliminarmente as propostas apresentadas para o Primeiro Concurso Público de Anteprojeto. Contudo não é intenção deste trabalho esgotar o tema.

Há uma diferença conceitual básica entre os dois projetos: um buscava se inserir no parque de forma quase imperceptível, integrando-se ao meio e paisagem, sendo um parque de lazer; o outro propunha estruturas formalmente mais arrojadas, integrando-se principalmente pelas funções que propunha, como escolas e museu.

A dinâmica de uso desse parque urbano público é rica e bastante abrangente no contexto boa-vistense. No entanto há fragilidades significativas na manutenção e na compreensão do conjunto arquitetônico. Além da natural fragilidade de estruturas compostas em madeira, a extinção da estação de bonde e o abandono das escolas e do Museu Integrado de Roraima, temos a intervenção despropositada em estruturas, como o anfiteatro, ou mesmo a incorporação de outros edifícios que não estabelecem diálogo, quer formal, quer funcional, com o conjunto do parque, como os edifícios do Instituto de Amparo à Ciência e Tecnologia – IACT. A perspectiva de novas intervenções alerta para a perda mais acentuada da legibilidade do projeto original de Otacílio Lima Neto.

Cabe destacar, a título indicativo, a presença de outros projetos importantes,

tanto da DPJ quanto de arquitetos cearenses, em Boa Vista, o que aponta para novas interfaces nos fluxos arquitetônicos da modernidade, conforme destaca Segawa (1988), que entrecruzam com as contribuições posteriores, também de arquitetos migrantes como Maria Perpétua Barbosa, Antero Sá, Otília Pinto, entre outros.

O Parque Anauá é o espaço do conagraçamento cultural em torno da diversidade própria do povo roraimense, com a qual o projeto de Otacílio Lima Neto foi muito feliz, por propor estruturas arquitetônicas que conversam tanto com a geometria quanto a técnica regional, sendo generoso ao assimilar em bom diálogo, com estruturas contemporâneas.

A grande força e importância do espaço do Parque Anauá tem sido e deve ser considerado na sua potencialidade significativa para a população boa-vistense. É o espaço de promoção da qualidade de vida, onde o exercício do tempo livre, tão raro em outras capitais, ainda é cotidiano. A manutenção da qualidade desse Parque é uma maneira de contribuir nas relações interpessoais da população local. Com o plantio de árvores ao longo dos anos, além de outras ações na área, a população tem dado os sinais por pré-disposição da apropriação de áreas verdes, viabilizando gradualmente esse parque urbano como ambiente de integração social.

Referências

DPJ Arquitetos Associados. *INSCRIÇÃO Nº 6. Parque Lago dos Americanos*. Belém: DPJ Arquitetos Associados, 1980. 23 p. Documento não publicado.

DPJ. *Home page do escritório DPJ Arquitetura e Engenharia LTDA*. Disponível em: <www.dpjarquitetos.com.br>. Acesso em: set. 2017.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. São Paulo: UNICAMP, 1990.

LIMA NETO, Otacílio Teixeira. *Anauá: área verde, lazer e cultura para a capital de Roraima*. Projeto, São Paulo, n. 120, abr. 1989.

LIMA, Emiliano Cavalcante Teixeira. *Anauá - Bisão*. [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <claudia.nascimento@ufr.br> em 16 jun. 2017.

LIMA, Emiliano Teixeira. *Bisão*: blog dedicado à memória da obra do arquiteto e urbanista cearense Otacílio Teixeira Lima Neto, o Bisão. Disponível em: <<https://bisaoarquiteto.wordpress.com>>. Acesso em dez. 2016.

LIMA, Mozarildo Contrera. *Estórias da história do Parque Anauá*. [11 nov. 2011]. Disponível em: <<https://www.flogao.com.br/kontrercss/139777676>>. Acesso em: dez. 2018.

PANORAMA da arquitetura cearense. *Cadernos Brasileiros de Arquitetura, São Paulo*, v. 9-10, abr. 1982. Coordenação da edição: Nelson Serra e Neves. Delberg Ponce de Leon, Otacílio Teixeira Lima Neto.

QUADROS, Lennon Uriel Brito. *Os lugares no/do parque: uma proposta placemaking para o Parque Anauá*. Monografia de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo –

Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.

SEGAWA, Hugo. Arquitetos Peregrinos, Nômades e Migrantes. In SEGAWA, Hugo (Org.). *Arquiteturas no Brasil/anos 80*. São Paulo: Projeto, 1988, p. 9-12.


VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista*. 2009. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

O Parque Anauá sob uma análise multifuncional no contexto urbano de Boa Vista


El Parque Anauá bajo un análisis multifuncional en el contexto urbano de Boa Vista

The Parque Anauá under a multifunctional analysis in the urban context of Boa Vista


Angélica P. Triani

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima - UFRR
E-mail: angelicatriani@outlook.com  orcid.org/0000-0001-9739-1172


Cibele C. A. Paz

Graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR
E-mail: cibelecampos.a@hotmail.com  orcid.org/0000-0002-3562-4468

Paulina O. Ramalho

Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural (2012). Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR. Coordenadora do Laboratório de História da Arquitetura e do Urbanismo
E-mail: paulina.ramalho@ufr.br  orcid.org/0000-0002-4125-7246

Kelly C. R. Oliveira

Mestre em Estruturas e Construção Civil (2014). Docente no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima – UFRR
E-mail: kelly.oliveira@ufr.br  orcid.org/0000-0003-3163-4850

RESUMO

O artigo tem por finalidade destacar as relações que as obras arquitetônicas e o paisagismo do Parque Anauá exercem no contexto atual da capital de Roraima, levando-se em conta as alterações de sua proposta inicial, datada de 1980, que influenciaram em sua presente utilização. Considerado como maior parque urbano da região Norte, o mesmo se sobressai no contexto urbano de Boa Vista por seu conjunto arquitetônico representativo da Arquitetura Moderna roraimense, composto por antigos e novos edifícios de evidente plasticidade, resultantes da integração entre materiais típicos da região, como a madeira acariquara, com o posterior uso do concreto e aço. Ademais, a ênfase e a compreensão dessas obras arrojadas se fazem necessárias para ilustrar o elo que as mesmas formam com a natureza do local, visando revelar sua intrínseca significância na correlação entre os âmbitos sociais, paisagísticos e arquitetônicos. O estudo foi realizado por meio de revisão bibliográfica, registros fotográficos e entrevistas que apontam a expressiva potencialidade do parque para a população boa-vistense. Desse modo, a relevância desse trabalho se faz pelo levantamento de análises sob diversos parâmetros de um dos mais importantes espaços públicos de Roraima.

Palavras-chave: Parque Anauá; Arquitetura Moderna; Roraima; Paisagismo em Roraima.

RESUMEN

El propósito del artículo es destacar las relaciones que ejercen las obras arquitectónicas y el paisajismo del parque Anauá en el contexto actual del capital del Roraima, teniendo en cuenta los cambios de su propuesta inicial, de fecha 1980, que influyó en su uso actual. Considerado como el más grande parque urbano de la región Norte, el mismo se destaca en el contexto urbano de Boa Vista por su conjunto arquitectónico representativo de la arquitectura moderna de Roraima, compuesto por edificios antiguos y nuevos de evidente plasticidad, resultante de la integración entre los materiales típicos de la región, como la madera acariquara, con el uso posterior de hormigón y acero. Por otra parte, el énfasis y la comprensión de estas obras audaces son necesarios para ilustrar el vínculo que forman con la naturaleza del sitio, con el objetivo de revelar su significado intrínseco en la correlación entre las áreas sociales, paisajísticas y arquitectónicas. Para ello, el estudio se realizó mediante revisión bibliográfica, registros fotográficos y entrevistas que apuntan a la potencialidad expresiva del parque para la población de Boa Vista. Así, la relevancia de este trabajo se realiza mediante la encuesta de análisis bajo varios parámetros de uno de los espacios públicos más importantes de Roraima.

Palabras clave: Parque Anauá; Arquitectura moderna; Roraima; Paisajismo en Roraima.

ABSTRACT

The purpose of the article is to highlight the relationships between the architectural works and the landscaping of the Parque Anauá in the current context of the capital of Roraima, taking into account the changes of its initial proposal, dated 1980, which influenced in its present use. Considered as the largest urban park in the Northern region, the same stands out in the urban context of Boa Vista for its architectural ensemble representative of the modern architecture of Roraima, composed of old and new buildings of evident plasticity, resulting from the integration between typical materials of the region, such as acariquara wood, with the posterior use of concrete and steel. Moreover, the emphasis and understanding of these bold works are necessary to illustrate the link that they form with the nature of the site, aiming to reveal its intrinsic significance in the correlation between the social, landscape and architectural areas. For this, the study was carried out by means of bibliographical revision, photographic records and interviews that point to the expressive potentiality of the park for the population of Boa Vista. Thus, the relevance of this work is done by the survey of analyses under several parameters of one of the most important public spaces of Roraima.

Keywords: Parque Anauá; Modern Architecture; Roraima; Landscaping of Roraima.

O Parque Anauá é um complexo multifuncional cuja estrutura comporta atividades esportivas e culturais, além de ser um espaço representativo da paisagem pertencente à ecorregião denominada “Savana das Guianas”, parte do Bioma Amazônia, denominada localmente de lavrado. Com área de 106 hectares, o parque possui localização lindeira ao eixo de ligação entre a Praça do Centro Cívico e o aeroporto internacional da cidade, o que garante-lhe importante inserção no cenário urbano.

A construção do Parque se efetivou entre os anos de 1981 e 1983. No entanto, sua conformação recebeu várias intervenções subsequentes, de forma que podemos dividir sua história em dois momentos: o do projeto e o posterior, com destaque para o período de gestão do brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto, que ocorreu de 1979 a 1983. Os dois períodos, no entanto, se relacionam com o contexto social, econômico e político que se articulou em torno da criação do estado de Roraima, nomeadamente a implementação de sua infraestrutura, em especial a partir da segunda metade da década de 1960.

O presente artigo visa analisar o Parque Anauá e as interfaces que este estabelece no atual contexto da cidade de Boa Vista.

Para tanto, apresentaremos seu processo histórico, evidenciando-se seu período de implementação a partir de uma política oficial; as intervenções posteriores, que configuraram uma nova dinâmica; e as relações que, atualmente, se processam com e nesse espaço. Para a consecução do objetivo proposto, realizamos pesquisa bibliográfica e documental, conjugada com dados coletados em campo. Desse modo, o panorama traçado destaca as obras arquitetônicas e a dinâmica de uso do parque, as quais discutiremos a seguir.

Parque Anauá: história e processo de implementação na paisagem de Boa Vista

O Parque Anauá é um importante elemento na paisagem de Boa Vista e sua criação insere-se nos processos de estruturação do Território Federal de Roraima, posteriormente estado de Roraima, ocorridos no final da década de 1970 e início de 1980. Para a sua implementação foi selecionada uma região de campos abertos, denominados localmente de lavrado, que já desempenhava funções ligadas a práticas esportivas e de lazer. De fato, a ocupação desta área remonta a década de 1930, quanto esta pertencia a uma família denominada *Campos*, que, em virtude da presença de um lago pe-

rene, a denominou de *Lago dos Campos*. Na década de 1940, o *Lago dos Campos* foi adquirido por um inglês, de sobrenome Gorinski, anteriormente residente na então Guiana Inglesa. Em 1947, o local foi comprado por Mr. Black e sua esposa, chamada Miss Beverly (NASCIMENTO; PAZ, 2018).

Na década de 1940, sobre Boa Vista incidiam uma série de medidas destinadas a dotá-la da infraestrutura necessária para desempenhar sua função de cidade capital. Nesse sentido, diversas obras foram realizadas, assim como buscou-se estruturar administrativamente o Território (VERAS, 2009). Assim, funcionários públicos e trabalhadores da construção civil também proporcionaram o aumento da população, assim como demandaram novos serviços, incluindo os de lazer. Nesse contexto, a área do lago tornou-se muito frequentada. Miss Beverly, percebendo tal fato, efetuou a construção de um estabelecimento, embora incipiente, que desempenhava a função de boate/restaurante. O lago transformou-se, assim, em área de lazer e esporte, e passou a ser denominado de *Lago dos Americanos* (LIMA, 2011), tornando-se referência para a vida social da cidade. No entanto, por ser estrangeiro, a Mr. Black foi negada a legalização de sua condição de

proprietário do lago e adjacências, que passou a ser propriedade municipal.

A partir da segunda metade da década de 1960, a Amazônia e suas fronteiras tornaram-se proprietárias para o governo federal, e o Território Federal de Roraima foi alvo de políticas na área de infraestrutura, visando à segurança nacional. Nesse contexto, o tenente-coronel Hélio da Costa Campos, que exerceu dois mandatos (1967-1969) e (1970-1974), realizou diversas obras (SOUZA; VIEIRA, 2009) e tomou medidas que mudaram a paisagem de Boa Vista, como a doação de uma área para a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), excluindo desta o espaço do *Lago dos Americanos*, para atender a uma demanda popular. Sendo assim, este espaço passa a ser arrendado, sendo utilizado para atividades sociais, como a prática de esportes e recreação (NASCIMENTO; PAZ, 2018).

Ao suceder Hélio Campos, o governador Coronel Fernando Ramos Pereira (1974-1979) deu prosseguimento ao processo de estruturação do Território e sua capital (SILVA, 2015). Dentre as obras, destacamos as realizadas no atual Parque Anauá, que resultaram em suas primeiras instalações de cunho governamental, compostas de uma quadra de tênis, uma quadra

para a prática de vôlei e duas pistas para aeromodelos.

O Parque Anauá atualmente está inserido na área central de Boa Vista. Entretanto, a área era periférica até o fim da década de 1970 (Figura 1), quando o governador Ottomar de Souza Pinto lança um concurso para projetos, visando sua dotação de equipamentos e infraestrutura. Em relação ao plano urbanístico de Boa Vista, elaborado na década de 1940, o parque situava-se fora do seu perímetro, mas contíguo a ele. O plano, radioconcêntrico, foi plenamente ocupado apenas no final da década de 1960, tendo o seu traçado sido abandonado.



Nas últimas décadas o crescimento da cidade se processa de forma desordenada e desigual, em sentido oposto ao Parque, contribuindo para o surgimento de bairros com precárias condições infraestruturais, notadamente aqueles resultantes de invasões. Outra grave consequência dessa rápida urbanização é o avanço sobre as

áreas de proteção ambiental e outros espaços inadequados para a ocupação. Esse contexto aumentou a demanda por serviços públicos (escolas, hospitais, etc.) e pela implantação de equipamentos urbanos como redes de água e esgotos, calçamento das ruas, instalação da iluminação, etc. (VERAS, 2009; SOUZA; SILVA, 2006).

No que diz respeito à ambiência paisagística do Parque Anauá, esta conforma-se a partir de atributos típicos presentes no lavrado, termo local utilizado para referir-se às savanas roraimenses. Assim, o mesmo localiza-se em uma área aberta (não-florestal), de relevo plano, composta de espécies arbóreo-arbustivas, com a presença de um lago perene (Figura 2).

Como podemos observar o Parque, além do acesso a equipamentos esportivos e culturais, propicia o contato com um rico ecossistema, único no Brasil. Porém, este aspecto, atualmente, encontra-se desconsiderado nas intervenções realizadas.

O projeto de Otacílio Teixeira Lima Neto

O processo de estruturação do Parque Anauá ganhou contornos mais nítidos e sistemáticos na gestão de Ottomar de

Figura 1 - Evolução do espaço urbano de Boa Vista: décadas de 1920-1980. Fonte: VERAS, adaptado.

Figura 2 - Lago do Parque Anauá.

Fonte: Skyscrafercity.



Sousa Pinto (1979-1983), através da promoção de um concurso, denominado Primeiro Concurso Público de Anteprojeto para o Parque nº 01/80. Este concurso demandava a elaboração de pranchas e memorial a serem entregues pelos concorrentes. Apesar de contar com seis inscritos, foram apresentadas apenas as propostas de Otacílio Teixeira Lima Neto, arquiteto e urbanista cearense, e do escritório paraense DPJ Arquitetos Associados (NASCIMENTO et al., 2018), atualmente nomeado DPJ Arquitetura e Engenharia.

O projeto de Lima Neto foi contemplado e tencionava “preencher o vazio urbano em termos de opções de lazer, esporte, educação e cultura” (LIMA NETO, 1989, p. 116). Para tanto, elaborou diferentes tipos de elementos, como um pórtico de

entrada, bares e restaurantes, anfiteatro e centro cultural, administração, escolas de primeiro grau e de educação especial, ancoradouro/cais e estação de bondinho. Para este último foi proposta uma via interna, ao longo da qual estariam dispostos os serviços ofertados.

No que se refere ao partido arquitetônico, este tomou como referência a arquitetura vernacular, de modo que o Parque se tornasse “uma espécie de mostruário da força e da imponência da madeira da mata” (LIMA NETO, 1989, p. 117), estabelecendo um diálogo formal com as malocas, pertencentes a arquitetura indígena local. Assim, materiais como o concreto, a madeira e a palha se conjugavam, estabelecendo uma identidade única para o projeto (NASCIMENTO; PAZ, 2018).

A escassez de materiais de construção e mão-de-obra foi uma constante no Território, e também afetou o andamento das obras no Parque Anauá. De acordo com Lima Neto (1989), os materiais também eram de baixa qualidade e trazidos de fora, por meio de péssimas estradas. Desse modo, foi necessário que o governo criasse uma fábrica de ladrilhos hidráulicos e contratasse trabalhadores em Fortaleza. Com relação à madeira empregada nas edificações, a acariquara (*Minquartia guianensis*) foi a espécie escolhida por ser considerada eficiente estruturalmente, resistente às intempéries e de fácil manutenção (NASCIMENTO et al., 2018). Lima Neto também destacou as qualidades da madeira escolhida, pois “os nativos dizem que ela não apodrece; os cupins fazem ninho em seu tronco e comem de outro lugar.” (LIMA NETO, 1989, p. 117). Contudo, algumas estruturas em madeira não resistiram à falta de manutenção ao longo dos anos, como as edificações da Escola de Primeiro Grau e da Escola de Educação Especial.

A madeira, constante no projeto, não encontrava-se presente apenas no Pórtico de Entrada e no Anfiteatro, que adotaram o uso do concreto armado, por razões funcionais (NASCIMENTO; PAZ, 2018). Estas estruturas ainda en-

contram-se presentes, sendo o pórtico um elemento importante para a identidade visual do parque.

Intervenções posteriores ao projeto original

Nos mandatos seguintes de Ottomar de Sousa Pinto, ao longo das décadas de 1980 e 1990, novas estruturas foram introduzidas no contexto do parque, como o Forródrômo, o Ginásio Poliesportivo Vicente Ítalo Feola, popularmente conhecido como Totozão, a Praça Interativa e o Parque Aquático, sendo esta última proposta inserida também em outros pontos da cidade. Essas construções foram elaboradas pela antiga Secretaria de Obras e Serviços Públicos – SOSP, atual Secretaria de Estado de Infraestrutura (SEINF). Além disso, elementos como pistas para kart, bicross, motocross, patins, skate e aerodelismo foram agregadas no perímetro do local (QUADROS, 2016, p. 60). As obras arquitetônicas inseridas nesse período destoam daquelas que foram idealizadas por Lima Neto, pois, além dos novos materiais utilizados, percebe-se também uma nova linguagem na arquitetura regional que representou o momento vivido pela capital: o surgimento de um novo estado da federação e a necessidade de desen-



Figura 3 - Museu Integrado de Roraima, localizado no Parque Anauá.
Fonte: Autoras.

volvimento da infraestrutura na região. Os anos seguintes foram marcados por intenso fluxo migratório para Roraima, que desencadeou uma acelerada edificação de diversas obras públicas, que visavam atender a massa populacional que se formava no estado.

Quanto às construções anteriores, pertencentes ao projeto, estas sofreram modificações ou não existem mais. No anfiteatro, as alterações se deram com a demolição do palco e camarins, bem como a abertura de salas abaixo da arquibancada, de forma que os espaços subutilizados fossem aproveitados. Ao antigo conjunto de bares, construído próxima à entrada do parque, foi dado novo uso, sendo hoje a base da Companhia Independente de Policiamento Ambiental de Roraima. As observações in lócus demonstraram que o Museu Integrado de Roraima (MIRR), com área construída

de 750 m², apresenta diversas patologias em suas peças principais de sustentação e cobertura, testemunhando um avanço significativo da deterioração da edificação pela falta de manutenção, o que provocou no seu desuso (Figura 3).

As novas intervenções no Parque Anauá demarcam a difusão de novos materiais, como o aço e o concreto, nas construções do Estado. O Forródromo, por exemplo, é composto por um amplo palco coberto com telha metálica suspensa por uma estrutura espacial treliçada de aço, apoiada em cinco pontas de maneira que, quando vista de cima, assemelha-se ao formato de uma estrela (Figura 4).

Em entrevista com os arquitetos que integravam a antiga SOSP, a forma estrelar do Forródromo foi inspirada no slogan do governo Nossa terra, nossa estrela, sendo o mesmo delineado repetido nos elementos da Praça Interativa. Dessa forma, a obra carrega não só seu significado estético e funcional, como também político, uma vez que, quase sempre, existe uma estreita dependência entre arquitetura e contexto político (ZEVI, 2009). Além disso, o nome Forródromo foi escolhido por representar um espaço destinado ao público para apresentações de forró, uma vez que a maior parte dos imi-



Figura 4 - Forródrômo do Parque Anauá
Fonte: Skyscrafercity.

grantes em Roraima provinha da região nordeste do país. Como afirma Schnaidt (apud FRAMPTON, 2008), o início do movimento moderno foi marcado por profissionais que defendiam uma arquitetura que deveria ser uma arte do povo para o povo.

Outro exemplo de marco arquitetônico inserido no mesmo período foi o Ginásio Totozão, que inovou não só por meio da exploração do aço em estrutura de cobertura semelhante ao Forródrômo, mas também pelo aproveitamento das qualidades plásticas do concreto, que possibilitou, através do traçado de seus pilares, a inserção de novos delineados curvilíneos na arquitetura roraimense (Figura 5). Para mais, a cooperação entre as estruturas de aço e concreto viabilizou a separação da cobertura da alvenaria de vedação, ge-

rando espaços abertos que promovem o aproveitamento da ventilação natural e proteção da insolação direta por meio dos seus beirais.

Logo, nota-se que enquanto o projeto de Lima Neto buscava simbolizar a arquitetura nativa da região, tanto por meio da escolha dos materiais como pelo desenho arquitetônico, as edificações elaboradas pelos arquitetos pioneiros no Estado estamparam o processo de modernização da nova unidade federativa, o que deu início a uma nova linguagem na arquitetura roraimense. Contudo, esse processo contribuiu para o esquecimento e deterioração das obras de Lima Neto, representando uma perda significativa para a história e arquitetura do parque.



Figura 5 - Ginásio Totozão
Fonte: Autoras, 2018.

Atualmente o museu passa por reforma, mas não temos informações quanto à preservação do projeto original. Ademais, encontram-se obras em andamento no seu entorno que não dialogam com o mesmo, a exemplo a sede do Instituto de Amparo à Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima – IACTI, que foi projetada em estrutura de alvenaria de blocos cerâmicos preenchidas com paredes de reboco, coberturas em estrutura metálica, telhas de fibrocimento, e plati-banda na fachada.

Contudo, sabe-se da existência de um projeto em curso para a revitalização de um espaço na ala oeste do Parque que, em sua primeira fase, objetiva construir uma área para ciclismo, local para caminhada, campo de futebol sintético e de grama, academia para idosos, ilu-

minação inteligente, reestruturação de calçadas, playground para crianças e um restaurante. Este projeto tem valor estimado em 14 milhões de reais em emenda parlamentar por meio do Ministério do Esporte, com a previsão, em sua segunda etapa, da construção de uma pista de atletismo. Entretanto, a obra não tem nenhum estudo de maneira a integrar as novas intervenções aos demais espaços existentes, quanto a materiais ou linguagem arquitetônica.

Todavia, enquanto esse projeto se encontra em fase de construção, as áreas voltadas para o esporte, como as quadras de tênis e vôlei e as pistas para aeromodelos, mantêm sua funcionalidade, mesmo diante da ausência de manutenção desses espaços. Isso se deve à resistência dos materiais que foram utilizados na constru-

ção dos mesmos, constituídos pela junção de cimento, areia, pedras e aço. Essa composição do concreto também utilizada no Ginásio Totozão não apresentou igual conservação, decorrendo no atual abandono e desuso do espaço, o que significa uma grande perda para as práticas esportivas do estado.

A relação entre a Arquitetura e o Homem no Parque Anauá

Após o último mandato de Ottomar de Souza Pinto (2007), o Parque Anauá passou por um período de abandono e degradação que é comum, porém não admissível, nas trocas de governo do Estado. O espaço passou a ser menos frequentado pela população, em parte devido ao crescimento da violência na região e da precariedade de seus edifícios. Por outro lado, essa realidade atinge diversos espaços públicos brasileiros, sintoma de uma nova relação da população e do poder público com essas áreas.

Nelson Popini Vaz (2009), analisando as mudanças no uso do espaço público, nos aponta tendências que podem ser verificadas na relação da população de Boa Vista com o Parque Anauá, as quais apontaremos a seguir. Para ele, o crescimento rápido das cidades médias bra-

sileiras impactou nas práticas de sociabilidade aí existentes e nos antigos lugares de convívio social, dentre os quais ruas, praças, parques e jardins. O adensamento das atividades urbanas, a intensificação da circulação e os novos meios de comunicação resultaram em mudanças na paisagem urbana. Antes locais de permanência e usufruto, os lugares públicos tornaram-se, normalmente, apenas espaços de circulação, locais de passagem entre um ponto e outro da cidade. As ruas, as praças e parques, por exemplo, não são vistos como espaços de todos, mas espaços de ninguém. Assim, o espaço público é apresentado como o lócus da violência, em contraposição ao ambiente privado. Jane Jacobs (2009) também aponta que os parques precisam das pessoas para que possam manter sua razão de ser. De fato, ao longo dos anos, o Parque Anauá sofreu um processo crescente de esvaziamento, tornando-se uma área violenta. Como em um ciclo vicioso, as pessoas frequentavam menos o parque, tornando-o mais violento. Além disso, por anos o Parque Anauá, que possui uma estrutura múltipla, ligou-se, basicamente, a uma só atividade, nomeadamente a utilização do Forró-dromo para shows, principalmente durante as Festas Juninas, ficando vazio a maior parte do dia e do ano. Além disso, com o rápido crescimento da cidade

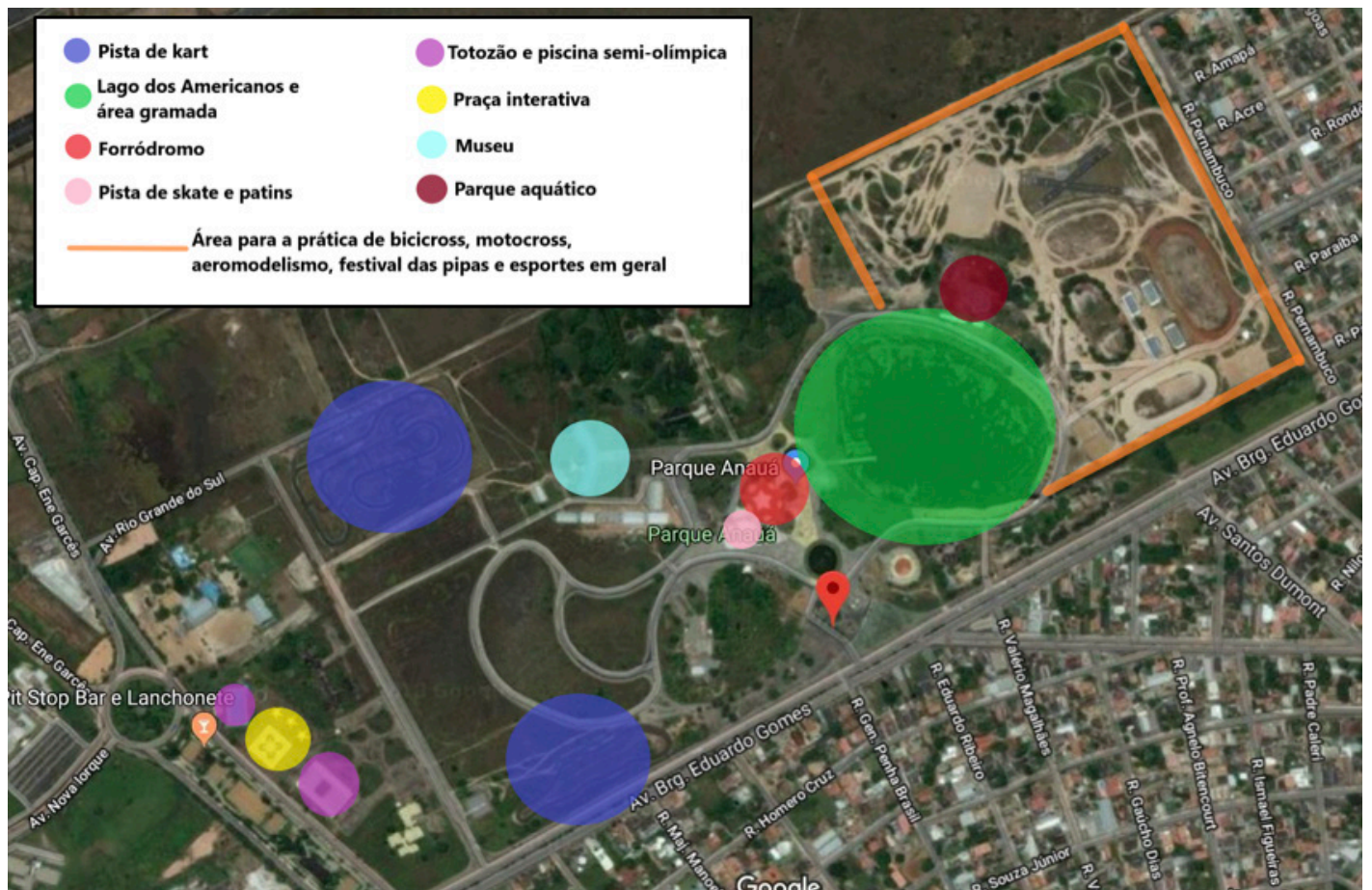
de Boa Vista, o entorno do Parque passou a apresentar homogeneidade econômica e sociocultural, que repercutiu nos horários e na forma de utilização do mesmo. Para Jacobs (2009), é a diversidade econômica e social que possibilita a existência de usuários com horários diferenciados para frequentar esses lugares, mantendo-os sempre movimentados. Sendo assim, é necessário o fluxo de pessoas para conservar um espaço público vivo. Nesse processo é fundamental a adoção de atividades menores que estimulem seu usufruto constante por parte da população. A multiplicidade de usos proporcionada às pessoas sustentam os parques.

O esvaziamento do uso e a deterioração das condições de permanência no Parque Anauá foram questionadas por diversos setores da população, como explicitado em matérias de jornais. Desse modo, em meados de 2014 o parque passou por um processo de revitalização que objetivou a recuperação do Lago dos Americanos e o policiamento interno do local. Como consequência, o lugar voltou a receber intenso fluxo populacional, principalmente aos finais de semana, para a prática de atividades esportivas e de lazer.

Desde que a comunidade voltou a se apropriar do parque, o mesmo se tornou um espaço vivo, no qual são exercidas atividades que reforçam o convívio social e as práticas de cidadania. Aos finais de semana tornou-se comum a prática de esportes nas pistas próximas ao Forró-dromo, piqueniques ao redor do lago, e festival de pipas e concursos de motocross na área leste. Ao longo do Anauá também estão dispostas diversas barracas mantidas por comerciantes locais, bem como bares e restaurantes próximos a ala leste. Além disso, outras programações, como o arraial do estado e a ExpoaRRte, uma feira permanente de artesanato que proporciona geração de emprego e renda para os artesãos regionais, são sediadas no parque (Figura 6).

De acordo com Zeeman (*apud* VOORDT, WEGEN, 2013), as funções de uma edificação podem ser divididas em quatro tipos: protetora, territorial, social e cultural, sendo as duas últimas definidas como

Função social: As edificações criam espaços e lugares nos quais os indivíduos podem cumprir de modo ótimo as suas atividades. Aqui, os elementos primários são saúde, bem-estar, comunicações e qualidade de vida.
Função cultural: A edificação também deve atender a exigências ligadas à forma e ao caráter do ambiente



espacial. A função cultural envolve fatores estéticos, arquitetônicos, ambientais e de planejamento e desenho urbano. A cultura também inclui a noção de civilização, e uma das suas consequências é que as edificações e as atividades que elas abrigam não devem causar incômodo nem prejudicar o meio ambiente. (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 9)

Como no Parque Anauá são realizadas atividades humanas comunitariamente determinadas, o mesmo recebe um significado social e exerce a terceira e a quarta função citada por Zeeman.

Portanto, pode-se definir a qualidade funcional da edificação como em que medida ela oferece um nível adequado de apoio às atividades desejadas, cria um clima interno agradável, tem significado simbólico ou cultural positivo e contribui para o retorno econômico favorável e uma proporção otimizada entre preço e desempenho (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 11).

Enquanto o Anauá apresenta o exercício de seu papel social e cultural, não se pode dizer que o mesmo manifesta toda sua qualidade funcional, uma vez que muitos espaços do parque ainda se en-

Figura 6 - Mapa de usos do Parque Anauá.
Fonte: Google maps (adaptado pelas autoras).

contram em desuso e degradação, como o parque aquático, o ginásio, a praça interativa e o museu. Assim, “a vivência da qualidade origina-se no confronto entre o indivíduo e o objeto, a edificação ou o lugar” (VOORDT; WEGEN, 2013, p. 15) e sem ela não se pode exercer a intrínseca relação entre a arquitetura e o homem, a fim de evidenciar o motivo para o qual aquelas obras foram idealizadas.

No que se refere às intervenções em andamento propostas para o Parque, esperamos que estas não sigam o modelo da política urbana atual verificada em outras áreas da cidade, que configuram atualmente uma padronização dos projetos para os espaços públicos, em especial as praças. Diversas praças foram “remodeladas” e “modernizadas” a partir de modelos exógenos, sem que a população usuária fosse ouvida. Com relação a essa prática atual relacionada aos espaços públicos, Vaz aponta que “os estudos acerca do comportamento dos usuários desses lugares e dos ritos de interação exercidos em público, quando existem, parecem ser pouco considerados pelos projetistas e outros agentes da intervenção” (2009, p. 9). Nesse cenário predominam pressupostos ditos técnicos, dentro de uma ótica funcionalista, que desconsidera

o processo e se foca no momento, sem questionar os padrões, que consideram: os espaços públicos como dispositivos de um sistema invariável de práticas, referenciado nos padrões de um modo de vida de determinada classe social. Nessa concepção, o comportamento do indivíduo integra um conjunto definido e invariável de práticas cotidianas, reduzindo a relação do cidadão com o espaço urbano a esquemas abstratos (VAZ, 2009, p. 9).

A partir desses exemplos advogamos que as interações entre os usuários e entre estes e o espaço do Parque Anauá sejam efetivamente considerados, fugindo de esquematismos formais e reducionistas. O Parque, atualmente, é frequentado por diferentes segmentos sociais, e essa pluralidade econômica e social deve expressar-se em sua política de uso e conservação.

Considerações finais

O Parque Anauá representa um dos principais marcos da arquitetura roraimense, seja por meio do seu projeto original que ressaltou a cultura local e a utilização de materiais típicos da Amazônia, como pela inserção de novos elementos que caracterizaram um novo período na produção arquitetônica do Estado, que mesmo

destoando da linguagem estética primária não deixou de servir como espaço orgânico para as práticas sociais. Além disso, é também ambiente que ressalta o paisagismo local e promove a aproximação do homem com a natureza, sendo as suas obras arquitetônicas pioneiras intrinsecamente interligadas com o contexto natural denotado pelo lavrado.

O conjunto de edificações que compõem o parque apresentam a associação da funcionalidade com a semântica arquitetônica, na qual a gramática se dá pelas proporções, pelo ritmo, pela simetria e por outras características que representam a extensão personificada dos arquitetos e dos observadores. Logo torna-se espaço humanizado, capaz de despertar variadas

sensações no público que o frequenta, aproximando a arquitetura do usuário.

Todavia, o Parque Anauá apresenta potencial para melhor desenvolver sua qualidade funcional. Esta pode ser definida de acordo com o apoio que a área oferece para a realização das atividades desejadas, além de ter significado simbólico ou cultural positivo e contribuir para o retorno econômico favorável (VOORDT; WEGEN, 2013). Até certo ponto isso se faz presente no Anauá. Contudo é necessária a revitalização do ambiente como um todo, a fim de possibilitar a realização de todas as atividades sociais que o parque apresenta competência de abrigar.

Referências

ALEX, Sun. *Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

ARAÚJO, Maria Aparecida de M. et al. Hydro-edaphic conditions defining richness and species composition in savanna areas of the northern Brazilian Amazonia. *Biodiversity Data Journal* 5: e13829. Disponível em: <https://bdj.pensoft.net/articles.php?id=13829>. Acessado em 22 de jun. de 2018.

CAMPOS, Ciro (org.). *Diversidade socioambiental de Roraima: subsídios para*

debater o futuro sustentável da região. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

CAMPOS, Ciro; PINTO, Flávia; BARBOSA, Reinaldo Imbrozio. O lavrado de Roraima: importância ecológica, desenvolvimento e conservação na maior savana do Bioma Amazônia. *Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia*. 2008. Disponível em http://agroeco.inpa.gov.br/reinaldo/RIBarbosa_ProdCient_Usu_Visitantes/2008Diagnostico_LAVRADO_MMA.pdf. Acessado em 22 de jun. de 2018.

DPJ Arquitetos Associados. *INSCRIÇÃO Nº 6*. Parque Lago dos Americanos. Belém: DPJ Arquitetos Associados, 1980. 23 p. Documento não publicado.

DPJ. *Home page do escritório DPJ Arquitetura e Engenharia LTDA*. Disponível em www.dpjarquitetos.com.br/. Acesso em set. 2017.

FRAMPTON, Kenneth. *História crítica da arquitetura moderna*. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Julio Fischer. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução por Carlos S. Mendes

- Rosa. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- LIMA NETO, Otacílio Teixeira. Anauá: área verde, lazer e cultura para a capital de Roraima. *Projeto*, São Paulo, n. 120, abr. 1989.
- LIMA, Mozarildo Contrera. *Estórias da história do Parque Anauá*. Disponível em: <https://www.flogao.com.br/kontrercass/139777676>. Acesso em dez.2018.
- LINS, Judson W. R. *Unidade de estudos avançados para o lavrado*. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.
- NASCIMENTO, Claudia H. C.; PAZ, Cibele C. A. Parque Anauá: espaço vivo no coração de Boa Vista/Roraima. *Paisagens Híbridas – Amazônia, Cidades e Jardins*. v.1, n. 2, p. 98-117, 2018.
- NASCIMENTO, Claudia H. C.; PAZ, Cibele C. A.; SANDER, Rafaela C.; ALMEIDA, Suelen C. da S. N.; ROCHA, Rayresson L. da. Projetos para o Parque Anauá, Boa Vista/RR. In: SEMINÁRIO DE ARQUITETURA MODERNA DA AMAZÔNIA, 3, 2018. Belém. *Anais...* Belém: UFPA, 2018.
- PANORAMA da arquitetura cearense. Cadernos Brasileiros de Arquitetura, São Paulo, v. 9-10, abr. 1982. Coordenação da edição: Nelson Serra e Neves. Delberg Ponce de Leon, Otacílio Teixeira Lima Neto Quadros, Lennon Uriel Brito. *Os lugares no/do parque: uma proposta placemaking para o Parque Anauá*. Monografia de conclusão de curso (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2016.
- SEGAWA, Hugo. Arquitetos Peregrinos, Nômades e Migrantes. In SEGAWA, Hugo (Org.). *Arquiteturas no Brasil/anos 80*. São Paulo: Projeto, 1988, p. 9-12.
- SILVA, Amanda Araújo. *O segundo governo Hélio Campos (1970-1974): a política de segurança nacional e desenvolvimento no Território Federal de Roraima*. 2015. 56 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2015.
- SOUSA, Carla Monteiro; SILVA, Raimunda Gomes (orgs). *Migrantes e migrações em Boa Vista: os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamê*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2006.
- SOUZA, Sônia Suely Soares; VIEIRA, Jaci Guilherme. Roraima: Território Federal sob o Governo Militar (1964-1985). *Textos & Debates*, Boa Vista/RR, v.17, n. 17, p. 65-89, jul./dez. 2009.
- VAZ, Nelson Popini. A praça como dispositivo de interação face a face. Cadernos *Proarq*. Rio de Janeiro, n. 13, p. 8-13, 2009.
- VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. *A produção do espaço urbano de Boa Vista - Roraima*. 2009. Tese (Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. VOORDT, Theo J. M. van der;
- WEGEN, Herman B. R. van. *Arquitetura sob olhar do usuário*. São Paulo: *Oficina de Textos*, 2013.
- ZEVI, Bruno. *Saber ver a arquitetura*. Tradução Maria Isabel Gaspar, Gaëtan Martins de Oliveira. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

Registro

Registro / Records

Pela proteção do Museu Integrado de Roraima – MIRR



Carta aberta do IV Seminário de Arquitetura Moderna na Amazônia – Iv SAMA

IV SAMA Participantes do evento

Boa Vista, 22 de agosto de 2019

No ano do 30º aniversário da Universidade Federal de Roraima e do 100º aniversário do arquiteto Sergio Bernardes, o Núcleo de Arquitetura Moderna da Amazônia – NAMA – promoveu na Universidade Federal de Roraima o IV Seminário de Arquitetura Moderna da Amazônia – IV SAMA – evento anual que já ocorreu nas cidades de Manaus/AM, Palmas/TO e Belém/PA, anteriormente.

Fortalecendo a ação em torno do reconhecimento e valorização do patrimônio moderno na Amazônia, através de pesquisas e difusão, o NAMA realizou o IV SAMA na capital roraimense, cidade de Boa Vista entre os dias 20 e 23 de agosto de 2019, organizado pelo Departamento do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima/DAU-UFRR, com o apoio de

várias instâncias institucionais e da sociedade civil. Participaram professores, pesquisadores, arquitetos e estudantes dos estados que compõem a Amazônia Legal, com representação no evento dos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, São Paulo e Tocantins, além do Distrito Federal.

O esforço pelo reconhecimento do patrimônio arquitetônico moderno roraimense levou aos participantes a conhecerem o conjunto arquitetônico do Parque Anauá, importante parque urbano projetado e construído entre 1980 e 1983 pelo arquiteto cearense Otacílio Teixeira Lima Neto (1946-2013), também conhecido como Bisão. O projeto original do Parque Anauá foi resultado do Primeiro Concurso Público de Anteprojeto nº 01/80, promovido pelo governo do Território Federal de Roraima. Este espaço passou por várias intervenções posteriores, com acréscimos e exclusões em relação ao projeto original, contudo possui o Museu Integrado de Roraima (MIRR), na edificação proposta por Lima Neto para abrigar o Centro Cultural, que é única instituição museal do estado, e cuja importância sociocultural e científica assoma à referência arquitetônica que se expressa pelo edifício.

O MIRR foi criado durante o governo de Arídio Martins de Magalhães, através do Decreto nº 026 de 25 de junho de 1984 como uma repartição do Departamento de Assuntos Culturais da Secretaria de Educação, Cultura e Desporto, tendo sido sua inauguração em 13 de fevereiro de 1985. A partir de 1989, o MIRR passou a funcionar como Departamento da Secretaria de Educação e Cultura do Estado. Em 2003, o museu foi vinculado à Diretoria de Pesquisas e Estudos Amazônicos da Fundação de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Estado de Roraima (FEMACT), porém, hoje é mantido pelo Instituto de Amparo a Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Roraima (IACI-RR). O museu se encontra desativado desde 2011 e seu acervo guardado em diversos edifícios públicos, deixando-o assim sem qualquer tipo de uso e em franco processo de abandono e descaso.

A importância deste movimento de reconhecimento da produção da modernidade conduz à necessária reflexão sobre os caminhos sobre a preservação deste acervo. Seguindo certa tradição dos Seminários de Arquitetura Moderna da Amazônia realizados nos anos de 2016 (Manaus/AM), 2017 (Palmas/TO) e 2018 (Belém/PA), no IV SAMA, em Boa Vista/RR os pesquisadores perceberam a necessidade de dar luz à preservação do Museu Integrado de Roraima, sob a perspectiva da necessidade da instituição museológica, e especialmente, pela importância histórica e paisagística do edifício projetado por Lima Neto, que vem sofrendo com o abandono após o fechamento do MIRR, há cerca de cinco anos e pelo comprometimento de sua visibilidade e percepção de sua magnificência arquitetônica por intervenções espúrias em seu entorno. Assim o IV SAMA lançou a campanha #salveMIRR, com atenção às relevâncias inerentes ao equipamento cultural e à obra

arquitetônica, em perigoso processo de degradação e abandono. Desta forma, pelo reconhecimento de todos os participantes do IV SAMA, conclamamos em uníssono à preservação e reestruturação deste edifício, entendendo-o como parte importante e simbólica do conjunto maior em que se insere, o Parque Anauá que, a partir dos trabalhos apresentados que dão relevo a esta obra de Otacílio Lima Neto, são signatários desta proposição.

Salve o Museu Integrado de Roraima, patrimônio da Amazônia Moderna!

Prof. Dr. Hugo Segawa (USP)

Prof^a MSc. Jussara Silveira Derenji (UFPA)

Prof. MSc. Marcos Cereto (UFAM)

Prof. Dr. Ricardo Castor (UFMT)

Prof^a. Dr^a. Marianna Cardoso (UFT)

Prof^a. Dr^a. Graciete Guerra da Costa (UFRR)

Prof^a. MSc. Claudia Helena Campos Nascimento (UFRR)

Prof^a. MSc. Paulina Onofre Ramalho (UFRR)

Arq. Cibele Campos Aragão da Paz (pesquisadora - UFRR)

Arq. Cristovam Barbosa Ferreira Júnior (pesquisador - UFRR)

Rayresson Lima da Rocha (pesquisador - UFRR)

Demais participantes do IV SAMA